



INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

PROF. DR. JOHN C. DAWSEY - CHEFE. PÁGINA 3

ENTREVISTAS

PROF. DR. JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA
POR RODOLFO VIANNA. PÁGINA 5

PROFA. DRA. EUNICE DURHAM
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 10

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

HISTÓRICO E PERFIL DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROF. DR. LISIAS NOGUEIRA NEGRÃO - CHEFE. PÁGINA 13

ENTREVISTAS

PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA MARTINS
POR RODOLFO VIANNA. PÁGINA 15

PROF. DR. SÉRGIO ADORNO
POR RODOLFO VIANNA. PÁGINA 25

ENTREVISTAS

SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA DE SÃO PAULO

SR. ALEXANDRE DE MORAES
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 33

LILIAN JACOTO - PROFESSORA DE LITERATURA PORTUGUESA DO DLCV
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 35

LUIZ TATIT - PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 36

WILLI BOLLE - PROFESSOR DE LITERATURA ALEMÃ DO DLM
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 38

PROFESSORA APOSENTADA DO DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA - INÁ CAMARGO COSTA

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 40

ESPAÇO MEMÓRIA

PROFESSOR EMÉRITO - AZIZ AB'SABER
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 42

PROFESSOR APOSENTADO DE LITERATURA BRASILEIRA DO DLCV - ZENIR CAMPOS REIS
POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO. PÁGINA 44

DOCTORADOS

DOCTORADOS. PÁGINA 46

NOTÍCIAS

NOTÍCIAS. PÁGINA 47

MESTRADOS

MESTRADOS. PÁGINA 48

EVENTOS

EVENTOS. PÁGINA 50

PRODUÇÃO DOS DOCENTES DA FACULDADE

PRODUÇÃO DOS DOCENTES DA FACULDADE. PÁGINA 50

EDITORIAL

Os departamentos de Antropologia e de Sociologia são os homenageados no Boletim Informe de outubro, que traz artigos e entrevistas de seus professores na tentativa de reconstrução da história dos departamentos como também na perspectiva de uma análise crítica da situação atual e futura.

O chefe do departamento de Antropologia, prof. Dr. John Dawsey, escreve um artigo no qual discorre, entre outras coisas, sobre a importância dos professores estrangeiros na constituição do estudo da antropologia no Brasil, além de escrever sobre a experiência da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e sua revista.

Os professores entrevistados deste departamento são os professores Eméritos João Baptista Borges Pereira e Eunice Durham, que falam de suas respectivas trajetórias dentro do departamento e de momentos importantes atravessados por eles.

Sobre o departamento de Sociologia, o prof. Dr. Lísias Nogueira Negrão, seu chefe, escreve um artigo intitulado "Histórico e Perfil do Departamento de Sociologia". Na parte de entrevista, quem conversa conosco são os professores José de Souza Martins, docente aposentado, e Sérgio Adorno. Este último estende-se um pouco sobre a questão da violência, que é um dos focos de suas pesquisas.

Nessa edição, temos ainda as entrevistas com o Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Alexandre de Moraes, com a professora Lílian Jacoto, do DLCV, com o professor Luiz Tatit, DL, com o professor Willi Bole, do DLM, que conta sua vinda da Alemanha para o Brasil, seu encontro com Guimarães Rosa e sua vocação para as artes dramáticas, e com a professora Iná Camargo Costa, do DTLLC.

No espaço memória, o professor Emérito Aziz Ab'Saber é o entrevistado. Depois de nos revelar seu constrangimento com homenagens, o professor Aziz nos informe sobre seu passado, sua vida estudantil, seu ingresso como docente na Faculdade, além, como não poderia faltar, de comentar problemáticas nacionais da atualidade. Também é entrevistado o professor Zenir Campos Reis, docente aposentado do DLCV. O professor Zenir, entre diversos outros acontecimentos importantes do passado dos quais participou, conta qual foi sua atitude quando os estudantes reocuparam o CRUSP (conjunto residencial dos estudantes), que havia sido esvaziado durante a ditadura militar e que passou a servir de gabinete para os professores, além de dois blocos terem sido transformados em reitoria – a reitoria permanece até os dias de hoje.

Por fim, temos ainda as seções de Eventos, de lançamento de livros de docentes, de notícias e o caderno de teses. Boa leitura.

Comitê Editorial do Informe

EXPEDIENTE

REITOR:

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

DIRETOR:

Prof. Dr. Sedi Hirano

Vice-Diretora

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara (DH), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL), Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:** Eliana Bento da Silva Amatuzy Barros – MTb 35814. **COORDENAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815, **PROJETO GRÁFICO:** Dorli Hiroko Yamaoka, Erbert A. Silva – MTb 35870. **COLABORADORES:** Daniel Cantinelli Sevilano, Denis Oliveira e Silva, Rodolfo Vianna, Vanessa Vieira Mariano, Verônica Reis Cristo. **SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS:** João Fernando Querido Salvado. **IMPRESSÃO:** Gráfica – FFLCH/USP. **TIRAGEM:** 1500 exemplares.



DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

JOHN C. DAWSEY

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA



Em decorrência do rodízio das atribuições de chefia entre colegas, coube a mim, por um capricho das circunstâncias, fazer esta breve apresentação. Em momentos como esse, me parece, quando se comemora os setenta anos da USP, relembra-se o que aconteceu e o que corre riscos de ser esquecido. Evoca-se, também, em meio às histórias do esquecimento, o que ainda não veio a ser. Origens estão carregadas de possibilidades, muitas das quais não realizadas. Nos momentos comemorativos, que aparecem como remoinhos no tempo, pode ser interessante estar atento não apenas ao que se fez, mas, também, ao que ainda não se cumpriu.

Digo isso pensando num departamento que, no seu passado recente, deparou-se com situações extremamente críticas. O número de docentes, que era de vinte em 1987, quando a antropologia na USP constituiu-se como departamento autônomo, caiu para treze em 2000 e 2001. Dizia-se, então, que vivíamos um drama parecido com o de algumas tribos indígenas, ameaçadas de extinção, cujas histórias alguns de nossos colegas de etnologia bem conhecem. A partir de 2001, porém, a situação começou a se reverter (como também se reverteram, em diferentes períodos da história, as situações de alguns grupos indígenas). Graças às novas contratações, hoje somos, novamente, vinte docentes. Superada a crise, o Departamento de Antropologia vive, agora, um momento extremamente criativo e promissor, olhando com confiança para o que há de vir.

Outros colegas, entre professores e funcionários, com destaque aos nossos professores eméritos, Eunice Ribeiro Durham e João Baptista Borges Pereira, melhor evocariam a história incorporada de quem ajudou a criar as bases institucionais para a produção do conhecimento antropológico na USP. Difícil não reconhecer a riqueza de uma experiência coletiva que se expressa nessas duas linhagens complementares, na tessitura de relações que surge, como diriam Lévi-Strauss e Radcliffe-Brown, não apesar, mas em virtude das diferenças.

Como é sabido, o próprio Lévi-Strauss, possivelmente a maior expressão da teoria antropológica do século vinte e, por enquanto, do século vinte-e-um, aqui esteve. Há setenta

anos, ainda jovem, ele aqui fazia a sua iniciação antropológica, conforme o registro épico de *Tristes Tropiques*, sendo um dos fundadores da USP. Durante os anos de 1942 a 1944, Radcliffe-Brown também muito próximo daqui esteve como professor visitante, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, fundada em 1935. Ainda mais significativas, quando avaliadas em termos das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas na USP, e das relações de longa duração que aqui suscitaram, foram as presenças de Roger Bastide e Donald Pierson, o primeiro pela imensa contribuição aos estudos afro-brasileiros, e o segundo pelos “estudos de comunidade” e pela energia que devotou à organização de expedições de pesquisa, tal como o histórico Projeto de Pesquisa na Bacia do Rio São Francisco.

Porém, o fundador da cadeira de Antropologia na USP foi Emilio Willems, em 1936. Willems se destacaria por seus estudos sobre “aculturação” de alemães no Brasil, e por seu clássico “estudo de comunidade”, em Cunha. Em 1949, no lugar de Willems, assumiria Egon Schaden, descendente de alemães de Santa Catarina. Caso se escrevesse uma história heróica disso tudo, quem sabe ao estilo da mitologia heróica Guarani, que o próprio Schaden estudou, certamente ele, Egon Schaden, seria, *hors concours*, nosso protagonista central. Além de sua enorme contribuição à etnografia da “aculturação indígena”, Schaden, em parceria com Gioconda Mussolini, que se concentrava no estudo de culturas caiçaras, deu forma à cadeira de antropologia, congregando uma equipe de professores, em meados de 1960, com Ruth Cardoso, Eunice Ribeiro Durham, João Baptista Borges Pereira, Amadeu Lanna, Thekla Hartmann, Renate Viertler, Hinaldo Beiker, José Francisco Quirino dos Santos, e Antonio Augusto Arantes Neto. Na década seguinte, viriam Lux Vidal, Sylvania Caiuby Novaes, Aracy Lopes da Silva, Renato da Silva Queiroz e Carlos Moreira Henriques Serrano. Nessa época, a atividade de ensino e pesquisa configura-se em torno de quatro tópicos: 1) culturas indígenas, 2) culturas afro-brasileiras, 3) culturas camponesas, e 4) aculturação de imigrantes estrangeiros no Brasil.

Em 1972, no interior do Programa de Ciências Sociais, criou-se na USP a primeira pós-graduação brasileira em antropologia social. Em 1987, a Antropologia se constituiu como

departamento autônomo, a partir do desmembramento do antigo Departamento de Ciências Sociais.

Em 1953, mesmo ano em que surge a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Schaden fundou a Revista de Antropologia. Foi a primeira revista de antropologia, e, talvez, de Ciências Sociais, no Brasil. Assumindo a sua vocação histórica para a divulgação da pesquisa em âmbito nacional, a Revista de Schaden serviria, de 1956 até a década de 1970, como a publicação oficial da própria ABA. Também serviu, de 1959 a 1968, como órgão oficial da Associação Brasileira de Sociologia. A celebração dos seus cinquenta anos de existência, em 2003, marcou um feito notável. Nos anos setenta, ela quase desapareceu. Nesse período do regime militar, durante alguns anos ela deixou de ser publicada, provavelmente em decorrência da perda do seu fichário que desapareceu entre os destroços provocados pela invasão da Maria Antônia. Mas, às duras penas, a partir das caixas de correspondências acumuladas por Schaden, o fichário foi reconstituído. Em 1979, Schaden passou a Revista aos cuidados de João Baptista Borges Pereira, sob a condição de que um artigo de etnologia indígena deveria continuar a abrir cada número da publicação.

Nesse momento comemorativo dos setenta anos da USP, mas, também, de risco para as universidades públicas, a história de uma Revista que renasce das cinzas, assim como a de um departamento que se revitaliza ao sair de um momento de crise recente, podem ser emblemáticas. Lembranças do passado articulam-se ao presente, permitindo que olhemos de modo inventivo para o que veio a ser.

Se, por um lado, quanto mais as coisas mudam, mais elas permanecem iguais; por outro, tomando a recíproca também como verdadeira, quanto mais elas permanecem iguais, mais elas mudam. Dos quatro grandes tópicos de pesquisa dos anos sessenta, três persistem, com pequenas retificações, como áreas de pesquisa tradicionais do departamento: etnologia indígena, relações raciais, e antropologia rural. Como um dos desdobramentos mais interessantes dos antigos “estudos de comunidade” e investigações sobre a “aculturação” de imigrantes estrangeiros nas metrópoles, e, particularmente, das pesquisas de Eunice Durham, acompanhando os movimentos de quem vinha do campo à cidade, a antropologia urbana também se constituiu há tempo numa das áreas fundamentais de pesquisa em antropologia na USP. Na passagem de estudos de imigrantes estrangeiros para estudos de migrações internas surge um campo de investigações voltado para a análise dos fenômenos urbanos. Em 2001, o Conselho Departamental estabeleceu uma quinta área de pesquisa, a antropologia das formas expressivas, reunindo estudos da antropologia da imagem, literatura, performance, e som e música.

Oito grupos de pesquisa, coordenados por membros do corpo docente, atuam no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, reunindo professores, doutores, pós-doutores, mestres e graduandos das diversas áreas de estudo. Entre os grupos mais antigos do PPGAS encontram-se o NAU (Núcleo de Antropologia Urbana), formado em 1988, o NHII (Núcleo de História Indígena e do Indigenismo), fundado em 1990, e o NUAAD (Núcleo de Antropologia da África e Afro-Descendentes). Outros três grupos formaram-se ao longo dos anos noventa: GRAVI (Grupo de Antropologia Visual), Etno-História, e GAIA (este reunindo pesquisadores em antropologia rural). Em 2001 e 2002, mais dois grupos se constituíram, juntando-se ao GRAVI para o desenvolvimento de atividades de pesquisa na área da antropologia das formas expressivas: NAPEDRA (Núcleo de Antropologia da Performance e do Drama) e SOMA (Núcleo de Estudos de Som e Música em Antropologia).

Além de se articularem através destes grupos, as atividades de pesquisa desenvolvidas no Departamento contam com o apoio do LISA (Laboratório de Imagem e Som em Antropologia). Criado em 1991, o LISA é hoje um centro de excelência de produção de trabalhos envolvendo tratamento de sons e imagens em antropologia. Uma reforma recente adequou o espaço do LISA para abrigar uma série de equipamentos: ilhas de edição de vídeos, equipamentos de captação de som como gravador DAT (Digital Audio Tape), mini disk, microfones com especificações diversas e de captação de imagem como câmeras de vídeo digitais, tripés, baterias e a sala de projeção audiovisual com 40 lugares, climatizada, que conta com *home theater*, projetor multimídia, vídeo cassete multisystem e DVD *player*. Um laboratório fotográfico para revelação de filmes e ampliação de fotos em preto e branco permite que docentes, alunos e pesquisadores possam reproduzir e ampliar as fotos de suas pesquisas para cursos, seminários e publicações. O LISA dispõe ainda de uma ampla sala de pesquisa e reuniões, uma biblioteca, uma sala de informática, e uma sala para manipulação de imagens, com computador e scanners.

Mantendo a vitalidade de suas áreas tradicionais de pesquisa, o Departamento de Antropologia também vem se adequando aos desafios que se colocam a pesquisadores e sujeitos de pesquisa, inclusive as populações indígenas, cada vez mais impelidos, em inícios do século vinte-e-um, a se locomoverem por redes dessa “aldeia global”. Em 1999, a Revista de Antropologia tornou-se a primeira do gênero a fazer parte da SciELO (*Scientific Electronic Library Online* – <http://www.scielo.br>), biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico.

Ressalta-se, ainda, a criação, em 1991, da Cadernos de Campo. Criada e produzida, integralmente, da primeira à última vírgula, por alunos da pós-graduação, esta revista (nota A no Qualis) prioriza artigos de alunos da pós e, também, entrevistas com antropólogos renomados.

Plus ça change.... Certos ideários se mantêm: o compromisso com a formação dos alunos da graduação no curso de Ciências Sociais; o empenho visando a formação avançada de pesquisadores em antropologia; a busca do alargamento da experiência e do discurso humanos, com o propósito de proporcionar aos alunos uma formação ampla, com desdobramentos significativos para o exercício da cidadania.

Mantém-se a vitalidade de uma vocação histórica para a formação de antropólogos no âmbito nacional. Trata-se de um compromisso de longa duração, com uma antropologia *no* Brasil, reproduzindo matrizes disciplinares reconhecidas pelas variadas antropologias do nosso planeta. Ao mesmo tempo, colegas cada vez mais se envolvem em redes e relações

que se configuram na chamada “aldeia global”. Isso, inclusive, em meio a pressões vindas de instâncias externas, interessadas em processos de “internacionalização”, que às vezes tensionam alguns dos valores e procedimentos associados às “relações tribais” de um departamento que é também regido por princípios de reciprocidade. Uma questão, enunciada há tempos em estudos da antropologia da antropologia no Brasil, aqui se coloca: além de uma antropologia *no* Brasil, haveria uma antropologia brasileira? Num momento de passagem, em que uma antropologia tradicionalmente voltada para dentro, ou melhor, para a nação, desloca-se, com energia, cada vez mais para fora, suscitando movimentos centrífugos, trata-se, talvez, de rastrear os caminhos de uma antropologia brasileira, seja *no* Brasil, seja *fora*. Assim, quem sabe, venha-se a encontrar, ao modo de Lévi-Strauss, uma antropologia brasileira nem tanto como a configuração de uma identidade, mas como um lugar extremamente rico onde diferenças se articulam e coisas interessantes acontecem.

ENTREVISTAS – DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

PROF. DR. JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA

PROFESSOR EMÉRITO
POR RODOLFO VIANNA



Professor, para começarmos, o senhor poderia nos contar brevemente sua trajetória acadêmica?

Bom, eu estou aqui desde que prestei o vestibular. Sou portador do diploma de professor primário, pois na minha terra, como em todas as cidades do interior, não havia colégio. Só havia curso colegial nas grandes cidades. Minha cidade era e é uma cidade média, e, então, você tinha uma única alternativa quando terminava o ginásio: ir para a Escola Normal. Eu fiz a Escola Normal, e vim fazer vestibular na Universidade de São Paulo. Até então, o diploma de professor primário normalista não servia para ingressar na Universidade, era necessário fazer o colegial, o curso Clássico ou o Científico. Naquele ano, 1955/1956, a oportunidade se abriu através de um decreto-lei do Ministro Simões Filho. Eu queria muito fazer Ciências Sociais, mas quando cheguei aqui descobri que a Faculdade de Filosofia ainda não havia colocado em prática, se é possível se falar assim, a lei federal. A única possibilidade que eu tinha era fazer Pedagogia. Acharo que, afinal de contas, era melhor ter o

diploma de Pedagogia a não ter formação universitária, fiz o vestibular. Passei, matriculei-me, mas não suportei o curso, porque não era o que queria. Então, voltei para a minha terra, Santa Cruz do Rio Pardo, onde após um ano recebi do meu conterrâneo Jorge Nagle, que depois chegou a ser reitor da Unesp, e que havia ingressado em Pedagogia, um telegrama comunicando-me que já havia sido aberta aos normalistas a possibilidade de fazer Ciências Sociais. Tentei, então, o vestibular, mas outra vez não me permitiram a inscrição. Aí eu entrei com um mandado de segurança, e fiz o vestibular com o mandado de segurança, até que o Ministro Simões Filho esclareceu tudo e eu estou aqui desde esse momento. Naquele tempo não havia mestrado, a Faculdade oferecia, no máximo, a especialização. E especialização tinha valor interno, dentro no Brasil, não valia fora do país. Como eu tinha um convite para fazer doutorado na Universidade de Columbia, com o professor Charles Wagley, e deveria levar o mestrado, resolvi ingressar na Pós-Graduação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a única instituição aqui em São Paulo que oferecia o título. Realizei meu mestrado lá, sob a orientação do

professor Oracy Nogueira. É bom que se registre que há toda uma geração de “uspianos” que obtiveram o mestrado lá: Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Gioconda Mussolini, Oracy Nogueira, José Pastore (da Economia) e outros. Era a única alternativa que nós tínhamos se quiséssemos estudar após o bacharelado. Terminado o mestrado, recebi o convite do professor Egon Schaden para ser professor voluntário. E o que era professor voluntário? Era aquele que só trabalhava, nada ganhava e esperava o dia em que o governador do Estado resolvesse dar uma verba para contratação de um professor a mais. E por que o governador do Estado? Porque naquela época a universidade não tinha autonomia, cada cargo que era criado, cada função dependia de um decreto. Na Cadeira de Antropologia já havia duas colegas nessa condição, à espera do contrato: a Eunice Ribeiro Durhan e a Ruth Cardoso. Se elas podiam esperar, eu não podia, pois tinha que ganhar algum dinheiro. Nessa época, estava sendo constituída a Unesp, que era então composta por institutos isolados. Havia sido criado o Instituto de Assis, para onde foi Antonio Candido, Erwin Rosenthal e outras pessoas; o de Araraquara, para onde foi Jorge Nagle, Dante Moreira Leite; o de Marília, para onde foi Amadeu Lanna e outros colegas. Aí criaram, tardiamente, o de Presidente Prudente. E como criaram tardiamente, precisavam de um professor de Antropologia e, naquele tempo, o professor precisava ser indicado pela USP, para assumir a regência da Cadeira, independentemente que fosse na Unesp, e o governador acolhia o nome indicado. E eu fui indicado pelo Prof. Egon Schaden e, depois, pela Cadeira do professor Florestan Fernandes, com a assinatura de Florestan, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Você pode perguntar por que um antropólogo é indicado também por sociólogos? É porque nós estávamos começando a entrar naquele período de transição entre a democracia e o golpe militar de 64. Jânio Quadros havia brigado com a Universidade de São Paulo porque tinha resolvido punir dois professores, João Cruz Costa e Fernando de Azevedo, sob a alegação de que ele, governador, poderia punir. Os professores entraram na justiça e criaram a jurisprudência de que professor universitário não era funcionário público que poderia ser punido pelo governador, havendo a liberdade de cátedra. E Jânio, não tendo mais o que fazer, pois havia perdido na Justiça, quando criou o Instituto de Presidente Prudente, deu a direção para um professor da PUC. Esse professor pertencia à ala católica mais conservadora, e levou para lá gente também conservadora. Quando fui indicado pelo Schaden, ele sentiu no ar que precisava do apoio da esquerda mais forte que estava no cenário intelectual, então ele exigiu que eu tivesse a indicação do Florestan também.

Fiquei dois anos em Presidente Prudente. Daí saiu a verba e Schaden foi a Prudente e pessoalmente me convenceu – convenceu mais a minha mulher – a voltar para a Universidade de São Paulo. Deixei então a condição de professor catedrático para vir ser um simples auxiliar de ensino, com um corte de 70% nos vencimentos.

Eu me doutorei, fiz a livre-docência e como livre-docente assumi durante um ano e meio a cátedra, quando Schaden se aposentou. A reforma universitária de 1969 extinguiu as cátedras e criou os departamentos. Com a reforma, nós, livre-docentes em regência de cátedra, fomos re-enquadrados, pois se criou uma nova nomenclatura pela qual o livre-docente era professor associado até ser titular. Em 1975, seis anos depois, realizei o concurso para ser professor titular.

E o senhor também recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade.

É o seguinte, Rodolfo, como eu havia me dedicado à vida acadêmica não só em termos intelectuais, pois sempre fui envolvido na vida administrativa também; primeiramente fui catedrático, depois chefei a área de Antropologia no então departamento de Ciências Sociais, em seguida fui chefe do departamento de Ciências Sociais. Depois se criaram os departamentos de Sociologia, Ciência Política e Antropologia, do qual fui novamente chefe. Fui também vice-diretor da Faculdade de Filosofia, cargo que acumulei junto com a chefia do departamento de Antropologia, depois fui diretor da Faculdade num primeiro mandato. Em seguida, virei diretor do MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia), depois fui eleito novamente diretor da Faculdade e, nesse ínterim, fui também diretor do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros) e presidi por duas vezes a Comissão de Pós-Graduação da FFLCH. Então, eu tenho uma folha de serviços prestados para Faculdade de Filosofia. Na gestão do Reitor Goldemberg, fui eleito pró-reitor. Na época os pró-reitores eram eleitos (hoje são indicados), porque ele era substituto eventual na ausência do reitor e do vice. Hoje, um pró-reitor não pode assumir a reitoria (por não ser eleito), e na ausência do reitor e do vice quem assume a reitoria é o professor mais antigo, o decano. Naquele tempo quem assumia era o pró-reitor que não tinha nenhuma outra função, ele ficava na espera, no eventual.

Talvez tenha sido por isso, junto ao fato de eu sempre ter tido um trabalho constante como professor, desde muito cedo, que levou meus colegas a me darem o título de professor Emérito. O que me honrou muito, me deixou muito feliz.

O senhor falou muito do professor Egon Schaden, do qual foi assistente. Eu gostaria que o senhor falasse

um pouco dessa sua relação com ele e sobre a figura do professor Schaden.

Eu tenho uma dívida permanente com ele, e certamente uma dívida que não poderei pagar por motivos vários e também porque ele já faleceu. O Schaden foi quem me despertou para a antropologia. Quando eu vim fazer o vestibular, eu nunca havia pensado na antropologia e nem na ciência política, para mim eu era um jovem com mais vocação para a sociologia, principalmente para a sociologia francesa. No segundo dia de Faculdade, assisti a uma aula do professor Egon Schaden sobre as populações pigméias da África Equatorial. E Schaden era um sedutor, em termos didáticos, dificilmente você conseguia resistir ao seu charme. Ele tinha uma voz metálica, ele não mexia um músculo da face, mas jogava com a voz, com a voz e com o cachimbo. E nesse dia ele deu uma aula magistral. Fiquei tão fascinado, que sai “antropologizado”, sai “convertido”. Virei antropólogo, e nunca mais deixei de estudar, ensinar e pesquisar antropologia. É uma dívida fundamental que eu tenho com Egon Schaden. A partir daí, ele foi “o meu professor”, eu sempre assistia às aulas dele, o tinha em alto conceito, mas ele inibia a proximidade das pessoas. Anos depois eu descobri por que: ele era muito tímido. As pessoas viam nele um homem arredio, mas era muita timidez. Aos poucos, eu fui conhecendo o Schaden e percebi que ele era realmente muito tímido. Eu o visitava semanalmente, até sua morte, às vezes quinzenalmente, e, pouco e pouco, fui descobrindo esse lado do Schaden, o lado mais humano e tal. Foi quando tomei a decisão de romper essa barreira formal. Eu lhe contava piadas, que ele gostava muito, ria muito e perdia toda aquela compostura. Tínhamos muito boas relações em termos pessoais, mas foi um trabalho de lenta aproximação. Ele tinha uma grande admiração pelo professor Antonio Candido. Admiração profunda que certamente, era recíproca entre ambos. O Candido talvez tenha sido o sociólogo com o qual Egon Schaden tinha mais contato e admiração. Semanalmente ele almoçava com o Candido. Isso eu vou contar porque é muito interessante: um dia ele me disse “olha, Prof. João Baptista, tomei uma decisão. Não vou mais almoçar com o professor Antonio Candido”. E eu lhe disse, “professor Schaden, o senhor gosta tanto do Candido, vocês se entendem tão bem”, e ele disse “mas sabe, no último almoço, eu me senti um pouco humilhado. Eu observei que quando chega a comida, ele come tranqüilamente e deixa uma parte intocada, como querendo dizer ‘estou saciado’, e eu como tudo sofregamente. Eu descobri o seguinte, há uma distância entre nós: ele é um homem historicamente saciado, e eu sou um homem historicamente faminto, porque ele é de família brasileira tradicional e eu sou de família imigrante”. Foi uma análise simbólica

que ele fez. Achei tão fantástico isso. E eu ainda disse: “mas não seja por isso, o senhor deixa um pouco de comida também”. Ele me respondeu: “Já tentei e não consigo. Tenho fome e como tudo”. Isso foi uma tomada de consciência dele através da comida. Eu já contei isso ao Prof. Antonio Candido e ele achou muita graça.

O Schaden era um homem muito inteligente, ele deu aula para o secundário de literatura brasileira, às vezes ele ia a minha casa e declamava todos os poetas românticos brasileiros de cor, ele tinha uma formação maravilhosa. Ele se aposentou muito precocemente, porque havia uma proposta para ele ser professor titular na Universidade de Bonn, na Alemanha. Ele era neto de alemães e cultivava muito a sua identidade de alemão, a sua casa era uma casa de alemão. O fato de ele se ver como imigrante, simbolicamente pela comida, provavelmente indicaria o grande significado da oportunidade de voltar com prestígio para a Alemanha. Não mais como imigrante. Ele tinha sido eleito o primeiro em uma lista tríplice entre alunos e professores para ser professor titular lá, em Etnologia. Isto o deixou muito honrado. Mas a mulher dele, que é alemã, não quis. Ela disse que gostava mais do Brasil. Então, o que ele fez: peregrinou pelo mundo, pois tinha um enorme prestígio internacional, talvez o homem com maior prestígio internacional que nós tivemos aqui, e ele dava aula por toda a América Latina. Depois, ele foi para a ECA (Escola de Comunicações e Artes da USP) e lá ele cultivou a antropologia da comunicação, fixando área de pesquisa, formando gente. Tem um salão lá com o nome dele.

Enfim, eu sou muito suspeito porque tinha uma afeição grande por ele. No meu currículo tenho uma espécie de trunfo com relação a isso. Schaden nunca publicou nada em parceria. A única parceria dele foi feita comigo, num capítulo para a coleção História da Civilização Brasileira, dirigida pelo Sérgio Buarque de Holanda. Foi um caso excepcional. Eu realizei toda a pesquisa, Schaden redigiu o capítulo, admiravelmente bem, como sempre.

Professor, o senhor foi também o primeiro presidente do Ceupes (hoje Centro Acadêmico da Ciências Sociais). Como foi a construção do centro e esse primeiro mandato?

Na verdade, nós tínhamos o grêmio da Faculdade, cujo presidente era o Amadeu Lanna. O grêmio era um ambiente gostoso onde conviviam “gregos” e “troianos”, tinha sinuca etc. Não havia ainda chegado o golpe militar colocando cada qual em seu escaninho, está claro? Todos os cursos, na ocasião, tinham um centro de estudos, que não se confundia com o grêmio, o objetivo não era político, e sim, pretensiosamente,

complemento ao plano de estudos. Nós, das sociais, não tínhamos centro, e por isso a minha geração resolveu criar o nosso centro. Os que estavam à frente eram o Weffort (Francisco Weffort), o Perseu Abramo, Roberto Schwarz, o Gabriel Bolaffi e eu. Pois bem, nós conseguimos animar os alunos, fizemos o centro e eu fiquei encarregado de sistematizar tudo e registrá-lo em cartório, como sociedade civil. Naquele tempo, havia um certo formalismo, que hoje acabou, evidentemente, então, nós queríamos compor um centro que fosse formalmente bem visto. Assim, haveria o presidente, o vice-presidente, o secretário, o tesoureiro e o orador – a coisa era muito complicada (risos). Então, na primeira diretoria fui aclamado presidente, o Perseu Abramo foi meu vice, o Weffort foi o secretário, o Schwarz foi o orador e o Gabriel Bolaffi, o tesoureiro. Assim nós formamos o Ceupes. Nós publicamos o jornal do Ceupes, que saiu duas vezes, criamos uma certa consciência nas Ciências Sociais, de que era possível fazer trabalho na “salinha”. Após o término de meu mandato, foram eleitos mais três ou quatro presidentes nesse esquema quando veio o golpe. Aí, o grêmio foi liquidado, e no vazio do grêmio o Ceupes assumiu sua função política, e, de alguma maneira, ele congregou os alunos e preencheu o buraco, até hoje, como os outros centrinhos. Mas, a rigor, esses centros deveriam se dedicar a outra coisa. Eu queria que a Faculdade tivesse um grêmio, voltasse a ter um grêmio, mas essas coisas não se dão por vontade pessoal, e às vezes, nem com muita vontade política.

E, professor, como o senhor avalia o curso de Ciências Sociais hoje, comparando com o que o senhor fez.

Olha, você sabe que em toda re-memorização, há sempre um componente sentimental. A memória é traiçoeira, ela se alia às emoções. Eu digo o seguinte: o curso da minha geração tinha a grande vantagem de, sem se anunciar, era interdisciplinar. Não havia nenhuma retórica, ele ser naturalmente interdisciplinar. E porque era assim? Bom eu tive três anos de filosofia, com o professor Cruz Costa, dois anos de geografia humana, dois anos de economia, com um professor francês, Paul Hugon, um ano de psicologia social com a professora Anita de Marcondes e Castilho Cabral, tínhamos três anos de estatística, aulas diárias de uma hora. Era um desespero total, eram três professores, cada qual com suas exigências. Tínhamos, portanto, um curso que era pluridisciplinar. Hoje, há a concentração na área da Ciência Social, você não tem um diálogo maior com as outras disciplinas, e neste ponto de vista, as Ciências Sociais saíram perdendo um pouco. Também não havia muito formalismo, você assistia às aulas e tinha espaço para ousar, e quem ousa erra e acerta. Havia mais espaço para a imaginação. Hoje, a coisa está mais disciplinada, mais

amarrada. E não é culpa do curso, mas sim das agências financiadoras, que no fundo são disciplinadoras da Universidade. No meu tempo, ninguém imaginava escrever um projeto de pesquisa, no entanto, nunca se pesquisou tanto quanto na minha geração. Porque o projeto estava na cabeça, você discutia e fazia. Hoje, não. Há aluno que fica um ano fazendo o projeto de pesquisa, como se o projeto fosse algo em si mesmo. Eu acho isso uma coisa ruim, mas, enfim, se você não tem o projeto você não consegue vendê-lo, não consegue a bolsa da Capes, CNPq, Fapesp, etc. É como se você carregasse uma peça mágica, que abre portas muito almeçadas. Tudo bem, hoje é mais disciplinado, é mais sistemático, o aluno sabe mais corretamente para onde vai, os professores são menos dispersos ou menos românticos. Eu penso que, comparativamente, se se pudesse colocar um pouco mais da interdisciplinaridade anterior, nas Ciências Sociais de hoje, o curso seria melhor. O curso da minha geração era baseado em algumas pessoas de muita expressão intelectual, você podia nomear as pessoas. Hoje, não. Você tem uma democratização do saber, você tem equipes muito boas, jovens professores, e não é só nas Ciências Sociais. Essa democratização do saber é muito boa e bem-vinda.

Atualmente, o senhor é o presidente da Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra. Uma pergunta que não pode deixar de ser feita, justamente num momento de reforma universitária e que está colocada na pauta da sociedade, é sobre cotas. Gostaria de uma opinião do senhor sobre cotas para afro-descendentes.

O problema de cotas, como tudo na vida, tem vantagens e desvantagens. Qual é a vantagem que eu vejo? Uma vantagem excepcional: quer gostando, quer não gostando, quer aceitando, quer não aceitando a cota, a sociedade brasileira se sente incomodada e é obrigada a pensar num problema do Brasil, que é um problema histórico, que é o problema racial. Quer dizer, a questão racial sai daquele limbo e vem para a discussão. A cota tem esse grande mérito, ela traz para a discussão política, acadêmica, da militância, de modo geral, de brancos, negros e tal uma questão de ordem racial. O Brasil, costumeiramente, não discute isso, mas agora está discutindo. Então, esse é o grande mérito das cotas.

Agora, como é que a Universidade de São Paulo vê a cota? Para a USP, para a Unicamp e para a Unesp, que têm uma posição de certa maneira definida, e é uma posição que eu endosso pessoalmente, é que políticas públicas para a população negra têm que ir muito além de cotas. Se você pensar apenas em cota, eu já falei do mérito, você está praticamente

pegando apenas um detalhe de uma política que tem que ser mais abrangente e que não traz nenhum resultado se não for acompanhada de outra política. E que tipo de política é essa: cota contempla o ingresso, somente o ingresso. Aí, a questão que se coloca, é sobre a manutenção. Como é que o aluno se mantém? Entrar, até pode não ser tão difícil, não sei, mas e se manter no curso? É muito complicado. Terceiro ponto: na medida em que o aluno ingressa por cotas, ele tem que ser mantido, ele precisa de uma bolsa, e nós sabemos através de uma pesquisa que fizemos que nós temos uma população negra de, mais ou menos, 11% na Universidade. Negro, aqui, engloba pretos e mulatos, é uma nomenclatura política e paradoxalmente biologizada. Essa população negra, além de ser percentualmente muito aquém do que deveria ser, comparando-a com a população do Estado de São Paulo, exibe uma característica que eu chamaria de um grande defeito: você vai perceber que esses alunos estão concentrados majoritariamente em determinadas áreas. Estão, usando palavras fortes, confinados, segregados dentro do corpo da Universidade, num espaço a que tiveram acesso. No caso da USP, eles estão nessas áreas, em especial nas Humanidades ou nas Ciências Básicas, como Física, Química, Matemática. Mas por que eles estão nas Humanidades? Primeiro: o corte do vestibular é mais baixo, e o aluno compete melhor. Segundo: há uma oferta maior de curso noturno. Terceiro: não existe tempo integral. Quarto: ele pode alongar seu perfil escolar, de quatro para seis anos. Então, esses cursos chamados “baratos” são aqueles onde estão concentrados os alunos negros. Ora, para quebrar isso, só mesmo uma política pública que leve em consideração esse aspecto. E como é que se leva em consideração esse aspecto? Se você der bolsa ao aluno, garantir que ele possa fazer curso de tempo integral como medicina, como odontologia, politécnica, etc, vai garantir a quebra desse desenho que é absolutamente cruel para a população negra. Sem esse apoio, como é que o aluno pobre, não só negro, vai fazer medicina, engenharia, etc, se só o livro que vai precisar comprar acaba com o dinheiro dele, se é que ele tem dinheiro. Então, nós temos duas USP: a USP levemente pigmentada, que é esta das Humanidades, e a USP absolutamente branca. Agora, existe na Universidade algum mecanismo preconceituoso ou discriminatório racial? Não, não existe. O problema vem da sociedade, já vem canalizado por vias sócio-econômicas. O negro já começa a entrar aqui, ou não entrar, ou entrar nas condições que falei sabe quando? No momento em que o filho da classe média tem à sua disposição a pré-escola e que o negro não tem. Por isso que eu penso que, se quisermos fazer uma política pública plena, tem que contemplar o ingresso (daí deve-se trabalhar como é que vai

ser, se é com cotas, alterar o vestibular, etc), a permanência e dar ao aluno condições, através de financiamento, para que ele possa exercer sua opção intelectual. Porque eu me nego a acreditar que o negro nasceu apenas para estudar Letras, ele deve gostar e ter vocação também para Medicina. Não é problema de vocação, o negro não tem aptidão apenas para Humanidades. Ele é carreado por uma série de problemas que se colocam fora da Universidade, na sociedade em geral. Mas, o que fazer? Nós já fizemos, nós propusemos ao governo do estado um fundo que prevê o aporte de verbas do estado, da prefeitura, dos empresários e de ex-alunos que queiram contribuir. A Escola Politécnica tem quase cem bolsas que são dadas pelo Setúbal (Olavo Setúbal, presidente do Banco Itaú) em reconhecimento pelo fato de ele ser ex-aluno e poder auxiliar alunos hoje. Você não acha que fazendo um apelo, criando uma cultura e uma legislação você não vai encontrar outros Setúbal? Esta é a proposta da comissão. Então, esse é o problema que eu vejo em relação às cotas, há de ser uma política mais ampla. Agora, os negros insistem num ponto, e eu particularmente insisto em outro, baseados em estudos que mostram que o problema econômico do negro tem engravado em seu seio um problema de ordem racial. Concordo plenamente. Mas, na hora que ele está na universidade, o racial some, e aí só permanece a pobreza. Ninguém vai impedir ninguém de entrar aqui só porque ele é negro. O problema é econômico mesmo, é a pobreza que o impede de frequentar boas escolas e cursinhos. O que é pior, ele faz cursos universitários que vão prepará-lo para ocupar na estrutura ocupacional os empregos de nível acadêmico mais mal remunerados. É um círculo vicioso. Ele não vai poder realmente competir na estrutura ocupacional por empregos de nível universitário de altos rendimentos e de alto prestígio, também. Então, você veja que o círculo vicioso se desenha a todo o momento. Agora, quem estuda o problema racial na sociedade contemporânea tem obrigação de ter em mente esse aspecto. Por outro lado, quando eu digo isso, os negros não gostam, mas eu falo “eu não tenho nada contra vocês por lutarem pelas cotas, vocês estão no pleno direito, mas usem um pouco dessa energia para pressionar os responsáveis pela Escola Pública, seja esfera Federal, Estadual ou Municipal, para que devolvam à população brasileira a grande escola pública que já tivemos”. O governador Jânio Quadros democratizou a escola no ponto de vista quantitativo, a partir do primário, na década de 50 do século XX. Mas o aspecto qualitativo foi esquecido. Se não atacar isso, não adianta. Quando você acolhe alguns negros, a escola média irá produzir outros que serão excluídos, a reprodução da desigualdade permanece se as condições continuarem as mesmas.

Os negros irão resolver? Eles não irão resolver sozinhos, mas se eles têm energia para pressionar a universidade, devem usar essa energia para pressionar todo mundo. Segundo, é em pouco tempo? Não, mas tem que se pensar a médio e a longo prazos. Se nós pensarmos em termos imediatos a idéia de cotas, esperando que daqui a dez anos as coisas serão diferentes, daí não adianta. Alguma coisa tem que ser feita.

Pessoalmente, eu me preocupo com as cotas, porque elas podem ser simbolicamente uma exibição para o mundo todo de que o Brasil é um país altamente democrático do ponto de vista racial, o que não é verdade. E, segundo, é um “lavar de mãos”, da mesma forma com que Pilatos lavou as mãos depois de condenar Cristo, “acabou, já fiz o que poderia fazer”. Não é assim, nem deve ser assim. A sociedade tem um compromisso muito sério com a cidadania.

Professor, para encerrarmos a nossa entrevista, gostaria que o senhor tentasse projetar os próximos 70 anos da Faculdade, se possível.

Olha, Rodolfo, eu vou ser absolutamente sincero com você: eu nunca acreditei em futurologia desde quando o professor Azis Simão, em pleno golpe de 1964, reuniu os professores de Ciências Sociais e disse textualmente: “pela minha experiência política e de sociólogo, cheguei à conclusão de que o

regime está dando grandes e últimos sinais de desintegração. Então, vocês podem ir para casa descansar tranquilamente”. No dia seguinte, instituíram o AI-5 (risos). Os fatos desmentiram toda a futurologia. Bom, as coisas mudam tão rapidamente, mas eu gostaria de começar a ver, por exemplo, não mais áreas estanques de conhecimento, a gente deveria trabalhar no sentido de áreas interdisciplinares com uma temática central. Eu considero que está na hora de nós derrubarmos as fronteiras, eu acho que a tendência poderia ser essa. Poderia, poderia ser. E poderia por quê? Porque me lembro perfeitamente que quando começou a se configurar mais claramente a globalização no mundo, Levi-Strauss soltou uma frase que nos alarmou, dizendo que a Antropologia, que só se interessa por singularidades étnicas, por variantes, por atalhos, estava em perigo. Com a globalização, segundo ele, as singularidades iriam desaparecer e, com elas, iria desaparecer a Antropologia. O que nós vimos, depois, é que a globalização, dialeticamente, recriou a singularização. Nunca houve tanta busca por singularidades étnicas quanto hoje. Ninguém pensaria que a globalização levaria a isso, todo mundo achava que a globalização levaria à homogeneização do mundo. Enfim, fazer previsões é sempre um exercício muito arriscado. Espero que a Faculdade continue próspera nos próximos 70 anos, e nos outros 70 e nos outros 70, e nos outros 70...

ENTREVISTA COM EUNICE DURHAM

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



A entrevistada é professora aposentada do Departamento de Antropologia. Recebeu o título de Emérita em 2002.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professora, eu gostaria que a senhora falasse um pouco sobre sua formação acadêmica.

Eunice Durham: A Faculdade, no meu tempo de aluna nos anos 50, era bastante diferente. Em primeiro lugar, porque havia poucos alunos; as turmas eram reduzidas e o contato com os professores era muito mais amplo. Eu creio que nós já sabíamos naquela época a importância das atividades de pesquisa, o que não era comum nas demais universidades brasileiras. Uma orientação que marcou a minha geração foi a dos professores da Faculdade, do qual faziam parte o Florestan Fernandes, Antonio Candido, Egon Schaden e Lourival Gomes Machado. Esses professores estabeleceram uma tradição de

aprofundamento teórico, um grande diferencial entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e outras Faculdades dentro da USP e outras Faculdades de Filosofia. O rigor teórico nos deu uma posição muito importante dentro do pensamento brasileiro.

DCS: Alguns professores que eu entrevistei realçaram a importância dos professores estrangeiros quanto à pesquisa, especialmente do que era nacional.

ED: Não só isso; a presença dos professores estrangeiros estabeleceu a importância da pesquisa como parte integrante da atividade universitária. Como não havia o atual sistema de pós-graduação naquele tempo, a pesquisa foi importante na formação dos futuros professores da Faculdade. O doutorado envolvia uma atividade de pesquisa, e o rigor de julgamento das teses de doutorado marcou muito a minha geração. Havia uma tradição de rigor francês muito forte, o que eu acho que está muito diluído atualmente.

DCS: Entrevistando o professor Antonio Candido, ele me disse que a tese dele foi uma tese “de campo”, enquanto a tese do professor Florestan Fernandes foi mais uma tese “de gabinete”. Havia essa diferença na época?

ED: Ao mesmo tempo em que o Florestan fez duas teses teóricas, que faziam parte de uma tentativa de análise da metodologia das ciências sociais, ele fazia muita pesquisa de campo. Na obra do Florestan você tem uma porção de pequenas pesquisas de campo. Ele trabalhou muito com folclore na cidade de São Paulo, por exemplo. Ele nunca deixou de fazer pesquisa empírica durante todo esse tempo, apenas suas teses não foram sobre isso. O trabalho de livre-docência do Florestan, no entanto, baseou-se em um grande trabalho de pesquisa sobre o negro na sociedade de São Paulo, pesquisa que depois contou com a participação de Fernando Henrique e do Octavio Ianni. Foi uma pesquisa que não se ateve a um ponto específico, mas que procurou estudar diversos aspectos do negro e sua relação com a sociedade em que ele vivia. Além disso, tratou-se de um projeto que contou com dinheiro de uma instituição, no caso a Unesco, para financiar a pesquisa, o que era raro naqueles dias; geralmente as pesquisas eram autofinanciadas.

DCS: Onde eram suas aulas?

ED: Todas na Maria Antonia. Minha vida de aluna, auxiliar de ensino e assistente foi na Maria Antonia.

DCS: E a senhora participava do movimento estudantil ou de algum movimento político?

ED: No meu tempo de aluna, muito pouco. Minha participação política mais ativa teve início em 1964, quando eu era assistente, porque se tratava de um momento político extremamente polarizado. Eu fazia parte do grupo de professores assistentes sob a liderança do Fernando Henrique e do Gianotti.

DCS: Em 1967, a Faculdade teve o movimento das Paritárias. A senhora participou desse movimento?

O que marcou minha posição nesse período foi minha absoluta certeza de que o movimento seria derrotado. Parecia-me uma enorme infantilidade achar que os estudantes saindo nas ruas derrotariam o Exército. Eu aderi ao Movimento porque não podia apoiar a ditadura. Eu participei da resistência na velha Faculdade de Filosofia durante aqueles dias de guerra com o Mackenzie, mas eu não fiz parte das passeatas porque não queria ser presa e deixar meu filho, de 2 anos, sem ninguém para cuidar dele. Eu estive bastante presente na questão das Comissões Paritárias, o que eu também acreditei ser uma utopia irrealizável, mas que as pessoas teriam que aprender na prática que aquilo não era possível. Eu dei um curso paritário na época, mas tive muita

difficuldade em formular um curso que fosse “atraente”, pois a maioria dos estudantes não estava interessada em Antropologia. Não foi uma experiência positiva porque os alunos estavam com a cabeça em outro lugar, nas questões políticas do momento.

DCS: O que era exatamente esse curso paritário?

ED: No curso paritário, o professor e os alunos decidiam paritariamente qual seria o conteúdo do curso. O professor se tornava um colega dos alunos, e todos decidiam em pé de igualdade o que seria estudado naquela disciplina.

Os alunos, no entanto, não tinham a mínima idéia do que eles queriam fazer, e eu propus que nós estudássemos a questão da migração rural para a cidade de São Paulo, e o tema foi aceito. Havia muita discussão, mas os alunos não sugeriam nada no sentido de como deveríamos iniciar o curso.

No final das contas, eu acho que os cursos paritários foram um fracasso porque os alunos não estavam preparados para uma experiência desse tipo; eles estavam com a cabeça em outro lugar, e não na sala de aula.

DCS: Esses cursos eram uma espécie de resposta aos professores catedráticos?

ED: Mais ou menos. Eu queria dizer que os professores catedráticos da Faculdade de Filosofia não tinham nada a ver com os catedráticos da Faculdade de Direito e da Faculdade de Medicina, extremamente autoritários.

O problema dos catedráticos não estava na relação com o alunos, mas sim nas relações com os assistentes, porque eles colocavam quem queriam na Faculdade, e demitiam quem queriam. Foi uma luta dos auxiliares de ensino e dos assistentes por uma condição de trabalho mais estável.

A partir de 1975, com a criação da Adusp, tem início um movimento de mobilização dos docentes, não mais ligados aos alunos, diferentemente do final da década de 60. Os cursos paritários dão lugar à reivindicação por órgãos decisórios paritários. Na minha opinião, isso também não funcionou porque, em primeiro lugar, a gente não conseguia decidir nada nessas assembleias paritárias, porque as pessoas não iam em todas as reuniões, ou seja, havia 20 pessoas numa reunião, mas na outra havia apenas 5 pessoas daquele grupo de 20, e outros tantos que não haviam estado na primeira reunião. Isso impossibilitava qualquer tipo de discussão.

Em uma reunião, eu me levantei e disse que as discussões eram infrutíferas daquela maneira, e que a melhor opção era a organização dos departamentos.

DCS: Isso foi em que ano?

ED: Começo dos anos 80. Foi nesse período que nós tivemos

a reorganização do movimento docente e quando começou a se intensificar a luta contra a ditadura, buscando a reforma paritária da USP, considerada a única forma democrática para a Universidade. Na minha opinião, boa parte desse movimento foi feito por assistentes que haviam sido alunos no final dos anos 60. Foi a época do que nós podemos chamar “assembleísmo”, em que tudo tinha que ser decidido em assembléias.

DCS: A senhora acompanhou a Reforma Universitária do fim dos anos 60?

ED: A Reforma de 68 foi feita concomitantemente com a destruição do movimento estudantil, e as pessoas tinham uma posição muito dúbia em relação à Reforma. Ela havia sido imposta, mas ao mesmo tempo ela encampava muitas das reivindicações dos professores. Outra questão era quanto à reorganização da Universidade; antes da Reforma, cada Faculdade era responsável por todas as cadeiras do seu curso, ou seja, a disciplina de Física, por exemplo, era dada na Faculdade de Filosofia e na Escola Politécnica, mas cada unidade tinha seu docente responsável pela cadeira.

A Reforma trouxe o fim da duplicação de disciplinas, o que levou as Faculdades a serem responsáveis pelo oferecimento de seus cursos a outras unidades. Isso desorganizou os cursos, porque só prosperam mesmo os cursos de bacharelado que são dados em um único departamento ou em departamentos afins. Toda vez que você tem que dar cursos com professores de outros departamentos, a coisa não funciona. Os departamentos ficaram muito acéfalos, porque não existia mais a hierarquia que existia antes da Reforma. Não existia também uma coordenação entre os cursos do departamento; não há nenhum órgão superior que diga quem dá qual disciplina, onde e quando. Nós temos órgãos de decisão que tem pouco poder de decisão sobre o ensino. A Reforma prejudicou os cursos de graduação, enquanto favoreceu a pós-graduação. O professor procura antes fazer a pesquisa dentro do seu departamento, e dar aulas no seu programa de pós-graduação, do que se preocupar com a graduação, ainda mais se estiver relacionada com outros departamentos.

Essa Reforma revolucionou a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que reunia cursos de humanidades, exatas e biológicas, ao desmembrar a Faculdade em institutos e na atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Os cursos de humanas não se dividiram e não formaram institutos próprios porque nesse momento o curso de Ciências Sociais não tinha professores, porque a maioria estava cassada, e o mesmo aconteceu com a História. A união de Letras, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História foi a reunião dos cursos que não conseguiram se separar; não havia um processo pedagógico

que mantivesse essa união. A partir daí iniciou-se a construção de uma mística de resistência, que não era da FFLCH, mas da antiga Faculdade de Filosofia.

O resultado dessa divisão pode ser vista quando analisamos a situação dos que se separaram e do que ficou. A Psicologia, por exemplo, que era um pequeno departamento, se tornou um grande instituto; já Ciências Sociais, que era um grande departamento, continuou na FFLCH. Essa não-continuação da divisão foi extremamente nociva para a representação da área de Humanas, que ficou sub-representada nos órgãos de decisão da Universidade.

DCS: Como a senhora via a relação entre as áreas da Faculdade?

ED: O contato entre professores e estudantes de Ciências Sociais e Letras é praticamente nulo. Não há interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento da Faculdade, e nós sempre funcionamos como três entidades diferentes: Letras, Ciências Sociais e Filosofia, e História e Geografia. E isso fica exemplificado na existência de 3 prédios, onde cada conjunto de cursos se localiza, e há pouco contato entre eles.

DCS: A senhora fez parte da comissão favorável à divisão da Faculdade no final dos anos 80, não é?

ED: Eu fui uma das proponentes da divisão da FFLCH. Eu achava que era um atraso continuarmos juntos, já que não tínhamos nada em comum.

DCS: O professor João Alexandre, Diretor da FFLCH na época, disse que os que queriam a divisão viam a Faculdade como uma reunião de Departamentos, e não como áreas culturais.

ED: Eu não concordo com o João Alexandre. Eu acho que mesmo vendo a Faculdade como reunião de áreas culturais, nós somos uma anomalia. A FFLCH é a única Faculdade no mundo em que Letras está junto com Ciências Sociais, sendo que uma coisa não tem nada a ver com a outra: nós fazemos pesquisa empírica, com pessoas, enquanto Letras trabalha com documentos.

DCS: A divisão do Departamento de Ciências Sociais em 3 departamentos seria o precursor de uma futura divisão da Faculdade?

ED: Mais ou menos. Essa divisão era necessária porque as áreas de Ciências Sociais já funcionavam como 3 departamentos, que decidiam entre si para depois levar as discussões para as reuniões do Departamento de Ciências Sociais. Nós éramos de fato um instituto, mas que estava dentro da FFLCH

e não tinha representação no Conselho Universitário. Na Congregação, perdíamos um tempo considerável discutindo os problemas dos cursos de Letras que, justamente pela falta de relacionamento com as demais áreas, não tinham interesse aos professores de Ciências Sociais; e os problemas de Ciências Sociais também não interessavam aos docentes de Letras e dos outros departamentos.

Como pode-se falar na unidade da Faculdade de Filosofia se nós nem sequer damos aulas uns para os outros? E toda vez que alguém propõe algo não é no sentido de unir a Faculdade, mas de não dividi-la.

DCS: Qual seria a razão para as pessoas serem contra a divisão da Faculdade?

ED: Em parte, por causa da falsa aura que se criou em torno da Faculdade de Filosofia. As pessoas não querem dividir para não quebrar a tradição da Faculdade, mas a tradição já foi quebrada em 68, com a Reforma que acabou com a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tal como ela existia e o que significava: uma mini universidade que reunia as ciências exatas, biológicas e as humanidades.

DCS: A senhora chegou a ser presa durante a ditadura?

ED: Eu não, mas vários dos meus alunos foram presos,

alguns até sumiram. Eu queria dizer que sempre apoiei os alunos nos momentos mais difíceis da luta contra a ditadura.

ED: Minha participação foi maior nos grupos de resistência. Eu me lembro que eu e mais um grupo de professores fizemos parte de um plantão noturno lá nos barracões. Eu achava que os estudantes precisavam de, no mínimo, testemunhas naquele difícil período. Eu e a Maria Isaura Pereira de Queiroz participamos ativamente desses plantões, enquanto outros professores que faziam parte desse grupo simplesmente sumiram.

DCS: Qual sua impressão da Faculdade quando se aposentou?

ED: Minha impressão é que a Faculdade está defasada no tempo. Ela vive um mito que não tem mais sentido, e não está adequada à estrutura da Universidade.

DCS: Como a senhora se sentiu ao receber o título de Professora Emérita?

ED: Esse título foi muito importante para mim porque foi o primeiro título que eu recebo que me dá méritos pela minha função de professora, e não de pesquisadora. Eu sempre gostei mais de dar aulas do que de fazer pesquisa, e esse título premia essa característica da minha vida.

HISTÓRICO E PERFIL DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROF. DR. LÍSIAS NOGUEIRA NEGRÃO
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA



Em sua origem, o Departamento de Sociologia está associado à missão francesa que colaborou na fundação, em 1934, da USP. Tal missão, composta por expressivos nomes das Ciências Sociais francesas – entre os quais Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide,

Georges Gurvitch, Paul Arbousse Bastide, Paul Hugon – foi responsável por firmar a tradição que viria, nas décadas seguintes, a caracterizar o ensino e a pesquisa em São Paulo, nesse domínio do conhecimento científico. Os sociólogos brasileiros continuadores desta tradição, especialmente Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, fundaram e desenvolveram uma sociologia nacional internacionalmente conhecida. Com seus colaboradores – Ruy Galvão de Andrada Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão, Octávio Ianni, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Luiz Pereira, Duglas Teixeira

Monteiro – firmaram exigentes padrões de ensino, investigação e divulgação do conhecimento científico, colaboraram decisivamente na consolidação e institucionalização das ciências sociais no país e influenciaram a formação de sucessivas gerações de intelectuais e pesquisadores que tem respondido à questões emergentes da sociedade contemporânea.

Criado em 15 de setembro de 1987 (Resolução USP n.º 3.362) juntamente com os Departamentos de Antropologia e Ciência Política, com os quais compartilha a gestão do Curso de Ciências Sociais, tem se mantido ao longo dos anos subsequentes, como um núcleo de excelência em termos de pesquisa e ensino, em nível de graduação e pós-graduação.

As investigações de seus pesquisadores-docentes têm sido orientadas por essa reflexão, que também tem beneficiado aos alunos, tanto nas disciplinas de graduação sob sua responsabilidade – no curso de Ciências Sociais e em outros

cursos para os quais a Sociologia é disciplina obrigatória – como aquelas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia. É importante frisar, também, que grande esforço tem sido empreendido, nos últimos anos, não só no sentido de articular atividades de docência e pesquisa, exigência da tradição da Universidade de São Paulo, mas, principalmente, no sentido de que ela incorpore, ao mesmo tempo, docentes e alunos. Daí decorre o esforço por introduzir o estudante de Ciências Sociais da USP no universo da pesquisa empírica. Esse esforço requer o aprendizado dos métodos e técnicas, quantitativos e qualitativos, apropriados ao estudo dos fenômenos sociais.

Essa tradição tem sido responsável pela formação polivalente do estudante de Ciências Sociais da USP, um estudante capaz de inserção em diferentes campos de ação: ensino, pesquisa, planejamento, consultoria e assessoria (à mídia, impressa e eletrônica; aos movimentos sociais, às organizações não-governamentais - ONGs, aos partidos políticos, às associações profissionais; à formulação de políticas públicas, além de assessoria legislativa e a órgãos normativos).

O Curso de Ciências Sociais admite 100 alunos ingressantes no Período Vespertino e 110 no Noturno, sendo que a cada ano se forma um n.º aproximado de 7 a 9 dezenas de alunos (2001:88; 2002:75). A procura pelo Curso tem aumentado constantemente a relação de candidatos por vaga que em 1977 era de 4,9, ascendeu para 11,4 em 2003. Com seu corpo atual de apenas 27 docentes quando, em nossa avaliação o desejável seriam 34 docentes – a relação n.º de alunos/docente que em alguns Cursos de Ciências Sociais era em 2003, a seguinte: UNICAMP: 18,1; PUC/SP: 7,1; UnB: 10,6; UFMG: 11,7; USP: 21,2 – o Departamento de Sociologia tem conseguido suprir, ao longo dos últimos anos, suas disciplinas básicas (Sociologia I, II, III e IV e Métodos e Técnicas de Pesquisa I, II e III), com um mínimo de 3 docentes para as disciplinas de Sociologia I de ambas as seqüências e de 2 para as demais. No que se refere às disciplinas optativas, de sociologias temáticas variadas, temos conseguido manter um mínimo semestral de 4 delas desde 2000. Do total do Curso de Ciências Sociais o Departamento de Sociologia ministrou, em 2002, 43,4% do total de suas aulas. Temos ainda garantido as indicações de professores para disciplinas obrigatórias externas de Sociologia, para os Cursos de Enfermagem, Direito e Psicologia, num total de cerca de seiscentos alunos matriculados (602 em 2002 e 599 em 2003). O Departamento tem, atualmente, mais de 30 alunos bolsistas de Iniciação Científica, PIBIC/CNPq e FAPESP.

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que iniciou suas atividades em 1971, titulando mestres e doutores, é também tributário da citada missão francesa e das cadeiras de

Sociologia I e II, que começaram a outorgar seus títulos desde 1945. O primeiro título de mestre foi obtido em 1953 por Fernando Henrique Cardoso, sob orientação do Prof. Florestan Fernandes. Até 2002 foram formados 352 mestres e 393 doutores. O Programa de Pós-Graduação em Sociologia oferecendo aos pós-graduandos um pequeno leque de opções de disciplinas, oferece também Seminários de Projetos, um para mestrandos e outro para doutorandos, de freqüência e participação obrigatórias, em que mestrandos e doutorandos se iniciam enquanto pesquisadores científicos. Há, ainda obrigatórios, os seminários temáticos – ciclos de palestras e debates coordenados por professores da casa e convidados, para que eles possam expandir sua formação. No ano de 2003 ingressaram 24 mestrandos e 20 doutorandos e foram realizadas 7 defesas de mestrado e 19 de doutorado. Atualmente são 24 os mestrandos e 28 os doutorandos com bolsa da CAPES e do CNPq, além dos bolsistas da FAPESP, cujo levantamento não foi realizado. No universo dos programas da área de Sociologia da CAPES, o da USP foi o único a alcançar, por anos sucessivos até 2003, o conceito 7, ou máximo, entre os programas nacionais avaliados.

Um espaço importante de expressão da produção dos docentes e alunos do Departamento de Sociologia são as publicações que veicula. Possuindo uma revista própria a **Tempo Social**, onde são publicadas contribuições substantivas para o desenvolvimento da disciplina, conta também, através do Programa de Pós-Graduação, com a revista **Plural**, onde seus alunos encontram condições de tornar pública sua participação no debate intelectual e acadêmico.

A revista **Tempo Social**, publicação semestral, criada em 1989 (ISSN 0103-2070), foi classificada como A, no Comitê de Publicações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, já tendo sido publicados, até o 1.º semestre do ano corrente, 16 volumes e 26 fascículos.

A revista **Plural** é destinada prioritariamente à publicação de trabalhos, sob a forma de artigos, produzidos pelos alunos do Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Resultam de capítulos de dissertações ou de teses de doutorado ou – o que é muito freqüente – os trabalhos de conclusão de disciplinas sob a forma de ensaios, ou mesmo resultados preliminares de pesquisa teórica ou empírica, em andamento. Trata-se de um veículo extremamente importante para o aprendizado de comunicação e divulgação do conhecimento. Todos os artigos são submetidos a sistema de arbitragem por docentes e pesquisadores já qualificados em nível de doutorado. Foram editados 10 volumes da revista desde o primeiro semestre de 1994, sendo que em 1997 houve duas edições, uma delas especial, a do “Catálogo de Dissertações e Teses em Sociologia na USP, 1945-1996”.

Quanto à produtividade dos docentes do Departamento, ela é bastante alta para os padrões nacionais e reconhecida internacionalmente pela qualidade intelectual de seus autores, pela vanguarda de suas linhas de investigação científica, pela circulação de seus pesquisadores nos mais importantes fóruns acadêmicos mundiais, por sua intervenção permanente no de-

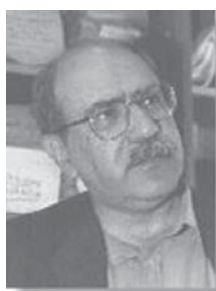
bate público nos mais diferentes campos da existência social e pela prestação de serviços à comunidade. Nos anos de 2001 e 2002, publicaram seus docentes uma média anual acima de 44 livros e coletâneas (17 no exterior); 22 artigos (16 no exterior); 13 comunicações em Anais (6 no exterior); 18 artigos em jornais (1 no exterior), em levantamento reconhecidamente incompleto.

ENTREVISTAS - DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROF. DR. JOSÉ DE SOUZA MARTINS

DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

POR RODOLFO VIANNA



Professor, para começarmos a entrevista, o senhor poderia contar a sua trajetória acadêmica?

Vindo do subúrbio, de uma família operária e da fábrica, onde comecei a trabalhar quando era criança, entrei no curso noturno de Ciências Sociais da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP na turma de 1961 e formei-me no

fatídico ano de 1964, tendo Florestan Fernandes como paraninfo em cerimônia no Teatro Municipal. Minha origem me ensinou a enorme importância da universidade pública, gratuita e democrática, que encontrei na Faculdade. Tive condições de estudar graças unicamente a essa característica da escola. Fiz a especialização (atual mestrado) em 1966 e o doutorado em 1970. Só fui fazer a livre-docência em 1992, pois eu optara por considerar uma pendência a questão do retorno possível dos professores cassados em 1969. Foi uma posição pessoal.

As cassações, de fato, colocaram entre parênteses a carreira dos que permaneceram, a pedido de Florestan Fernandes, para assegurar a continuidade da obra que ele e seu grupo nos legaram. Entendi que a progressão na carreira aumentaria as dificuldades para o retorno deles, mesmo depois da anistia, pela ocupação e interdição dos cargos que ocuparam. A porta para o retorno deveria permanecer aberta, mesmo que simbolicamente, tendo em conta sobretudo os contraditórios sentimentos que as cassações causaram nas vítimas e em nós mesmos, que ficamos. Aliás, vítimas também, embora nem todos pensassem assim. Era isso que, de algum modo, eles esperavam de nós. Sei que isso, do ponto de vista jurídico, não era realista. Mas não era esse o ponto de vista que para mim prevalecia, pois sempre acreditei na força simbólica dos gestos, mesmo que fossem os de Dom Quixote. O problema é que não havia nenhum Sancho Pança para decodificá-los.

Fui membro da comissão que tentou sem êxito convencer do retorno os professores Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, os professores da antiga Cadeira de Sociologia I, depois de uma desastrosa e fracassada tentativa oficial do Departamento. Havia nos cassados mágoas justas também com a Faculdade, completamente insensível e descabidamente distanciada do grave problema das cassações. Em princípio, eles poderiam ter feito os concursos para voltar, conciliando essa decisão com a recusa da anistia política, que para eles era decisão pétrea, pois era anistia que devia ser requerida ao governador do Estado, na época um dos mais expressivos representantes da ditadura. Para eles, assim proposta, a anistia era um ato de humilhação. Ouvi de Fernando Henrique, pessoalmente, que se dispunha a lecionar gratuitamente na Faculdade, se assim quisesse a escola, mas não faria o requerimento de anistia ao governador por esse motivo. Pelo menos Octavio Ianni havia feito a opção de recusar a anistia e fazer um concurso, mas não teve como concretizá-la para não entrar no desconforto de um confronto com amigos e colegas. A sensibilidade deles à flor da pele não teve contrapartida aqui dentro.

No intervalo entre o doutorado e a livre-docência fiz a imensa pesquisa na Amazônia, que menciono adiante. Em condições políticas adversas e de risco pessoal fiz também, e ao mesmo tempo, um silencioso, longo e extenso trabalho de educação popular, grandemente responsável pela formação de quadros que deram envergadura política aos movimentos camponeses, pré-políticos e de alcance muito limitado. Com pouquíssimos outros professores universitários, ajudei a formar lideranças no Brasil inteiro e a valorizar a dimensão propriamente política das lutas camponesas, o que comprovadamente representou um salto político na história social do Brasil. De brincadeira, chamávamos a isso de Unipop

– Universidade Popular e Itinerante: aulas em baixo de árvores, em latadas, em barracões, em salões de igreja. Para dormir, levava minha rede. Armei minha rede, uma vez, em baixo de um altar de uma igreja do sertão do Pará. Em outra, num tijupá, numa roça, no sertão do Maranhão. Eu viajava sempre sozinho.

Foi um trabalho de risco também, embora calculado, porque os movimentos populares, quando se tornam movimentos políticos e partidários, tem a forte tendência de se tornarem autoritários e corporativos, não raro com características fascistas óbvias. Sacrificam em primeiro lugar os que os ajudaram a pensar o seu lugar de diferentes e divergentes no mundo da ordem que os marginalizava e oprimia. Aos poucos, aprendem a discriminar, satanizar e oprimir, sobretudo quando instrumentalizados e aparelhados por grupos políticos e religiosos que deles se valem para alcançar seus próprios objetivos. De fato, as populações rurais são frágeis e vulneráveis. Era esse o trabalho do sociólogo militante que eu aprendera com Florestan, em seu ativismo e de Roger Bastide com os negros. Que teve um desdobramento, ainda, na denúncia que fiz do caso e da situação de Aparecido Galdino Jacinto, um vaqueiro pobre e analfabeto, protagonista de um movimento religioso em Santa Fé do Sul, preso, processado pela Justiça Militar e confinado durante quase nove anos no Manicômio Judiciário por razões políticas, como subversivo, já que seu caso, apesar das tentativas da repressão, não se enquadrava na Lei de Segurança Nacional. Fiz a denúncia, em 1978, num debate público sobre direitos humanos, promovido pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, o que desencadeou um movimento pela revisão do processo de Galdino, com a ajuda de vários alunos aqui da Faculdade, de um jornalista e da Comissão de Justiça e Paz. Galdino foi libertado em 1979, após o reconhecimento de que se tratava de uma vítima de “erro médico”. Não obstante, fui abertamente ameaçado pelo juiz militar responsável pelo processo. A Sociologia pode iluminar situações de injustiça social e de violação de direitos sociais e da pessoa. Porém, cabe ao sociólogo, como cidadão, decidir em que termos éticos e políticos pode e deve atuar para traduzir em ação o conhecimento privilegiado que a respeito possui. Não se trata de adulterar a Sociologia para dela fazer tempero de militância partidária, como muitos entendem e até pressionam a Universidade nessa direção. Trata-se de uma outra instância da relação entre conhecimento e ação, que não pode interferir na própria produção do conhecimento.

Só fui fazer o concurso para titular em 1998, quando legalmente nenhum dos cassados poderia voltar, por terem atingido a idade limite, e, portanto, já não havia sentido em cultivar essa esperança. O parênteses, para mim, se fechara. Mantive até o fim minha

lealdade ao meu entendimento do que fora decidido na casa do professor Florestan Fernandes na noite das cassações. Abri mão até mesmo, na crise insolúvel a curto prazo, de ir para os Estados Unidos ou para a Itália fazer meu doutorado, uma das hipóteses que eu considerara. Florestan entendeu o meu gesto e me honrou com sua presença na primeira fila do salão nobre quando de minha livre-docência, em 1993.

Em 1973, obtive uma bolsa do British Council para participar de um Seminário de Estudos, de quase dois meses, sobre reforma agrária, na Universidade de Sussex, na Inglaterra. Esse Seminário reuniu pesquisadores e técnicos de todos os países do mundo em que houve reforma agrária até então. Foi um aprendizado, importantíssimo na minha formação, para compreender, comparativamente, dezenas de diversificadas experiências de reforma agrária, e me vacinar contra o voluntarismo simplista em que esse assunto patina até hoje aqui no Brasil. Neste país, um número enorme de pessoas é a favor da reforma agrária, mas a imensa maioria não tem a mínima idéia do que seja isso, mesmo no meio acadêmico.

Em 1976, fui convidado para ser “Visiting scholar” da Universidade de Cambridge, Inglaterra, o que me deu uma oportunidade de escapar por um tempo do sufoco em que vivíamos aqui e passar meses só estudando nas maravilhosas bibliotecas daquela Universidade. Em 1983, fui Mellon Visiting Professor da Universidade da Flórida, em Gainesville, nos Estados Unidos. Além de dar um curso de pós-graduação, pude aproveitar intensamente a biblioteca da Universidade, muito atualizada e completa.

No final de 1992, tive uma surpresa. Recebi um dia de manhã muito cedo um telefonema de um amigo, da Universidade de Cambridge, informando-me que na véspera um comitê presidido pelo presidente Rafael Caldera, da Venezuela, me havia eleito professor da Cátedra Simon Bolívar para o ano acadêmico de 1993-1994. Nessa escolha não há candidaturas e os nomes em cogitação nunca sabem que estão na pauta (muitos nem sabem que a Cátedra existe). Uma norma não escrita, aliás, é que quem se candidata ou faz campanha não entra na lista ou dela sai se nela estiver. Perguntaram se eu aceitava minha eleição. Pedi um tempo para pensar, pois teria que reorganizar minha vida. Nesse meio tempo, fui eleito *fellow* de Trinity Hall, um *College* fundado em 1350. Em Cambridge, tanto alunos quanto professores devem ser membros das duas instituições: da Universidade, que é uma instituição de ensino e pesquisa, e de um *college*, que é uma comunidade de convivência, residência e estudo.

No início de outubro de 1993 assumi a Cátedra e no dia 12 de outubro fui solenemente empossado como *fellow* na bela e antiqüíssima capela de Trinity Hall, recebido no altar pelo

Master, Sir John Lyons, famoso lingüista (traduzido para o português pelo professor Isaac Nicolau Salum, aqui da nossa Faculdade), que recebeu meu juramento, na presença de todos os estudantes do doutorado e dos *fellows*, em suas becas, insígnias e paramentos. Dali fui conduzido ao hall com outros três novos *fellows* para a *high table*, o banquete de recepção. Na minha despedida, um ano depois, também houve uma *high table*, precedida por uma recepção com champagne aos estudantes no jardim dos *fellows*, à beira do rio Cam, a convite do Master. Nessa ocasião ofereci ao *College*, como é tradição, um objeto de prata antiga, uma colher de prata trabalhada, do século 18, esculpida com adornos florais, banhada a ouro, de estilo georgiano. É verdade que na cerimônia anual em memória do Dr. Eden, Master de Trinity Hall no tempo de Cromwell e da Revolução republicana, recebi os rendimentos anuais de sua herança, deixada para o *College*, a que tem direito todos os *fellows* e alunos, cabendo-me cerca de trinta libras esterlinas, bom dinheiro para investir em livros. As tradições de acolhimento dos *colleges* de Cambridge se renovam nesses ritos e cerimônias, o que faz com que professores e alunos sejam considerados e se sintam membros por toda a vida. Sempre há para eles um lugar ali, como tem havido para mim ao longo dos anos, quando necessito trabalhar nas bibliotecas da Universidade, especialmente na estu-penda University Library, de que tenho cartão de acesso válido até 2014, renovável. Digo isso para que se entenda minha posição crítica em relação a uma faculdade, como a nossa, que no geral trata os professores como rebarbas da linha de produção. Nós não temos ritos e procedimentos de identidade coletiva e permanência e com isso desperdiçamos talentos e alijamos cérebros que continuam ativos, quando mais não seja através das obras que deixaram e que dizem respeito a nós e à nossa missão como cientistas e professores. Todos os esforços para criar uma sobrevivência intelectual ativa na instituição para os professores que se aposentam tem aqui fracassado, excetuados pouquíssimos casos individuais. E nossos alunos rarissimamente retornam e mais raramente ainda se lembram do quanto devem à USP em sua formação, ao esforço de professores sempre trabalhando em condições adversas e até precárias.

Fui o terceiro brasileiro eleito para essa Cátedra, precedido por Celso Furtado, em 1973, e Fernando Henrique Cardoso, em 1976. Durante 17 anos nenhum brasileiro a ocupara. Dentre outros, ocuparam essa Cátedra: Octavio Paz, Mario Vargas Llosa, Pablo Gonzalez Casanova, Carlos Fuentes, Gustavo Gutierrez, Beatriz Sarlo, Enrique Florescano, Guillermo O'Donnell. Com minha eleição, dos três brasileiros, dois vieram da antiga Cadeira de Sociologia I, da nossa Faculdade

de Filosofia, em apenas três sociólogos latino-americanos para ela eleitos. Esse é, sem dúvida, um dos mais altos reconhecimentos internacionais do que é a Sociologia da Faculdade de Filosofia e da relevância de sua produção teórica e interpretativa. Nenhum outro grupo de Sociologia das universidades latino-americanos alcançou esse reconhecimento.

Depois disso, em 2000 fui convidado para ministrar um curso de Sociologia da Vida Cotidiana como professor visitante na Universidade de Lisboa.

Dentre os convites que pude aceitar, tenho feito conferências e palestras em universidades e instituições em vários estados brasileiros, no Chile, na Argentina, no Uruguai, na Colômbia, no México, na Espanha, na Itália, na França, na Inglaterra, na Escócia, na Alemanha, na Holanda, na Suíça, na Dinamarca e na Rússia. Em vários desses países também tenho trabalhos publicados. Uma experiência que se completa com outras, como a de membro do conselho científico da Scalabrinian International Foundation, de membro do conselho da Fondazione Internazionale Lelio Basso per il Diritto e la Liberazione dei Popoli, de Roma, ou o conselho de redação de The Journal of Peasant Studies.

O senhor teve o professor Florestan Fernandes como orientador em sua tese de mestrado, sobre o Conde Francisco Matarazzo e sua participação no desenvolvimento industrial de São Paulo. Poderia falar um pouco dessa relação que teve com o professor Florestan e de sua importância na consolidação da sociologia no Brasil?

Embora eu tenha feito o mestrado com uma dissertação sobre a industrialização em São Paulo, tomando como referência o caso do Conde Matarazzo, e procurado desenvolver hipóteses levantadas em trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, essa não era de fato a minha tese. Meu mestrado seria sobre as "Condições sociais do desenvolvimento agrário em São Paulo", um estudo sobre a modernização no campo, teoricamente apoiado na precursora crítica da razão dualista, de Octavio Ianni, tema sobre o qual ele vinha trabalhando em diversas obras e nos cursos que dava. Fiz, a respeito, em 1965, uma pesquisa em três regiões paulistas: Alta Sorocabana, Baixa Mojiana e Alto Paraíba. Escrevi dois relatórios sobre essa pesquisa, de fato orientada por Octavio Ianni. Florestan leu os dois relatórios e gostou muito. E sem eu saber os encaminhou para publicação. Um foi publicado na *Revista do IEB*, o Instituto de Estudos Brasileiros da USP, e outro foi publicado em *América Latina*, a prestigiosa revista do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, do Rio de Janeiro, ambos em 1969.

Esses artigos atraíram a atenção de sociólogos e historiadores

da economia para a possibilidade de que a chamada sociedade tradicional não estava divorciada dos processos sociais modernos e da economia moderna, embora preservasse, articulada com o mercado e o capital, padrões não-capitalistas de exploração do trabalho e de produção. Essas idéias foram achadas por vários autores nesses dois artigos e reproduzidas nem sempre com as citações de praxe, a partir de 1973, no que veio a ser o debate sobre a equivocadamente definida como “funcionalidade do atraso” e a retomada da crítica da razão dualista. Retomei e desenvolvi minhas teses no livro *O Cativo da Terra* e em vários livros posteriores.

Fiz o mestrado no regime da cátedra. Era bem diferente do atual. Em primeiro lugar porque se chamava Especialização e não curso de mestrado. Em segundo, porque o catedrático era formalmente o orientador de todas as teses de sua cátedra, de especialização e de doutorado, embora de fato um de seus assistentes fosse o interlocutor principal. No meu caso, o principal foi Ianni e secundariamente Luiz Pereira, com quem eu tinha conversas diárias sobre os temas de sua própria pesquisa sobre a qualificação da mão-de-obra operária em São Paulo, cujo trabalho de campo fiz praticamente sozinho com operários de nove indústrias da cidade de São Paulo.

A partir do golpe de 1964 o Professor Florestan preocupou-se muito em assegurar a continuidade do grupo de Sociologia da USP, mesmo que houvesse cassações, como se esperava desde o começo. O fato de que Fernando Henrique tivesse sido procurado pela polícia política dentro do prédio da própria escola, poucos momentos antes de sua aula no curso de graduação, o que, na incerteza, o obrigou a ir para o Chile, era um sinal do muito que poderia acontecer. Florestan, como era a praxe da época, havia me convidado, em comum acordo com seus outros assistentes, para ser seu assistente. Antes de que eu terminasse o curso de graduação, cobrou de mim o diploma para que pudesse encaminhar o pedido de contratação. Ainda que rigorosamente dentro do calendário, eu não havia terminado o curso. Estava no último ano. Quando finalmente fui contratado, em 1965, fiz a pesquisa de campo, mas ele insistia na urgência da conclusão da tese. Ele havia lido um relatório extenso que eu fizera sobre a história de constituição do grupo Matarazzo. Esse trabalho era uma das onze monografias que eu escrevera, em 1963 e 1964, sobre a formação dos grupos econômicos multibilionários do Brasil para uma pesquisa sobre o tema projetada e coordenada por Maurício Vinhas de Queiroz, Luciano Martins e Antônio Pessoa de Queiroz, da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fernando Henrique, que estava desenvolvendo sua pesquisa sobre a formação do empresariado, procurado por Maurício, conversara comigo

sobre a conveniência de minha participação naquela pesquisa, pois isso era de interesse dos projetos que estavam sendo desenvolvidos na Cadeira de Sociologia I. Maurício precisava de alguém que fizesse a pesquisa histórica relativa aos grupos econômicos de São Paulo. Além de mim, outro aluno de Fernando Henrique foi recrutado, um colega de minha turma, Antônio Carlos de Godoy.

Florestan sugeriu, então, que eu suspendesse temporariamente a análise final dos dados da pesquisa sobre a modernização no campo e trabalhasse o relatório já feito sobre o grupo Matarazzo para transformá-lo numa dissertação de mestrado. Fiz isso. Minha prisão e fichamento pelo Dops, em 1966, junto com o professor Roberto Schwartz, que era assistente do Professor Antonio Candido, no exato momento em que eu estava datilografando a versão final da tese, convenceu-o de que a urgência se impunha. Leu o trabalho e disse que estava bom. Poucos dias depois, eu estava na sala de aula do primeiro ano dando uma prova para os alunos, quando entrou o professor Leôncio Martins Rodrigues. Disse que ia ficar na sala, em meu lugar, pois o Professor Florestan estava me chamando. Chego lá e na pequena sala dos assistentes estavam Florestan, Ianni e Marialice Foracchi: era a banca reunida para fazer a arguição. Foram três horas de perguntas e respostas, ao fim das quais fui dispensado para voltar à sala de aula. Não houve solenidade nem aplausos. Só depois do fim da prova dos alunos fui à sala de Florestan e fiquei sabendo que havia sido aprovado com distinção.

Com o doutorado aconteceu algo parecido. Realizei uma pesquisa de metodologia pioneira sobre a questão da modernização no campo, com apoio da Fapesp, cobrindo toda a extensão do Alto e Médio Paraíba, no início de 1970. Pioneira porque foi a primeira (e provavelmente a última) pesquisa sociológica sobre o meio rural, no Brasil, em que se utilizou o levantamento aerofotogramétrico para definição e sorteio da amostra, seguidos da localização das unidades amostrais no solo, elaboração da lista dos entrevistáveis e realização do trabalho de campo. O trabalho cobriu toda a região entre a divisa do Rio de Janeiro e o começo da área metropolitana de São Paulo, desde o alto da Serra do Mar até a encosta da Serra da Mantiqueira. Utilizei um volumoso questionário-formulário. Aquela era uma região de acentuados contrastes econômicos, sociais e culturais, muito adequada para um estudo comparativo sobre a imbricação de processos sociais referidos a padrões alternativos de relações sociais e de mentalidades. Embora trabalho pago, que ocuparia os dois meses das férias de fim de ano, nenhum aluno aqui da escola quis me acompanhar. Apesar da grande tradição da escola nos estudos sobre o campo, como os trabalhos de Gioconda Mussolini sobre os

caixaras, o de Antonio Candido sobre os caipiras e os de Maria Isaura sobre messianismo e religião popular, nossos alunos da época consideravam esses temas como assuntos menores, indignos de um verdadeiro sábio uspiano. Nossos alunos, apesar de ideologicamente revolucionários e de estarem muito identificados com uma revolução operário-camponesa, como se dizia, eram incrivelmente urbanos e pequeno-burgueses. Acabei formando uma boa equipe de estudantes de Ciências Sociais da Fundação Santo André para o trabalho de campo, que se desempenharam melhor do que eu poderia esperar dos alunos daqui.

A pesquisa estava pronta e a análise iniciada, quando Luiz Pereira, que assumira a liderança dos remanescentes do grupo de Florestan Fernandes, com as cassações, insistiu para que eu acelerasse o doutorado utilizando um estudo feito com outra finalidade sobre o núcleo colonial de São Caetano. Havia uma grande urgência em consolidar esse grupo remanescente, não havendo tempo para fazer o doutorado que eu queria com o abundante e excelente material colhido nessa pesquisa e completar naquele momento a revisão radical dos dualismos que eu iniciara na pesquisa de 1965 e difundira nos textos de 1969.

Eu fui meu próprio orientador nessa pesquisa e no estudo sobre o núcleo colonial, apesar da boa vontade de Luiz Pereira. É verdade que conversas e trocas de idéias perduraram, especialmente com Florestan Fernandes e Octavio Ianni. Mas sobretudo devo muito à lucidez e à generosidade de Marialice Mencarini Foracchi, que faleceria repentinamente em 1971, uma interlocutora competente e inteligente que muito me ajudou na ampliação e consolidação da minha formação teórica. E que teve um papel infelizmente não reconhecido na formação e no apoio ao grupo que atuaria ao lado de Luiz Pereira após as cassações.

Talvez por tudo isso, desenvolvi uma concepção muito própria da prioridade e da superioridade do caráter formativo do ensino de graduação em relação ao de pós-graduação. Em oposição à maioria dos meus colegas, optei pela precedência da graduação no meu trabalho docente. E acabei até mesmo solicitando meu descredenciamento da pós-graduação para dedicar-me exclusiva e plenamente à graduação, crescentemente desvalorizada pela escola e pelas instituições de fomento, como CNPq, Capes e Fapesp. Entendo que se não tivémos excelentes alunos de graduação não terémos também excelentes alunos de pós-graduação. Consegui resultados altamente recompensadores nessa opção. Desenvolvi um programa de aulas de rua com meus alunos, aos sábados ou domingos, uma vez por mês, em que eles podiam levar os pais, os amigos, namoradas e namorados. Era um

trabalho fisicamente cansativo, de um dia inteiro, em que propunha aos alunos a leitura da cidade, de seus signos silenciosos, de seu grito contido, de suas alegrias manifestas. Quem não pode decifrar também as pequenas coisas do mundo que o cerca não pode ser sociólogo.

Iniciei, também um programa de pesquisas de treinamento dos alunos de graduação, com base em projetos previamente preparados por mim, relativos à metrópole e relacionados com o curso de Sociologia da Vida Cotidiana e o curso de Sociologia Visual. Os alunos fizeram as pesquisas em cooperação e depois em pequenos grupos escreveram monografias que tem bom nível profissional, como desafio de um primeiro trabalho desse tipo. O resultado tem sido excelente. Dois livros foram publicados: um sobre os sonhos e outro sobre o decoro e com isso os alunos se tornaram autores pela primeira vez. Um trabalho sobre desemprego foi interrompido, mas produziu resultados na pós-graduação. Um trabalho sobre a mentira aguarda acabamento e recursos para publicação, mas gerou uma tese na Unicamp. E um conjunto de ótimas monografias de Sociologia Visual também aguarda acabamento e meios para publicação. Alunos que participaram desse programa disputaram com vantagens vagas na pós-graduação nesta e em outras boas universidades e não raro deram continuidade ao projeto desenvolvido comigo.

E como era a vida acadêmica do departamento de Sociologia quando cursou graduação? Quais foram os grandes mestres com quem teve aula aqui na Faculdade de Filosofia?

Não existia um Departamento de Sociologia nessa época. Na verdade, o Departamento é muito recente. Na reforma universitária que criou os departamentos, no início dos anos setenta, as várias cadeiras básicas do currículo de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política, Sociologia I e Sociologia II) foram reunidas num único Departamento, o Departamento de Ciências Sociais. Só muito mais tarde foi criado o atual Departamento de Sociologia.

Quando fiz o curso de graduação, o contato não era especificamente com uma das Cadeiras de Sociologia e sim com os professores das várias cadeiras: além das mencionadas, Economia Política, História da Filosofia, Psicologia Social, Matemática e Estatística, mais as disciplinas didáticas.

Na época, havia mais contato entre alunos e professores do que hoje. Cada disciplina tinha a duração de um ano, em dois semestres. As turmas eram bem menores: 30 alunos em cada turno, vespertino e noturno. Nos dois primeiros anos, fui aluno do curso noturno, pois trabalhava durante o dia. Nos dois últimos anos, fui para o diurno, com uma bolsa de pesquisa para participar de um estudo sobre qualificação do trabalho, a convite de Fernando Henrique Cardoso, que estava sendo

desenvolvido pelo professor Luiz Pereira, na Cadeira de Sociologia I, de Florestan Fernandes.

Os professores ministravam aulas teóricas e dirigiam seminários com os alunos. No primeiro ano de Sociologia, fui aluno de Fernando Henrique Cardoso e no segundo ano, de Octavio Ianni. No terceiro ano, voltei a ser aluno de Fernando Henrique e de Octavio Ianni, no quarto ano fui aluno de Florestan Fernandes. Ainda me lembro fazendo um seminário num dos cursos de Fernando Henrique: eu sentado à mesa do professor e ele sentado no meio da sala, entre os alunos, fazendo perguntas e dirigindo o debate. Uma característica importante dos docentes do grupo de Florestan, era o descontraimento e a formalidade ao mesmo tempo, na sala de aula, e o estímulo e desafio aos alunos para que aprendessem a pensar e indagar como sociólogos de verdade, a pensar a realidade social como adultos e pesquisadores. Isso dependia de muita leitura. Além de aulas de Sociologia também com Ruy Coelho, tive aulas de Antropologia Física com Gioconda Mussolini, que fora aluna de Claude Lévi-Strauss, e Antropologia Cultural com Ruth Cardoso, Eunice Ribeiro Durham e Amadeu Duarte Lanna. E, por fim, Etnologia com Egon Schaden.

Em Ciência Política fui aluno de Oliveiros da Silva Ferreira e Paula Beiguelman.

Em Geografia, uma disciplina que ensinava a pôr os pés no chão, então considerada uma disciplina auxiliar importante das Ciências Sociais, fui aluno de Pasquale Petrone e Lea Goldenstein.

Em História, fui aluno de Fernando Antônio Novais, um teórico competente da relação entre documento, fato e interpretação e um crítico dos procedimentos superficiais na interpretação dos fatos propriamente históricos. Um pensador da História.

Em Psicologia Social, tive aulas com a professora Anita Castilho Marcondes Cabral. Naquela época, a Psicologia Social era uma disciplina auxiliar na formação dos alunos de Ciências Sociais. O impulso final para que eu me decidisse por Ciências Sociais, e não por História, eu o tive, aliás, numa convincente conferência da professora Noemi da Silveira Rudolfer, de Psicologia Social da nossa Faculdade, realizada na Biblioteca Municipal de São Paulo, da qual eu era freqüentador assíduo. O curso não era massificado, o que permitia aos alunos um aprendizado artesanal e maior proximidade com os professores. Mas os professores eram protegidos por uma aura de autoridade que já não existe, sem contar que o sistema de avaliação era complicado e exigente. Quem nas provas parciais conseguisse média igual ou superior a sete ficava dispensado da prova oral final. Caso contrário, além da prova escrita, a prova oral.

Nessa época, os homens davam aula de terno e gravata. E Florestan usava também o guarda-pó. Quando me tornei seu

assistente e comecei a dar seminários em seu curso de quarto ano, ele me chamou para estranhar que eu não usasse terno e gravata. Entendi o recado. E me lembro de uma professora, indo para a sala de aula, cujo apuro no vestir elogiei e que me explicou que isso era uma questão de respeito pelos alunos.

Como o senhor analisa a interferência sofrida pela Faculdade durante período militar e, sobretudo, com as cassações de inúmeros professores?

Nas Ciências Sociais foram aposentados compulsoriamente com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, com base no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, os professores Florestan Fernandes e Octavio Ianni, na Cadeira de Sociologia I, e Fernando Henrique Cardoso (que fora da Sociologia I) e Paula Beiguelman, na Cadeira de Ciência Política. Fernando Henrique havia voltado do Chile e acabara de fazer o concurso para titular da Cadeira de Política. Nas outras Cadeiras, houve o afastamento de José Arthur Gianotti e Bento Prado, de Filosofia, Emilia Viotti da Costa, de História, e Ada Natal Rodrigues, de Letras, que estava no Colégio de Aplicação.

As escolhas do regime militar foram estratégicas e precisas, de modo a fazer o maior estrago com o mínimo de munição. Certamente pesou aí a presença de dois professores da USP no Conselho de Segurança Nacional, que tomou a decisão: Gama e Silva, da Faculdade de Direito, que fora reitor da USP e era ministro da Justiça, pai putativo do Ato Institucional nº 5, e Delfim Neto, da Faculdade de Economia, então poderoso ministro da Fazenda. Estranhei muitíssimo que a primeira coroa de flores a chegar ao prédio da Faculdade de Filosofia, na manhã do velório de Florestan Fernandes, tenha sido justamente a de Delfim. O algoz e a vítima tornaram-se amigos na Câmara dos Deputados.

Na verdade o estrago havia começado antes, durante o ano de 1968, com a tomada da Faculdade de Filosofia pelo movimento estudantil liderado por um estudante que não era da nossa escola, um tal de José Dirceu, que gerenciava o movimento a partir do invadido gabinete do diretor da Faculdade, no último andar do prédio da Maria Antônia. Raramente foi visto no saguão e nas comissões. O movimento estudantil, motivado pela questão dos excedentes, os que haviam obtido nota no vestibular mas não haviam conseguido vaga na Universidade, tomou como bandeira a apregoada e necessária democratização da Universidade. E dirigiu suas baterias contra um alegado elitismo da instituição, identificando-o, sem mais justificativas, na cátedra. Justamente na mais democrática das unidades da USP, que era e ainda é a Faculdade de Filosofia. Todos os catedráticos tornaram-se alvos dos ataques, da crítica e da desqualificação. Florestan, que era catedrático, esta-

va inevitavelmente na mira. Mas estavam na mira, também, docentes como a professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, que pensava o rural na tradição da Sociologia francesa de Roger Bastide, que fora professor na Faculdade de Filosofia. Alvo era basicamente quem não citasse Marx. As comissões paritárias levantavam campos de inovação possível no ensino, sem dúvida, mas colocavam os professores contra a parede, tentando definir conteúdos que representavam, na verdade, a ideologização do ensino superior e, conseqüentemente, a banalização das Ciências Sociais.

Já em 1962 um primeiro grande movimento nacional havia conseguido uma reforma curricular do governo Goulart, que instituiu o regime semestral e suprimira do currículo disciplinas fundamentais, como a Psicologia Social e a História da Filosofia, além de Elementos de Matemática e a redução na carga didática de Estatística.

A crítica corrosiva e a recusa das Sociologias discrepantes da suposta sociologia marxista (de um Marx que a imensa maioria nunca havia lido, ao contrário de um bom número de professores que há anos realizava o hoje famoso seminário sobre *O Capital*) alcançava Florestan diretamente, cuja leitura de Marx, expressa em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, era questionada. Quando fomos expulsos violentamente da rua Maria Antônia, esburacada, com os macadames utilizados para interromper o trânsito de carros e bondes, pouco restara da imaginária revolução confinada nos estreitos limites do prédio da escola e cercada de uma população de moradores hostis que não agüentava mais ouvir A Internacional dia e noite, transmitida por alto-falantes. Aquilo se tomara uma ilha da fantasia pequeno-burguesa, como toda ilha desse tipo. Queriam transformar o mundo, mas não viam o mundo ao redor, constituído de pessoas que trabalhavam, precisavam descansar e dormir, tinham filhos pequenos que já não dormiam em paz. O mundo da referência política era uma ficção enganadora, não tinha pessoas de carne e osso.

Fomos escoraçados para a Cidade Universitária, onde havia poucos edifícios e onde a Faculdade de Filosofia tinha apenas o Prédio de Geografia e História. O movimento estudantil se esvaziou, mas a mentalidade que o presidira continuou operando de vários modos, um deles numa primeira criação interna e não-oficial de departamentos que substituíram as cátedras. Isso concretamente tirou de Florestan toda a autoridade acadêmica, que era um de nossos bens mais preciosos. Foi o que deixou Florestan muito amargurado a partir da cassação porque marginalizado não só pela ditadura, mas também pela “esquerda”.

Além disso, “porque burgueses,” foram suprimidos os ritos próprios da escola, como a formatura solene, que era um

momento político importante na história da Faculdade de Filosofia. A escola se transformou numa instituição burocrática em que os alunos passaram a se formar administrativamente e solitariamente no guichê da secretaria, num absoluto desrespeito por um dos momentos mais importantes na vida de qualquer jovem, especialmente dos pobres e dos menos ricos. Na escola, a suposta revolução se reduziu a isso. Os inconformados partiram e se dividiram. Muitos foram para a luta armada, para morrer na repressão suja, nas câmaras de tortura, nos atentados praticados no silêncio da noite, perecer incógnitos e anônimos na vala comum sabe lá Deus de onde. Oficialmente materialistas que somos nesta escola, não há nem mesmo um rabisco de parede para lembrar-lhes os nomes, celebrar-lhes a memória e a generosidade. Seres que foram tratados como descartáveis, que ofereceram sua juventude por algo que acreditavam ser uma causa de todos, a melhor causa, sepultados também na brancura sem vida das nossas paredes.

Apesar de formalmente afastados da Universidade e barrados pelo silêncio interno, o que equivalia de fato a um segundo banimento, foi fundamental o estabelecimento de uma teia de convivência extra-muros com os cassados através da revista *Debate & Crítica*, publicada pela Editora Hucitec. Iniciativa do historiador Jaime Pinsky, que por meu intermédio se aproximou do antigo grupo da Sociologia I, constituímos – ele, Florestan e eu – o conselho editorial. Para o extenso Conselho de Redação convidamos vários professores cassados e figuras representativas da intelectualidade democrática. Essa rede se comunicava muito e a revista, inicialmente semestral e depois quadrimestral, foi um meio de assegurar a continuidade do espírito das Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia fora da Faculdade de Filosofia.

A revista funcionou de 1972 a 1975, quando a Polícia Federal exigiu que nos submetêssemos à censura prévia, enviando todos os artigos para Brasília, antes de serem publicados. Recusamos a censura e fechamos a revista. Foi a única publicação científica brasileira a que os meganhas da ditadura quiseram impor o achaque e o controle político. Ninguém na comunidade acadêmica, nem professores nem estudantes, abriu a boca para protestar contra essa violência. Não recebemos solidariedade de absolutamente ninguém.

No ano seguinte, para driblar a censura, reabrimos a mesma revista com outro nome – *Contexto* – que circularia até 1978, com algumas modificações nos dois conselhos, por sugestão de Florestan, de modo a não parecer que se tratava de uma revista que tinha forte presença de professores cassados. Mas nós três continuávamos fazendo a revista, agregando ao conselho de fato Tamás Szmrecsányi, que havia sido aluno de Florestan e era jornalista. Antes dele, o jornalista Luís Wejs,

também antigo aluno, assumira a responsabilidade formal pela publicação. Foi para todos nós, cassados e não cassados, um momento incrivelmente bonito de entusiasmo no meio da escuridão e da barbárie. Algo bem diverso do clima cinzento dentro do “campus” e nos corredores da escola. Nós nos reuníamos na casa de Jaime Pinsky, cuja biblioteca era também a secretaria e a redação da revista.

E atualmente, como avalia o departamento de Sociologia? Como ele se insere na produção de pesquisas no âmbito nacional?

Passado o período ainda marcado pela presença de professores formados diretamente pelo grupo de Florestan Fernandes, de seus assistentes e dos docentes das outras cadeiras, creio que estamos em face de um cenário novo e completamente diferente. Praticamente nada resta de efetivo do tempo áureo da Sociologia uspiana. Os tempos são outros e as competências são bem diferentes. Desde que ficou claro que os anistiados não aceitariam a anistia e seriam definitivamente afastados da Universidade, o Departamento abriu mão de uma Sociologia comprometida com um projeto histórico nacional e viabilizou a diversificação de interesses, temas e problemas. O novo regime de recrutamento de docentes, aparentemente mais democrático, favorece a existência de um grupo marcado pela diversidade, mas não favorece, ao mesmo tempo, a unidade de um diapasão extra-acadêmico que é o de uma concepção mínima e básica de referência para pensar a sociedade em que vivemos. Não há um eixo teórico de convergência e divergência, de debate e de troca de idéias. O Departamento é hoje uma coleção de pessoas isoladas, muito competentes em seus respectivos interesses, sem dúvida. Mas há muito de tentação diletante na Sociologia que se faz aqui e, diga-se a bem da verdade, também alhures. É uma opção que tem seu sentido, certamente necessária, mas de difícil compreensão pelos jovens que chegam cheios de inquietações existenciais, sociais e políticas a nossa escola. O que, no meu modo de ver, vem alargando o espaço para a picaretagem própria da exigência de uma “sociologia” militante paralela, de corredor, estranha às salas de aula. No fundo, o diletantismo compreensível nesta conjuntura cria o antídoto que corrói e compromete a Sociologia como ciência por baixo e em silêncio. Esses isolamentos individuais são, de certo modo, a contrapartida da fragmentação e setorização das Ciências Sociais aqui na Faculdade. Já no terceiro ano do curso, nossos alunos se enganam e são enganados com a indução a optarem exclusivamente ou por Sociologia, ou por Antropologia ou por Ciência Política. Perde-se, assim, a formação pluralista e competente que nossos alunos de graduação ti-

nam no passado, complementada com a valorização das chamadas disciplinas auxiliares, como a História, a Geografia, a Psicologia Social, a História da Filosofia. Valorização que foi responsável pela formação dos grandes nomes da Sociologia na USP. De certo modo, nossos alunos de graduação saem do curso com uma formação mutilada por esse viés.

Curiosamente, nos tempos de Florestan, apesar do poder da Cátedra, havia uma ampla liberdade de formulação dos projetos individuais de pesquisa, ao mesmo tempo em que havia uma busca criativa de inovações teóricas bem demarcadas. O eixo de referência foi a questão do método, que marca a obra de Florestan e de seus assistentes e ganhou especial consistência no seminário interdisciplinar sobre *O Capital*, de Karl Marx, de que Florestan não participou. (E, embora pouco se fale nisso, de certo modo, também no seminário sobre a Teoria do Emprego, de Keynes, na Cadeira de Sociologia I, dirigido por Sebastião Advíncula da Cunha e proposto por Fernando Henrique, de que Florestan participou e eu também).

A questão do método retornou no que considero um dos meus mais importantes trabalhos pedagógicos, o seminário de pós-graduação das manhãs de sextas-feiras sobre o método dialético em Marx e em Henri Lefebvre, um seminário que durou dezoito anos, em que foi lida praticamente toda a obra do primeiro e boa parte da obra do segundo. Foi a proposta de uma base de referência crítica para o diálogo teórico com a sociologia fenomenológica e sua importante contribuição para retomada e ampliação de aspectos fundamentais da Sociologia uspiana, especialmente a dos chamados incorretamente de “pequenos trabalhos”.

Hoje o Departamento não tem mais essas referências. De algum modo afasta-se da valorização da pesquisa empírica e está mais identificado do que no passado com o ensaísmo, ao mesmo tempo que marcado por desafios que são desafios da Filosofia e não da Sociologia. O que talvez represente um esforço de manter a cabeça fora d’água num cenário brasileiro e internacional em que, comparada com a efusiva riqueza temática da Antropologia, a Sociologia está em visível crise, sobretudo porque abandona os mais candentes temas da sociedade contemporânea. Basta ver a melancólica pobreza dos temas dos congressos internacionais e nacionais de Sociologia.

A sociologia já não se defronta com grandes e fundamentais desafios, basicamente porque os ignora. Cumpre a sua sina menos desejada, a de uma ciência da ordem, mesmo quando se enreda com as baboseiras ideológicas dessa excrecência indevidamente chamada de “sociologia militante”, descabida e injustamente atribuída a Florestan Fernandes. Florestan era um sociólogo competente e um homem inteligente. A militância de Florestan sempre se deu fora dos quadros de atuação do

sociólogo, como se fosse uma dupla personalidade, em que uma identidade se deixava desafiar e iluminar pela outra e que, não raro, entravam em conflito. Nesse conflito, o sociólogo ganhou sempre, porque cresceu e se enriqueceu como intérprete profundo das contradições sociais e do drama humano que elas geram no vivencial.

A questão crítica é que com a supressão da cátedra e as cassações desapareceu, também, a liderança intelectual que Florestan e seus assistentes tinham. E apesar de muitos anos passados, mais de trinta, não tivemos mais nenhum líder intelectual nessa área. Os chefes do Departamento não tem tido o carisma que poderia nos ajudar a sair do limbo das indefinições, sobretudo porque são expressões e prisioneiros de um democratismo burocrático castrador, independente de seus méritos propriamente acadêmicos e de suas virtudes pessoais.

Professor, o senhor é um dos maiores especialistas sobre Trabalho, incluindo o escravo e o infantil (o senhor foi assessor especial do Presidente Fernando Henrique sobre esses temas). Como se deu esse interesse como linha de pesquisa?

Gostaria de resolver vários equívocos dessa questão. De modo algum se trata de uma linha de pesquisa. Não sou nem mesmo especialista em relações de trabalho, embora desde o começo de minha carreira o tema das formas transicionais e não capitalistas de trabalho esteja fortemente presente em minha obra, como parte de uma visão teórica das transformações sociais na sociedade brasileira que lida com as conexões e contradições do todo, especialmente o desencontro e a coexistência dos tempos sociais. No meu doutorado tratei do assunto. Voltei a ele em *O Cativo da Terra* e em *Fronteira*.

Quando, em 1975, comecei a demorada pesquisa de quase vinte anos sobre os conflitos sociais na expansão da fronteira, na região amazônica, o problema da escravidão por dívida, ou peonagem, era um dos elementos dessa conflitividade. Organizei um banco de dados para monitorar as ocorrências, como um dos três grandes bancos de dados que resultaram dessa pesquisa, num total de mais de dez mil fichas de casos. No meio do caminho, fui procurado, no Brasil, por uma técnica da Organização Internacional do Trabalho que soube de minha pesquisa e quis conversar sobre o assunto. A OIT não tinha nenhum programa específico sobre esse problema, embora seja a organização internacional a que está afeto o cumprimento dos tratados e convenções internacionais que desde 1926 regulam a liberdade e contratualidade nas relações de trabalho. Lentamente, esse contato comigo e com outros pesquisadores em outros países evoluiu para um programa es-

pecífico de pesquisa da OIT em vários países, Brasil incluso. Depois disso, fui convidado para um importante seminário sobre escravidão no famoso Instituto de História Social, na Holanda (que abrigou o arquivo de Marx e Engels durante a Segunda Guerra mundial, levado clandestinamente da Alemanha), reunindo o grupo não muito grande de pesquisadores acadêmicos que em vários países se dedicavam ao tema. Os trabalhos desse seminário foram publicados em livro.

Finalmente, fui convidado pelas Nações Unidas, e o Secretário Geral me nomeou, para ser o membro pelas Américas na Junta de Curadores do Fundo Voluntário da ONU contra as Formas Contemporâneas de Escravidão, que funciona em Genebra, constituído de cinco pessoas, uma de cada continente. Estou no meu terceiro mandato trienal, o que já ultrapassa as regras da ONU para permanência em função. Meu mandato termina no dia 31 de dezembro de 2004.

No final de 2001, o ministro da Justiça me nomeou para uma comissão especial que se encarregaria de aglutinar os setores do governo envolvidos no combate ao trabalho escravo no Brasil. E em 2002 o presidente Fernando Henrique Cardoso me nomeou seu assessor especial. Nessa dupla função, coordenei a extensa comissão que preparou o Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, um desdobramento e aperfeiçoamento do programa que o Presidente da República criara em 1995, o Grupo Executivo de Repressão contra o Trabalho Forçado (GERTRAF). Foi um enorme prazer trabalhar com essa numerosa comissão, que reuniu altos funcionários de diferentes ministérios e do Ministério Público, além da Contag, pessoas da maior qualificação e de incansável dedicação ao serviço público. Em outubro de 2002 o plano ficou pronto e foi entregue à Presidência da República para os ajustamentos técnicos e legais necessários. É o mais completo elenco de procedimentos anti-escravistas que se produziu no mundo, que vai das providências de fiscalização e sanção, libertação e reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, inclusive indenizações, penalização e prisão inafiançável dos responsáveis, até o perdimento da propriedade de quem tenha se valido do cativo de outrem. Em março fui chamado a Brasília, pelo Secretário dos Direitos Humanos, já no novo governo, para uma troca final de idéias com os membros da comissão e três ministros. Saímos dali para o Palácio do Planalto para entregar ao presidente Luiz Inácio, com o nome de Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, o plano de fato preparado por solicitação do presidente Fernando Henrique, e durante seu governo, e adotado como plano do novo governo. Minha contribuição teórica e empírica ao conhecimento desse problema constitui um dos capítulos do meu livro *Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano*.

Há ainda muito trabalho escravo pelo mundo?

Não há números precisos, apenas evidências numéricas de qualidade variável. A maior concentração de ocorrências é na Ásia, especialmente no subcontinente indiano. Em vários países da África o problema é também muito grave. Na China comunista o problema também se agrava, especialmente com o reflorescimento do comércio de esposas. A China adotou uma política muito severa de controle de natalidade, o que intensificou a prática do infanticídio de meninas para preservar os meninos como mão de obra da família camponesa. Agora os meninos se tornaram adultos e precisam de esposas para reprodução e trabalho, o que os leva a comprar por bom preço as preciosas meninas preservadas pelos pais.

Na Europa e nos Estados Unidos, o problema vem se agravando, embutido no trabalho clandestino de milhares de imigrantes ilegais. Em janeiro do ano passado, quando eu estava em Cambridge, houve duas graves ocorrências na Inglaterra. Uma foi a morte por afogamento de 19 chineses catadores de mariscos para restaurantes finos da Holanda e da Espanha. Trabalhavam à noite numa praia inglesa e foram alcançados pela maré, antes de chegarem à terra firme. Eram chineses, introduzidos clandestinamente por traficantes, escravizados em troca da passagem. O outro caso foi o de 55 gregos, também traficados para trabalhar na colheita de flores, em troca da passagem e da comida: recebiam por dia um pão e uma lata de comida de cachorro.

Estimamos que pode haver no mundo duzentos milhões de pessoas em situação de escravidão.

Outra questão que o senhor aborda também é a questão agrária.

Professor, como o senhor vê a indústria do agro-negócio e como vê o Movimento dos Sem Terra?

É curioso que meu nome pareça condenado a uma associação com esse tema. Fui e tenho sido um inovador na proposição de caminhos teóricos para compreensão do mundo rural, para compreensão dos movimentos sociais no campo, para compreensão da questão agrária entre nós. Sem modéstia, creio que sou responsável no passo adiante que houve nesse campo dos estudos sociológicos em relação a uma linha de interpretação que foi muito cara a Florestan Fernandes nos anos cinquenta, a da resistência à mudança.

Mas minha obra não se limita a isso. Sou também responsável pela introdução, na universidade brasileira, e aqui na USP, da disciplina de Sociologia da Vida Cotidiana e do estudo sociológico da vida cotidiana. É uma das áreas em que publiquei livros de repercussão, como *Subúrbio* (que ganhou o Prêmio Jabuti de 1993) e *A Sociabilidade do Homem Simples*. Neste momento trabalho na finalização do terceiro volume da trilogia

sobre o subúrbio e tenho o primeiro volume bem adiantado. Nessas obras, proponho que se repense a cidade de São Paulo e o urbano que, contra a obsessão da revolução social que não acontece senão disfarçadamente, se pense os poderosos mecanismos da repetição e da degradação, que são mecanismos da cotidianização da vida.

Meu interesse pelo campo também está referido a esse mesmo eixo de compreensão sociológica. Por isso, o centro de minha análise não está no economicismo da polarização que você sugere. Está nos movimentos sociais, nas suas contrafações, cada vez mais freqüentes, nas manipulações a que sucumbiram, na anomalia de que igrejas façam o papel de partidos políticos, nos fatores do nosso atraso e da lentidão de nossa história. Meus cinco livros mais importantes sobre o tema (*O Cativo da Terra*, *Caminhada no Chão da Noite*, *A Chegada do Estranho* [Prêmio Jabuti de 1994, como Melhor Livro de Ciências Humanas], *O Poder do Atraso e Reforma Agrária: o Impossível Diálogo*) tratam da dimensão histórica e política dos processos sociais que trouxeram o trabalhador rural para o palco da História deste país e do seu lugar nessa História. Em dois outros livros trato da vivência propriamente dramática da vida do homem do campo colhido nessa transição dolorosa, carregada de violência e injustiça, vítima de abandonos e manipulações, de sua subjetividade sofrida, do imaginário que funda sua utopia: *Fronteira* (A degradação do Outro nos confins do humano) e *O Sujeito Oculto*, meu livro mais recente publicado pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em *Fronteira* apresento uma parte dos resultados da imensa pesquisa que fiz solitariamente na região amazônica por mais de vinte anos, sem recursos institucionais e não raro hostilizado por meus colegas aqui da Faculdade pelas viagens semestrais. Não obstante, nunca deixei de cumprir rigorosamente minha carga docente anual na graduação e na pós. Trabalhei no Acre, em Rondônia, no Mato Grosso, em Goiás, no Pará e no Maranhão. Construí um banco de dados com mais de dez mil casos de conflito e fiz dezenas de horas de entrevistas gravadas no meio da mata. Essa foi, provavelmente, a pesquisa sociológica mais demorada e de maior abrangência territorial que se fez sobre uma fronteira em movimento, a última delas no mundo, a da Amazônia brasileira. Uma pesquisa feita sem apoio financeiro, cujos recursos vieram basicamente do meu próprio salário e da troca de palestras por alojamento e alimentação, o que chamo de Fundação Martins de Amparo à Pesquisa. A Fapesp demorou oito meses para me dar uma resposta a modestíssimo pedido de financiamento e só o fez porque protestei pessoalmente ao diretor científico, na época o professor Saad, pelo descabido de uma demora que inviabilizava meu trabalho, que teria que ser iniciado em 1975, antes das chuvas amazônicas. Em pelo me-

nos duas vezes fui ameaçado de morte, numa delas o sujeito que me agarrara à traição, pelo pescoço, se atrapalhou ao pegar a faca escondida por dentro do cinto, por cima das nádegas, como é costume no sertão, o que me deu tempo para escapar. Em outra, escapei porque tive ajuda para fugir com todo o meu material de pesquisa. Minha caderneta de campo tem milhares de páginas de anotações sobre os mais diferentes aspectos da pesquisa.

Professor, para finalizarmos, o senhor tem alguma projeção da FFLCH para os próximos 70 anos?

Setenta anos é muito tempo num país como o nosso e numa universidade como a nossa. Esta Faculdade de Filosofia de fato não tem setenta anos. Não só porque já não tem o nome original – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – como já não tem a estrutura e as funções históricas de sua origem. A mudança não foi apenas de nome, foi também de conteúdo. Na fragmentação da velha Faculdade, da qual fui aluno e docente, e sei bem o quanto era diferente da atual, a escola foi privada de sua alma e, portanto, de sua imortalidade. Ela se tornou, acima de tudo, uma unidade administrativa da USP. Qualquer projeção deve levar em conta esse fato que torna as projeções muito precárias.

O futuro de uma instituição universitária, como esta, depende muito de como ela lida com a tradição, de que ela tenha um espírito a preservar, uma alma que a anime a inovar e a manter-se ao mesmo tempo, uma razão histórica para existir. Na verdade, a Faculdade de Filosofia abriu mão disso há muito tempo. Os maiores nomes da história da nossa Sociologia – Roger Bastide, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Fernando de Azevedo, Ruy Coelho, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Luiz Pereira, Azis Simão, Marialice Mencarini Foracchi, Octavio Ianni – sequer são mencionados ou citados e nem mesmo lidos, a não ser excepcional e raramente por um ou outro professor. E são figuras recentes, nomes notáveis das Ciências Sociais, com livros ou artigos traduzidos em vários países, com mais prestígio na Europa, nos Estados Unidos e na América espanhola do que no recinto da FFLCH. Sem falar nos silêncios e sepultamentos simbó-

licos que também há aqui e nos outros departamentos.

Com algumas exceções, interrompemos o diálogo com essa herança sem termos criado nada equivalente. Ao contrário, pode ser que estejamos mergulhando numa recolonização do pensamento sociológico, mais do que num intercâmbio crítico, necessário e criativo com autores cujo trabalho e cuja reflexão sociológica estão referidos a sociedades quase que completamente diferentes da nossa. Estamos nos brazilianizando, nos vendo como se fôssemos estrangeiros, como se não fôssemos nós mesmos. Não estamos mais interrogando a sociedade que temos que explicar. Estamos flertando com o que não somos. Uma escola que literalmente decreta a sentença de morte de seus grandes nomes não pode ter muitas aspirações de permanência para um período tão longo como o de setenta anos. Porque a permanência depende de lembrança e memória e a Faculdade de Filosofia está se transformando aos poucos numa fábrica de esquecimentos.

Hoje só é politicamente correto falar de 1968 em termos favoráveis. Esse equívoco precisa ser superado. O que aconteceu em 1968 foi um encontro de desesperos, uma situação de contradições que a direita sufocou com ampla repressão que atingiu profundamente a Universidade e a juventude da classe média e rica, que era a juventude universitária. Mas a pseudo-revolução de 1968, porque foi a revolução que não houve, deixou uma semente terrível e reacionária: a da demolição da tradição porque supostamente anti-revolucionária. O apagamento da memória em nome das ideologias da mudança, pretensamente profunda, ainda hoje parasita silenciosamente as estruturas de nossa escola, nos condena à ignorância, tolhe a nossa criatividade, cerceia a nossa competência, apaga os ritos de nossa afirmação e de nossa identidade. Não obstante, o passado tem sido generoso com o presente mesquinho e injusto: o prestígio da Faculdade de Filosofia ainda vem muito mais do nome e do legado dos professores esquecidos, dos que se foram e cumpriram com rigor e generosidade o que é próprio de qualquer verdadeira instituição acadêmica: legar aos seus sucessores um patrimônio intelectual pleno de sentido, elencos de indagações fundamentadas, desafios de continuidade e criação, vínculos de pertencimento e liberdade.

PROF. DR. SÉRGIO ADORNO

DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
POR RODOLFO VIANNA



Professor, para começarmos a nossa entrevista, o senhor poderia falar brevemente sobre sua formação acadêmica?

Eu fiz curso de Ciências Sociais na USP, tendo entrando no ano de 1971. Fiz o curso entre 1971 a

1974. Iniciei o curso no período vespertino e, depois, em virtude de ter que trabalhar, continuei o curso à noite. Eu digo que na época, e acho que hoje também, não havia diferenças substantivas entre os cursos vespertino e noturno: as exigências eram as mesmas, a carga de leitura era a mesma. Não

me senti prejudicado por frequentado o curso noturno. Durante a minha graduação, eu e um grupo de colegas decidimos dar continuidade a um projeto de pesquisa que já havíamos desenvolvido inicialmente para uma disciplina de graduação. Tratava-se de um estudo sobre egressos penitenciários. Com apoio da Fapesp, realizamos a pesquisa sob a orientação da professora Maria Célia Paoli. Foi praticamente o começo da minha trajetória enquanto pesquisador. Esse foi um período muito bom. Realizamos uma investigação que considero inédita naquela época – isso foi em 74 a 76. O tema da violência não era prestigiado sob o ponto de vista acadêmico, a literatura era muito exígua e não havia fontes documentais disponíveis e acessíveis. É sempre bom lembrar que estávamos sob vigência de governos militares, que se sucederam ao golpe de 1964. Já, em meados da década de 70, o crescimento da violência urbana vinha agravar problemas tais como a arbitrariedade da polícia na contenção do crime. Mas, a censura era forte, a denúncia de abusos e arbitrariedades não havia alcançado a mídia impressa, o medo da polícia era bastante acentuado. Então, eu posso falar que foi um trabalho pioneiro, pois, de alguma maneira, ajudou a colocar a temática da violência, mais propriamente o do controle democrático da violência na pauta da agenda das Ciências Sociais no Brasil. A esse trabalho inédito, seguiram-se outros estudos, promovidos por outros pesquisadores, tanto em São Paulo como em outros estados da federação, que contribuíram igualmente para chamar a atenção dos cientistas sociais para a relevância com que a violência vinha ocupando na vida cotidiana..

Quando terminei a graduação, eu não fui imediatamente fazer a pós-graduação. Eu prestei concurso público e fui trabalhar num órgão do estado, chamado Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC), que ainda existe, cuja função principal era de fazer perícias para o poder judiciário, sobretudo investigações de paternidade (naquela época, mais ou menos 1975, estavam começando as investigações com apoio na técnica hoje conhecida como DNA). Eu trabalhei lá de 75 até 1980. O IMESC tinha um pequeno grupo de pesquisa, que reunia sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, médicos, porém não tinha um programa definido de pesquisa naquele campo. Quando eu fui lá trabalhar, ajudei a formular um programa de pesquisa. Após ter coordenado um levantamento sobre uso de drogas na população escolar da cidade de São Paulo (talvez o primeiro levantamento sobre este problema), passei a me ocupar de um programa de pesquisa sobre reincidência criminal e penitenciária. Em 1980, licenciei-me do IMESC para dar prosseguimento ao mestrado. Eu havia conseguido uma bolsa da Fapesp para um estudo sobre a formação dos bacharéis na Faculdade de Direito de São Pau-

lo, no século XIX. Eu queria entender justamente o liberalismo dos bacharéis e, sobretudo, o contraponto entre liberalismo e democracia foi um debate muito presente na literatura sociológica e antropológica das ciências sociais e da historiografia, na década de 70. Falava-se muito do papel dos bacharéis como construtores do Estado Nacional, mas não havia estudos que mostrassem como é que eles foram formados enquanto profissionais da política. Ao concluir a pesquisa documental, meu orientador, Prof. Gabriel Cohn, sugeriu que eu fosse conduzido ao doutorado direto. Defendi a tese em dezembro de 1984. No ano seguinte, a tese foi premiada no I Concurso de Teses Universitárias, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura. Em 1988, foi publicada pela Editora Paz e Terra com o título *Os aprendizes do poder*.

Antes, porém, em 1982, eu já havia retornado ao IMESC, dando prosseguimento à pesquisa sobre reincidência criminal. Contribuí também para a criação de uma revista que teve um papel muito importante no desenvolvimento dos estudos sobre crime e violência. Chamava-se *Temas IMESC*. Essa publicação contava com um conselho editorial do mais alto nível, do qual participavam, entre outros, Lúcio Kowarick, Ruth Cardoso, Paulo Sérgio Pinheiro – foi lá que eu praticamente comecei a travar o contato com ele -, Maria Helena Prado Mello Jorge, Maria Amélia Azevedo, Tereza Caldeira. Era difícil reunir todos numa única sessão. Imagine o prazer que foi dirigir uma publicação com um conselho editorial desse porte, além, é claro, do aprendizado que adquiri. Durante dois anos eu fui diretor científico desse Instituto. Após concluído o doutorado, pretendi seguir carreira acadêmica. Em 1985, submeti-me ao concurso para contratação docente junto ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH. Aprovado, passei a integrar o quadro docente. Entre a conclusão do doutorado e logo no início de minha inserção na USP, pertenci também ao quadro de pesquisadores do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC. Fui convidado para substituir na coordenação de um projeto sobre políticas públicas penais no estado de São Paulo, no período de 1950-1985, os pesquisadores Boris Fausto e Rosa Maria Fischer, momentaneamente impedidos de dar continuidade ao projeto. Aos poucos, Rosa Fischer, hoje professora da Faculdade de Economia e Administração – FEA, retornou à equipe e dirigimos o projeto conjuntamente. Tratou-se também de um estudo inédito, infelizmente não publicado àquela época. Presentemente, estamos estendendo o período de investigação, atualizando dados de forma que se possa publicar seus resultados sob a forma de livro.

Até 1988 mantive laços com o CEDEC. Em seguida, decidi concentrar minhas atividades na USP e despendei esforços e

energias para a criação do Núcleo de Estudos da Violência – NEV. Inicialmente eu fui designado para ministrar a disciplina “Introdução à Sociologia” para o curso de Direito da USP, até devido minha familiaridade com a vida acadêmica dessa instituição. Logo, em seguida, passei a ministrar disciplina de graduação para o curso de ciências sociais (básica e optativa) e para o curso de pós-graduação em sociologia. Quando ingressei no quadro docente, em 1986, estava em pauta a separação do Departamento de Ciências Sociais nos atuais Departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Participei de discussões acaloradas, marcadas por muita tensão e conflitos entre as áreas. Foi um período que me obrigou a amadurecer rapidamente e passar a desempenhar funções de direção institucional precocemente. Antes mesmo de concluir minha primeira orientação de dissertação, fui eleito vice-coordenador do programa de pós-graduação em Sociologia. No ano seguinte, assumi a coordenação. Na seqüência, devido à divisão dos departamentos, acabei eleito vice-chefe de Departamento, tendo a professora Eva Blay como chefe. Então, já desde o início de minha carreira docente na USP enfrentei desafios para os quais, confesso, não estava ainda preparado. Pouco a pouco, fui adquirindo maior compreensão da vida departamental, entendendo suas divisões internas, negociando divergências. Foi um duro aprendizado para conquistar confiança entre os colegas.

Desde 1987, eu me associei ao professor Paulo Sérgio Pinheiro na criação do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), com o apoio da direção da FFLCH e dos Departamentos de Sociologia e Ciência Política.

E o núcleo tem quantos pesquisadores, hoje?

O núcleo tem quase 40, provenientes de várias unidades e em distintos estágios da formação acadêmica. Contamos com estudantes de iniciação científica, aperfeiçoamento, mestrandos, mestres e doutorandos. A coordenação é composta fundamentalmente por mim, por Nancy Cardia, doutora em Psicologia Social pela Universidade de Londres e por Paulo Sérgio Pinheiro, professor de ciência política, ex Secretário de Estado dos Direitos Humanos, com grande inserção nacional e internacional nessa área.

Meus temas de pesquisa e de interesse situam-se o campo da sociologia política. O problema de investigação diz respeito à persistência de graves violações de direitos humanos e ao recrudescimento da violência a despeito do processo de reconstrução democrática a que vimos assistindo desde fins da década de 70, no século passado. Estamos diante de um desafio: como garantir o controle democrático da violência? Daí por que é necessário compreender a dinâmica da violên-

cia no interior da sociedade civil como também as formas pelas quais o estado promove quer a proteção de direitos humanos quer a aplicação de lei e ordem. Nossa preocupação, no NEV, não é de natureza criminológica. Não estamos preocupados com a fenomenologia da violência e do crime *tout court*. Nosso problema consiste em examinar os desafios que a persistência da violência e do crime colocam para a consolidação do modelo democrático de sociedade e poder no Brasil. Quando olhamos as sociedades ocidentais do hemisfério Norte, observamos que as lutas sociais, ao longo de um século, promoveram simultaneamente a consolidação da democracia e a institucionalização dos conflitos sociais que, anteriormente, eram resolvidas mediante o recurso à violência. Entender por que a sociedade brasileira, na órbita da experiência moderna ocidental, trilhou ou vem trilhando caminhos diferentes constitui uma das questões a serem respondidas.

Mas, professor, essa dinâmica da violência tem a possibilidade de ser mapeada?

Sim. Tanto quanto nós podemos, estamos fazendo isso. Há vários projetos em andamento e um deles é a constituição de um banco de dados pelo qual acompanhamos 25 anos de veiculação, na imprensa, de casos de graves violações aos direitos humanos. Esse banco alcança sobretudo casos de violência institucional, entre os quais violência praticada por policiais e guardas de presídio, além de casos de linchamentos e execuções sumárias praticadas por grupos de extermínio. Preocupações dessa ordem contemplam o tratamento de questões relacionadas com as políticas de segurança pública, sobre planos de direitos humanos, sobre o medo e insegurança coletivos. Uma das questões que presentemente estamos estudando procura estabelecer relações entre as condições de vida, sobretudo em determinados bairros da chamada periferia da região metropolitana de São Paulo, e a explosão da violência fatal. Em particular, estou coordenando um estudo sobre impunidade penal. Não sabemos qual a magnitude da impunidade, notadamente para as graves violações de direitos humanos. Como hipótese, supomos que, se as taxas de impunidade são elevadas, os cidadãos e cidadãs desta sociedade tendem a depositar menor confiança nas instituições encarregadas de aplicação das leis e de distribuição da justiça criminal. Certamente, muitos apelarão para a segurança privada, cujo controle estatal é frágil, acentuando ainda mais problemas como a perda do monopólio estatal da violência, um dos fundamentos do estado moderno. Situações como essa podem representar grave obstáculo à definitiva consolidação da democracia nesta sociedade.

Então, o centro de nossas preocupações gravita em torno de

uma temática clássica da sociologia política: o da legitimidade das instituições sociais e políticas, alicerçado na crença dos cidadãos e cidadãs nos direitos humanos, nas virtudes da autoridade pública democrática e nos valores relacionados à dignidade da pessoa humana. No interior dessa temática, intriga verificar que segmentos importantes da sociedade brasileira são tolerantes com graves violações de direitos humanos, com a violência disseminada e que vitimiza preferencialmente seus grupos mais vulneráveis, como as mulheres, as crianças e adolescentes, os negros, os homossexuais, justamente aqueles que menos parecem dispor da proteção das leis e das instituições de justiça. O problema da tolerância para com a violência como meio para resolução de conflitos de diversa ordem e natureza está, ao que tudo indica, conectado com tímidas manifestações de indignação moral e de protesto social, numa palavra com a ausência de solidariedade para com as vítimas potenciais. Contribuir para a mudança desse cenário social e cultural, a partir de um rigoroso programa de investigação científica, constitui também preocupação de nossas atividades educação e extensão, tal como previstos no Programa NEV-CEPID – Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão da FAPESP.

Professor, quais foram os grandes mestres que teve quando cursou Ciências Sociais aqui na Faculdade?

Não é fácil responder a essa questão, pois se corre o risco de esquecimentos e de lacunas incorrendo em injustiças. Talvez, o menos constrangedor, fosse apontar as influências que mais pesaram em minha formação acadêmica e que contribuíram para as escolhas que fiz. Sinto-me parte da grande tradição sociológica criada por Florestan Fernandes. Os cursos de graduação e de pós-graduação que concluí foram muito marcados pelas exigências teóricas e metodológicas e pelos padrões científicos que Florestan Fernandes foi um dos mais importantes artífices. Não tive oportunidade de ter sido aluno desse mestre, mas o fui através de seus discípulos, de ex-alunos, de pesquisadores que conviveram com ele mais amíúde. Meus mestres souberam legar às gerações posteriores as marcas dessa formação sólida que ultrapassou as fronteiras nacionais e ganhou reconhecimento na Europa, na América do Norte e na América Latina. Foi através desse mecanismo de transmissão da herança intelectual que pude conhecer a obra e mesmo desfrutar da convivência intelectual de Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, aposentados arbitrariamente pela ditadura. Tive o privilégio de ter tido professores tão destacados como Ruth Cardoso, Eunice Durham, Luiz Pereira, Francisco Correia Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, José de Souza Martins, Gabriel Cohn, Heloísa Teixeira Martins,

Sedi Hirano, Maria Célia Paoli, Maria Lúcia Montes e José Carlos Bruni. Com eles mantive, por longo período, um diálogo estimulado por seminários e leituras que enraizaram, por assim dizer, minha “vocação” para a sociologia. Eu diria que tive professores memoráveis, porque transmitiram bem essa experiência, porque me proporcionaram uma formação que, se não foi completa, criaram as condições para que eu pudesse construir caminhos autônomos para minha trajetória acadêmica. Creio que meus ideais de pesquisa e docência são muito tributários do aprendizado a que tive o privilégio de desfrutar na USP.

É certo que, desde meu ingresso no quadro docente do Departamento de Sociologia e a partir das funções que exerci como presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS e como Secretário Executivo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ampliou-se minha rede de relações intelectuais e passei a admirar não poucos colegas por seus traços de caráter pessoal e por suas qualidades intelectuais. Não vou nomeá-los aqui, embora até gostasse de fazê-lo. Seguramente, muitos se reconhecerão nestas palavras porque compartilham comigo, senão inteiramente, idênticos ideais quanto à formação de cientistas sociais e à produção de conhecimento na sociologia. Com todos eles firmei princípios que ainda me parecem fundamentais, como a não separação entre teoria e método, a não separação entre ensino e pesquisa, a idéia de que a pesquisa é uma atividade permanente e que o conhecimento nunca se esgota. Aprendi também que a sala de aula é um espaço extremamente importante, quer de transmissão de conhecimento, quer igualmente de aprendizado. Aprendo muito com os alunos e com as questões que eles me propõem. É freqüente terminar aulas com a sensação que poderia ter sido melhor, que é preciso estudar mais, que é preciso responder inquietações que são minhas também. Acho que, numa universidade pública como a USP – é um privilégio ser docente nesta universidade -, não há como ignorar nossas responsabilidades para com a pesquisa e a formação de qualidade, inovadora, estimuladora de novos pesquisadores e de novas investigações.

Não tenho a pretensão que os alunos terminem sua graduação em ciências sociais dominando todo o campo. Acho que isso não é mais possível, dado o acúmulo de conhecimento científico nos últimos quarenta anos e devido à acentuada especialização a que também essas ciências vêm conhecendo. Entendo que um bom curso de graduação deve oferecer base teórica e conceitual sólida, conhecimento das questões metodológicas de maior relevância, familiaridade com a leitura e compreensão de textos especializados, adequado treinamento técnico para o emprego dos procedimentos, ainda que convencionais, de levantamento e análise de dados empíricos.

Esses requisitos devem contribuir para que um aluno de ciências sociais seja capaz de traduzir problemas sociais em problemas de investigação científica de modo autônomo e criativo. Esse é um dos legados que meus mestres me ensinaram. Certamente, devo reconhecer que eram outras as condições institucionais que tornavam possível manter esses padrões de ensino e pesquisa. O desafio atual é realizá-los em cenários onde as condições institucionais mudaram decisivamente. Vivemos assistindo, desde o final dos anos 60, a emergência de massas de alunos nas salas de aula. A formação é heterogênea, os interesses não são necessariamente convergentes – há aqueles que não mais querem se dedicar ao ensino ou à pesquisa, esperando que o curso os profissionalize para o exercício de atividades de consultoria ou assessoria -, os vínculos com o mundo da política e da cultura parecem não mais estimular a imaginação sociológica como o faziam no passado recente. Portanto, cumprir os padrões herdados nesse novo cenário institucional vem se constituindo uma desafio à reforma do curso de ciências sociais. A tudo isto, a progressiva burocratização da universidade foi nos alocando em inúmeras atividades administrativas que consomem tempo e energia, que melhor poderiam ser dedicados à sala de aula ou direcionados para a pesquisa. Então, essas condições mudaram e temos que ter clareza quanto ao quadro de adversidades que enfrentamos presentemente. Por exemplo, eu, como outros colegas, gostaria de ministrar cursos para um número razoável de alunos de modo que fosse possível melhor acompanhá-los, manter uma relação mais próxima. Em salas superlotadas de alunos, esse desejo não pode ser satisfeito. O curso de ciências sociais mudou muito desde que fui aluno. Melhorou em alguns aspectos. É evidente maior empenho na formulação da grade curricular e na oferta de disciplinas, em parte estimulados pelos recursos proporcionados pela informática, como o acesso a bancos de dados bibliográficos, mas também pela melhoria de nossas bibliotecas. No entanto, o campo das ciências sociais e, em especial, o da sociologia não apenas alcançou uma extensão antes desconhecida, como se tornou mais complexo. No âmbito da sociologia, nossas disciplinas guardam algumas características que, assim penso, mereceriam ser repensadas. Nas disciplinas básicas, há uma ênfase em teoria sociológica clássica, na exposição das idéias sociológicas das correntes fundamentais do pensamento sociológico: a tradição marxista, funcionalista e hermenêutica. São disciplinas monográficas. Esta forma de organização da grade curricular tem seus méritos. Permite aos alunos leituras concentradas e focadas de obras de referência para a sociologia. É menor a ênfase nas correntes contemporâneas, estas melhor abordadas nas disciplinas optativas. Ora, se um aluno

não freqüentar, por escolha pessoal, quaisquer das disciplinas eletivas da sociologia, ele terá conhecimento muito elementar dos modelos teóricos contemporâneos, o que é, sem dúvida, uma lacuna imperdoável. Felizmente, essa parece ser uma situação rara, mas é passível de acontecer. Se é assim, é preciso romper com o modelo monográfico, concentrado nos clássicos e na exposição das idéias sociológicas. Em lugar desse modelo, trata-se de privilegiar o estudo de problemas sociológicos, quer na tradição clássica quer na tradição contemporânea, reservando-se para as disciplinas optativas estudos monográficos e a história das idéias sociológicas, cuja importância não posso desconhecer. Certamente, trata-se de uma perspectiva pessoal, sujeita a muitos reparos e discussões. Problemas semelhantes ocorrem no domínio do ensino da metodologia e das técnicas de investigação, porém não é o momento de dissertar a respeito.

Em suma, estamos diante de um momento de inflexão que, a despeito de desafiador, é rico e sugestivo. Eu gostaria de dedicar mais tempo à reforma curricular do que eu pude ter dedicado até este momento. Eu acredito que a lentidão da reforma decorre também do fato de que o curso de Ciências Sociais alcançar igualmente os domínios da antropologia e da ciência política. Cada um deles têm histórias particulares e visões diferentes sobre como deve ser a formação do cientista social. Tudo isso implica um processo permanente de negociação entre áreas. Nenhuma reforma será implementada da noite para o dia; ela será lenta e gradual e com efeitos talvez ao longo de uma ou duas gerações de alunos

Quanto ao ensino em nível de pós-graduação, os problemas existem, porém acho que o programa de sociologia está bem consolidado. De modo geral, dispomos de uma quadro docente altamente qualificado e renovado, linhas de pesquisa bem formuladas aos quais estão vinculados importantes projetos de investigação sociológica quer de docentes quer de discentes, elevada produção intelectual com repercussão nacional e internacional. Certamente, são necessários ajustes para garantir a manutenção do padrão atual de excelência, porém nada que enseje profunda reforma.

Professor, recentemente nós fomos expectadores de um fenômeno de violência extremada que foi o massacre dos moradores de rua na cidade de São Paulo. Há possibilidade de se entender esse fenômeno?

Há a possibilidade de se entender. Muitas vezes somos levados a pensar que a violência é um fenômeno recente na sociedade brasileira, emergente há uma ou duas décadas. Não é bem assim. A história social desta sociedade pode ser reconstruída também como uma história da violência. Deste a

Colônia há uma tradição violenta de lidar com conflitos e tensões as relações sociais, as relações entre classes sociais. Basta lembrar como eram tratados os escravos, as crianças e as mulheres no espaço privado das famílias, os chamados “diferentes” que vagavam pelas ruas e se tornaram objeto privilegiado do controle social violento. De modo geral, os governos nunca economizaram o emprego de força desmedida para conter rebeliões populares, desde o século XIX, adentrando mesmo a era republicana. Durante a vigência dos regimes autoritários (1937-45 e 1964-1985), a violência contra a dissidência política e contra aqueles que pareciam ameaçar a integridade nacional, como estrangeiros (alemães, japoneses, judeus) não foi de menor intensidade.

É certo que a violência no Brasil contemporâneo adquiriu magnitude e participação na vida cotidiana antes mal conhecida. Transformou-se definitivamente em questão da vida pública, não restrita ao universo das relações privadas, entre cidadãos e cidadãs comuns. Por isso, não é estranho que as sondagens de opinião revelem manifestações de medo e insegurança coletivas, que recortam os mais distintos problemas, desde o medo de ser vítima de uma agressão contra a vida e ao patrimônio pessoais, até o medo de andar nas ruas, ser abordado por estranhos, perder o emprego e o afeto de pessoas queridas. Estamos vivendo uma era de profundas inseguranças e incertezas quanto ao futuro de nossas vidas. Daí também por que uma parcela substantiva de cidadãos e cidadãs demande, cada vez mais, maior segurança, mais lei e ordem, leis mais duras para enfrentar o crime, maior rigor com a chamada delinquência juvenil que lhes parece ter crescido acentuadamente.

Os fatos parecem se tornar corriqueiros. Qualquer pessoa, independentemente de sua classe social, gênero, geração ou etnia pode ser vítima de ataques. A mídia impressa e eletrônica não se cansa de veicular ocorrências violentas com grande repercussão no imaginário popular. O problema é que, diante dessa realidade, muitos como que se acomodam e passam mesmo a considerar a violência como natural e inevitável nos dias de hoje. Afinal, “sempre houve quem contestasse a ordem”, “a polícia sempre foi violenta” etc. Atitudes como essa contribuem ainda mais para agravar tais problemas. A insegurança deve ser resolvida por conta própria, com o apelo ao mercado privado para aqueles que dispõem de recursos financeiros para adquirir tais meios; ou com a aquisição, não importa se legal ou ilegalmente, de armas para defesa pessoal, sobretudo entre aqueles que não podem consumir os serviços prestados por empresas privadas. Com isso, não se formam consensos mínimos de como aplicar lei e ordem para todos, de como proteger a vida de todos os cidadãos, de como distribuir de modo equitativo os recursos públicos destinados à

segurança de maior número.

Por exemplo: os homicídios ocorrem com muito maior frequência e intensidade nos bairros onde a qualidade de vida e as condições de infra-estrutura urbana, inclusive o sistema de proteção policial, são menos presentes e eficazes. Em alguns deles, alcança taxas próximas de países em guerra civil ou em meio a explosivos conflitos étnico-religiosos. Nos bairros que estão situados no chamado “cinturão central” de uma cidade como São Paulo, habitam preferencialmente cidadãos que dispõem de maior grau de escolaridade, são profissionalizados, estão empregados, percebem rendimentos regulares e mais elevados, conquistaram acesso privilegiado ao mercado e às instituições promotoras de bem-estar. Nesses bairros, o policiamento é mais eficaz e presente; as taxas de homicídio são baixas, aproximando-se dos padrões vigentes em países europeus. A desigualdade na distribuição da produção pública não é vista, por esses segmentos privilegiados, como um problema que afeta a qualidade de vida de todos indistintamente. Para não poucos, trata-se de um problema próprio dos bairros da “periferia” urbana. Fecham-se os olhos para o que se passa do outro lado da cidade. Muitos argumentam: “não importa o que aconteça lá, desde que não venha bater na minha porta”. E, quanto bate na minha porta, é que vira problema público. Não se trata evidentemente de desqualificar esses sentimentos de medo e insegurança desses segmentos privilegiados. Eles são igualmente legítimos e devem merecer atenção, pois são igualmente problemas de insegurança pública. Mas, é preciso reconhecer que a proteção à vida, o mais elevado valor de nossa civilização ocidental moderna, está sendo relegado a segundo plano quando uns admitem que esse bem alcança alguns em detrimento da maioria. Nenhuma sociedade democrática pode perdurar com a persistência de uma desigualdade dessa magnitude.

Essa questão remete a outra de igual importância. Como proteger os direitos fundamentais dos cidadãos e ao mesmo tempo garantir segurança pública. Para alguns, direitos humanos constitui um agenda de proteção dos direitos dos bandidos, como se o cumprimento das regras de tratamento mínimo dos criminosos e sentenciados nas prisões, aprovadas pelos organismos internacionais e de que o Brasil é signatário, fosse uma política leniente com a criminalidade. Felizmente, isto parece que está mudando, ainda que lentamente. De qualquer forma o desafio consiste em articular proteção dos direitos humanos e aplicação de lei e ordem. A proteção dos direitos humanos não implica em abdicar da aplicação das leis penais, da existência da polícia – a polícia faz parte de qualquer sociedade – agora, é evidente, que a atuação da polícia na contenção do crime não pode apelar para o uso abusivo e arbitrário

da força coercitiva de modo a comprometer direitos constitucionais consagrados, não importa para quem quer que seja.

E esse equilíbrio foi encontrado?

Não, não foi. Realizei estudo sobre os oito anos do Governo Fernando Henrique na área de Segurança Pública, cujo resultado foi publicado na revista *Tempo Social*, demonstrando que a administração federal não logrou estabelecer esse equilíbrio. Embora tenham sido observados avanços na área dos direitos humanos, o que prevaleceu foi acentuada partilha entre lei e ordem, por um lado, e direitos humanos, por outro. Direitos humanos compreendem os direitos da pessoa, os direitos sociais – o direito à saúde, ao trabalho, às condições adequadas de vida – além dos direitos políticos e culturais. Já, muitos acreditam que o controle do crime é problema da polícia, em nada relacionado com os direitos humanos, mesmo que, por exemplo, a polícia usar arbitrariamente da coerção física para conter o crime. O equilíbrio consiste justamente em articular ambos os lados da moeda, pois segurança pública é requisito de qualidade de vida e esta, por sua vez, requisito para a efetivação dos direitos humanos.

Preocupa o fato de que a proteção dos direitos humanos, hoje, continue a ser pensada como uma exigência para alguns, não para todos. É escandaloso reconhecer que moradores de rua estejam tão desprotegidos a ponto de terem sido alvo dessa recente onda de homicídios. A existência de moradores de rua não é um problema só brasileiro; porém, moradores de rua vítimas de violência fatal torna o cenário brasileiro distinto dos demais. Não sabemos, em verdade, a origem dessa onda, pois a polícia civil, até agora, não logrou chegar até os agressores. Mas, pode-se suspeitar, que estamos diante de um processo de “limpeza espacial”, que eu não sei bem se é racial ou social, ou se foi motivado pela presença do tráfico de drogas no local onde as mortes ocorreram. Aventou-se, inclusive, a hipótese de que tão somente um dos moradores era alvo da ação de extermínio, todavia a seqüência de mortes teve por finalidade conferir à cena do crime um perfil de crime de intolerância social, desviando-se assim os rumos das investigações policiais. Por mais perversa que seja esta hipótese, ela não esconde seu fundamento no autoritarismo e na intolerância, pois que supõem os moradores de rua como vidas descartáveis, dispensáveis. Essa visão é muito preocupante, pois, se tratada com naturalidade e conformidade, como eu havia apontado anteriormente, no limite estaremos transmitindo para as próximas gerações uma espécie de ensinamento do tipo “um quinto dos cidadãos pode viver, os outros quatro quintos são dispensáveis”. Numa sociedade democrática, baseada nos direitos humanos, espera-se que fatos como estes provoquem, ao me-

nos, indignação moral e pressões junto aos governos para garantir de segurança para todos.

E a questão da violência doméstica, professor?

Considero esta também uma questão muito grave. O NEV tem se dedicado pouco a esta questão, pois reconhece, na USP, a existência de grupos de pesquisa que já vem se dedicando há tempos ao estudo dessa modalidade de violência, em particular da dinâmica da vida social que lhe é subjacente. Trata-se de uma questão complexa porque ele remete ao espaço privado, o espaço das famílias, onde predomina o silêncio e a cumplicidade entre pessoas conhecidas. A visibilidade dessa violência é restrita. É vergonhoso publicamente alguém reconhecer que apanha de pai, apanha de mãe, de marido, ou dizer que sua vida familiar é um ninho de tensões cotidianas. Pesquisas que o NEV vem realizando mostram que crianças e pré-adolescentes têm muita dificuldade de explicitar conflitos domésticos. É visível que os conflitos existem, mas há uma enorme dificuldade de explicitá-los publicamente. E nós sabemos que muitas crianças são vítimas de espancamentos, maus tratos físicos e inclusive abusos sexuais que, não raro, vão gerar histórias de vida muito traumáticas. Trata-se de uma constelação de problemas que não tem a ver diretamente com o mundo do crime. Vivemos uma era de grande intolerância para com o comportamento de crianças e adolescentes. Qualquer resposta imprevista para situações rotineiras da vida cotidiana passa a ser vista como perigosa, uma tendência para a delinqüência, daí as reações desmesuradas de uso da força física na contenção de comportamentos. A dinâmica desses problemas é muito distinta daquela subjacente, por exemplo, às mortes motivadas por disputas no tráfico de drogas ou na partilha de produtos roubados. Todavia, a legislação penal aplicável à violência doméstica é a mesma aplicável aos demais crimes, na medida em que os conflitos domésticos possam resultar em mortes ou agressões de toda sorte.

Eu estou colaborando para uma publicação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, responsável pelo Índice de Desenvolvimento Humano, IDH) sobre a questão do racismo. Há vários estudos que mostram que o IDH é mais alto para os brancos do que para negros. E uma das coisas que nós queremos investigar é se negros são mais vítimas da violência do que brancos. E vários estudos estão mostrando que eles são potencialmente mais vítimas da violência fatal do que os brancos.

Então a gente pode considerar que o IDH tem suas subdivisões?

Você tem um IDH para brancos e um IDH para negros. E isso é

perverso, porque revela que o acesso ao bem estar - como escolarização e profissionalização, emprego e renda, acesso a serviços de infra-estrutura como saneamento, etc. – é recortado pela cor dos cidadãos e das cidadãs. A violência não é generalizada, ela tem cor. Negros são potencialmente mais vítimas de violência fatal, são mais abordados pela polícia, são mais vítimas de seus abusos. A intolerância é agravada por questões raciais. Além da intolerância em relação aos pobres, a intolerância é fortemente influenciada pela cor da pele. Se desejamos uma sociedade com instituições democráticas consolidadas, internamente pacificada a despeito da existência de conflitos sociais, a questão do racismo não pode ser negligenciada ou esquecida.

Professor, para finalizarmos a nossa entrevista, o senhor poderia projetar os próximos 70 anos da Faculdade, tendo como base o período que passou nela?

Acho um desafio à imaginação difícil de ser enfrentado. Penso que a Faculdade de Filosofia está hoje num momento de inflexão. Não há, no Brasil e talvez mesmo no mundo, outra Faculdade de Filosofia que alcance tantas áreas com suas especializações internas. Correspondemos, pelo tamanho e magnitude de nossas competências, atribuições, cursos, atividades docentes e discentes a uma universidade de médio porte, sem contudo dispormos da autonomia própria de uma universidade. Administrar uma unidade como a FFLCH constitui hoje um enorme desafio, que depende não apenas dos recursos disponíveis, mas, sobretudo da persistência, entre docentes, discentes e funcionários, dos mesmos ideais e crenças que a constituíram tempos atrás. Todavia, é preciso considerar que hoje os tempos são outros.

As condições sociais, políticas e institucionais que criaram uma universidade como a USP se alteraram profundamente. Aquela idéia de que a USP era, por excelência, o centro da *intelligentsia* política, cultural do país é algo que hoje faz menos sentido, face à multiplicação de outros espaços de produção da cultura, ainda que com finalidades distintas. A USP foi criada em condições históricas muito específicas e numa época em que havia uma elite política “iluminada”, em grande parte preocupada em fazer da universidade a ponta de lança do que deveria ser a sociedade brasileira nos próximos anos, dentro do compasso internacional. Parte desse propósito foi alcançado, não há dúvida. Porém, é evidente que o cenário social mudou. O espírito que criou a USP foi o espírito que criou a idéia da autonomia, a idéia de uma universidade não pressionada pelo mercado, não pressionada pelas ingerências políticas, uma universidade onde a produção do conhecimento fosse completamente desinteressada. A Faculdade de Filosofia era o centro, a *célula mater*, da USP e era ela que permitia,

de certa maneira, um diálogo entre os diversos ramos científicos. Médicos, engenheiros, advogados eram humanistas; os cientistas sociais não eram menos informados do que se passava nas ciências exatas. O espírito era outro. Bom, isso mudou. Nós estamos hoje numa universidade de massas. Antes, os cursos eram ministrados para pequenas turmas, os alunos que chegavam à universidade dispunham de formação excepcional para a época. Hoje, nós estamos em uma sociedade de massas, no sentido que grandes públicos chegam à universidade – isso é, por certo, uma conquista. A universidade hoje está aberta ao público, de fato, mas isso coloca grandes desafios: como garantir a autonomia da pesquisa e do ensino, como evitar as pressões do mercado, etc. Assim, quando você discute uma reforma para a universidade, não é uma reforma para a universidade enquanto tal, mas uma reforma da universidade no conjunto do sistema da ciência e tecnologia e no complexo sistema educacional. A universidade não é um “ecossistema auto-suficiente”. Isso é uma realidade, eu não posso ignorar uma universidade que tem laboratórios, que necessita financiamento externo porque só os recursos públicos não são mais suficientes. Eu não posso mais ignorar que ela hoje condensa múltiplos interesses, que vão desde os interesses de mercado ao atendimento de populações carentes de serviços de saúde, educacionais etc. Disto resulta outro desafio: não se trata de ignorar os interesses em conflito, mas desenvolver mecanismos de controle público das atividades de modo que o conhecimento produzido – e tudo o que esteja às suas voltas – possa resultar em bem comum, em benefício para o maior número, em produção autônoma de cultura. Então, hoje nós temos que lidar com problemas que, no passado, não estavam colocados. Exemplo: fundações, que é um tema complicadíssimo, muito delicado, mas que não podemos ignorar. Hoje, a competição externa é muito maior, você tem universidades privadas que estão concorrendo com universidades públicas por recursos e por regulamentação, impondo às universidades públicas uma lógica, de tipo empresarial, em conflito com os fins públicos da universidade pública. Um exemplo claro é a exigência de mestrado profissionalizante, certamente um programa de ensino adequado às universidades onde não há tradição de pesquisa científica. No entanto, universidades como a USP dispõem dos melhores programas de mestrado e doutorado do país, nos mais diferentes campos – e a FFLCH não é diferente. Podemos oferecer cursos de especialização, conectados com o ensino de graduação e de pós-graduação de qualidade, sem a grife “profissionalizante”. De certa forma, nós acabamos aceitando essas demandas procedentes das agências federais de fomento porque achamos que “se os outros estão fazendo, nós podemos fazer melhor”.

E não é verdade, nós podemos fazer melhor aquilo que sabemos fazer bem: a pesquisa pura e de base.

Eu acho que o nosso desafio, hoje, é por nossa imaginação para pensar modelos de universidade que conservem nossa autonomia, que garantam a qualidade de ensino e de pesquisa, mas que, de alguma maneira, estejam abertos para o que se passa no conjunto da sociedade. Não mais posso simplesmente dizer que somos completamente auto-suficientes. Não mais posso fazer pesquisa e dizer que “só vou publicar para a comunidade acadêmica ou para meia dúzia de pessoas”. São recursos públicos, eu tenho que contribuir para o debate, para a mudança. Agora, nem todas as áreas têm que trilhar o mesmo

caminho. Defendo uma universidade pluralista em que o maior número de interesses legítimos seja contemplado, que acolha desde a pesquisa artesanal até às formas coletivas organizadas sob o modelo do laboratório, que assimile as mais distintas formas de participação e se aproxime cada vez mais da sociedade. Penso que a FFLCH, nos próximos setenta anos, terá que repensar sua tradição e redefinir-se inteiramente. Talvez sua vocação seja a de liderar processos de mudança em curso. Pela sua própria natureza e pelo conhecimento que produz, pode vir a constituir-se, uma vez mais, em foro privilegiado dos debates que possam reconduzir uma Universidade como a USP ao desempenho de suas finalidades públicas.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA DE SÃO PAULO, SR. ALEXANDRE DE MORAES

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



Daniel Cantinelli Sevillano: Secretário, gostaria que o senhor me falasse um pouco sobre sua formação acadêmica.

Alexandre de Moraes: Eu entrei na USP em 1986, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e me graduei em 1990. Em seguida fiz meu doutorado e minha livre-docência também na Faculdade de Direito, onde sou professor concursado.

DCS: O senhor é Secretário desde que ano?

AM: Sou Secretário da Justiça desde janeiro de 2002, ou seja, desde o último ano do primeiro mandato do Governador Geraldo Alckmin. Antes disso, fiquei mais de 10 anos no Ministério Público, onde ingressei em 1º lugar, por concurso público em 1991.

DCS: Qual o papel da Secretaria da Justiça?

AM: A Secretaria tem duas partes importantes. Nós temos toda a parte de interlocução do Governo do Estado com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados. É uma parte institucional importante que o Poder Executivo tem que ter para poder se relacionar bem com os demais poderes. A Secretaria tem também a parte da cidadania. Entre outros

órgãos, nós temos a Assessoria de Defesa da Cidadania, que trata das questões do programa de ações afirmativas, através da Comissão de Ações Afirmativas e do Programa Estadual de Ações Afirmativas; a Comissão dos Direitos Humanos, através do qual a cada ano nós cumprimos as decisões do Programa Estadual de Direitos Humanos; a Secretaria possui os CICs, que são os Centros de Integração à Cidadania, no total de 7 (5 na Capital e 1 em Francisco Morato e 1 em Ferraz de Vasconcelos), cuja localização é próxima das periferias, onde sempre há a necessidade de um contato maior com a população. Através do CIC nós levamos um juiz, um promotor, um delegado, assistente social, palestras sobre direitos humanos, Posto de Atendimento ao Trabalho, CDHU, etc. A própria comunidade é que escolhe seus conselheiros para formar os Conselhos locais abertos à participação popular.

A Secretaria ainda cuida de toda a parte de reforma agrária do Estado, através da fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) cuida da defesa do consumidor com o PROCON, a parte empresarial (Junta Comercial do Estado de São Paulo) e o Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo vinculados à ela.

DCS: O senhor falou da questão das ações afirmativas.

Há alguma relação entre a Secretaria e a USP nesse sentido?

AM: Desde que eu tomei posse, dada a minha ligação acadêmica com a USP, nós procuramos aproximar as duas instituições. A Secretaria tem assinado convênios com várias unidades da USP, entre elas o Instituto de Psicologia e a Faculdade de Direito, para um projeto a ser desenvolvido no 2º semestre de 2004, que é uma justiça de mediação no Estado de São Paulo. Nós queremos aproveitar os juizes de paz, que cuidam de casamentos, para realizar mediações e tentar, ao mesmo tempo, diminuir os conflitos sociais e desatolar um pouco o Judiciário. Nesse sentido, nós queremos trazer os estudantes da USP para que eles colaborem. Através desse projeto, nós queremos inculcar nos estudantes a necessidade de se praticar o voluntariado. Nós sentimos que muitos querem auxiliar, mas muitas vezes não encontram o caminho para realizar essa ajuda.

DCS: A USP tem uma comissão própria que trata das populações negras, presidida pelo professor da FFLCH João Baptista Borges Pereira. Existe uma ligação entre essa Comissão e a Secretaria de Justiça?

AM: Nós já fizemos reuniões com essa Comissão, e a Faculdade de Filosofia participou ano passado de duas das cinco audiências públicas que nós fizemos sobre ações afirmativas. É preciso separar a idéia de cota da idéia de ação afirmativa, porque no Brasil está se confundindo cota com ação afirmativa, sendo que a cota é um tipo de ação afirmativa. As cotas são sempre a questão mais problemática, sendo que dentro da comunidade afro-descendente há pessoas contra as cotas e pessoas a favor. Dentro da Universidade, a mesma coisa. Nós fizemos um cronograma de outras ações afirmativas com as quais todos concordem, para daí discutir no final a questão das cotas.

DCS: A questão das cotas é bem polêmica. Ela tem que partir do Governo ou das Universidades?

AM: Como no Brasil a Constituição garante a autonomia universitária, é difícil haver uma imposição por parte do Poder Público, seja Governo Federal ou Estadual, pois aí nós estaríamos ferindo a autonomia universitária. Por isso nós da Secretaria fizemos questão de trazer as Universidades para o centro da discussão sobre as ações afirmativas. São várias ações afirmativas, e a cota está intimamente ligada às Universidades, e por isso acho que a idéia tem que partir das próprias Universidades.

DCS: Qual a importância da FFLCH?

AM: A importância da FFLCH está ligada à formação do pensamento de vanguarda. Além disso, eu acho que deveria se levar o estudo da filosofia para as escolas públicas de São Paulo. Há uma

ligação muito grande entre filosofia e cidadania; os grandes filósofos da Antiguidade são os grandes defensores de idéia de cidadania, por exemplo Platão e Aristóteles. Não dá para falar de cidadania sem ter uma boa formação filosófica. Esse vanguardismo da Faculdade de Filosofia pode ser melhor aproveitado nas outras Unidades da USP, através de contatos maiores entre elas.

DCS: Eu vejo que poderia existir uma relação maior entre a FFLCH e a Secretaria de Justiça no sentido de levar os alunos para a periferia e auxiliar a população carente.

AM: Essa parceria com a FFLCH seria ótima para a Secretaria porque o nosso grande problema é a falta de pessoal, e a falta de pessoal qualificado para trabalhar como voluntários. Se nós fecharmos um convênio com a Faculdade de Filosofia, poderemos até transformar esse voluntariado em disciplinas extracurriculares, para serem incluídas no Histórico escolar do aluno.

DCS: O que o senhor espera da USP nos próximos 70 anos?

AM: Eu faço uma crítica construtiva do ensino em geral no Brasil e particularmente da USP, porque ela é o carro-chefe de todas as Universidades no Brasil. Eu acho que a universidade pública tem de continuar pública; eu sou contra essa idéia de se cobrar os alunos das universidades públicas. É dever do Estado formar, no bom sentido, uma elite intelectual, que não tem nada a ver com elite econômica ou elite social. A universidade pública permite que quem não faça parte das outras elites faça parte da elite intelectual através de seus próprios esforços. No momento em que você iniciar a cobrança da universidade pública, você possibilita a junção da elite econômica com a intelectual, o que não é bom para o país, porque a elite intelectual tem que ser formada por pessoas de várias classes, o que dá um direcionamento democrático ao país.

Eu acho que se deve aumentar os cursos noturnos, dando possibilidades maiores para quem trabalha o dia inteiro. Deve-se criar parcerias com entidades privadas para que elas invistam nos alunos das universidades públicas; a parceria público-privada deveria funcionar assim na universidade, as entidades privadas investiriam no aluno para depois absorver os formados.

Quem cursa uma universidade como a USP, deve ter a consciência de dar um retorno para a sociedade. Os contribuintes estão investindo nesses alunos, e eles deveriam retribuir de alguma maneira, seja através de voluntariado, seja através de programas ligados à cidadania. Isso é importante porque afasta a idéia de se cobrar a universidade pública, e segundo porque cria mais uma função para a universidade pública, a de formar cidadãos conscientizados. Acho que esse é o desafio para a USP nos próximos 70 anos.

ENTREVISTA COM LILIAN JACOTO

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO
SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



A entrevistada é professora de Literatura Portuguesa do DLCV.

Daniel Cantinelli Sevillano: Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre sua formação universitária.

Lilian Jacoto: Eu fiz graduação, mestrado e doutorado aqui no curso de Letras. Minha formação foi na área de Português. Quando entrei na Faculdade, tinha o intuito de trabalhar com Literatura e, aos poucos, direcionei meus estudos para a Literatura Portuguesa.

A minha geração é do tempo das Colméias, as instalações provisórias no campus. Os cursos de Letras funcionavam perto do CRUSP. Este prédio em que estamos hoje ainda não existia.

DCS: Em que ano foi isso?

LJ: Terminei meu curso no final dos anos 80.

DCS: Como era o curso de Letras?

LJ: Naquela época, acho que havia um currículo mais organizado e, talvez, melhor resolvido. Apesar de não haver o ciclo básico, você tinha as matérias básicas específicas do seu curso e as chamadas “matérias complementares”. O aluno tinha a possibilidade de montar o seu currículo segundo alguns modelos: podia ser fechado, seguindo uma única linha, ou então podia acrescentar outras áreas de interesse. Isso permitia que ele tivesse uma formação acadêmica um pouco mais variada. Essa escolha permitia a existência de janelas no horário semanal, ou o aluno preenchia esses espaços com estudos diversificados das matérias complementares ou mesmo das optativas. Hoje, com o novo modelo, um pouco da confusão em relação à coincidência de horários entre as matérias se deve à inexistência desse currículo mais flexível. Eu acho que nesse aspecto aquela época era melhor, tanto que mencionamos esse período como um modelo de organização curricular nas reuniões departamentais que discutem o problema aqui na Faculdade. Por outro lado, o que acontecia é que a gente chegava muito despreparada para o mundo que ia encontrar na Universidade. Nesse sentido o ciclo básico hoje é um ganho inquestionável, tem a função de posicionar o aluno dentro de um universo novo, e de prepará-lo através de leituras essenciais que fazem toda a diferença na condução do curso. Isso porque, dado o alcance do ensino de segundo grau hoje, o aluno que

sai do colegial direto para a Faculdade de Filosofia não raro tem a sensação de estar em uma galáxia diferente.

DCS: Você fez bacharelado e licenciatura?

LJ: Os dois.

DCS: E como eram as aulas nas colmeias? Já ouvi falar que o ambiente lá era meio anárquico.

LJ: Anárquico é uma boa palavra. Não sei se anárquico no sentido positivo, mas no sentido negativo da palavra. As colméias eram um ambiente dispersivo; nós tínhamos aulas naquelas salas hexagonais, alinhadas e sem um centro. Não tínhamos um espaço de convivência, sequer uma cantina da Faculdade. As refeições eram feitas ali no COSEAS, que é um espaço da comunidade USP, dos moradores. O estudante de Letras não tinha lugar.

O nosso ponto de encontro era a Biblioteca, e por isso ela era um espaço confuso, barulhento, porque os estudantes lá iam para se encontrar e conversar. Digo isso porque, há pouco tempo, cheguei a este prédio para dar aula e vi alunos nos degraus das escadas lendo poemas. Eu fiquei ali espiando a cena e achei muito legal o que acontecia, os alunos de Letras lendo textos em voz alta e fazendo suas performances para a platéia que passava. Em seguida os encontrei na sala de aula e elogiei a sua atitude: eles reclamaram, então, da falta de um espaço de convivência apropriado para manifestações desse tipo. De fato é um problema, é lamentável que eles tenham de ler poemas na escadaria. Mas aí eu contei a eles que a situação já foi bem pior: nas Colméias nós tínhamos, além da imprópria Biblioteca, um único espaço de manifestação, que era por sinal muito curioso, conhecido como a “Praça do Bidê”. Já ouviu falar dela?

DCS: Acho que não.

LJ: Essa praça era um pequeno jardim abandonado entre as salas de aula, e lá havia um pequeno bidê, uma espécie de escultura dadá, bem engraçada. Qualquer manifestação dos alunos acontecia nessa praça, e quando era preciso marcar algum encontro, ela era uma referência. O bidê era, inclusive, alvo de constantes depredações. Mas sempre era repostado, como se houvesse uma consciência de ser ele o nosso único patrimônio. Hoje aquele espaço seria inviável para qualquer reunião, dado o grande número de alunos que temos no

curso de Letras e as novas dimensões da Faculdade.

DCS: Como era o Movimento Estudantil naquela época?

LJ: Minha geração foi pouco comprometida com a realidade que a cercava. Eu me lembro de pouquíssimas mobilizações, alguns manifestos locais como o que fizemos pela criação do Departamento de Letras Orientais, porque essas áreas de estudo eram um apêndice de outro departamento, o de Lingüística. No geral, nós não tínhamos muito envolvimento, nem com as greves que, como todas as gerações de alunos, também sofremos. Eu lembro que houve uma greve de professores por questões salariais, e os alunos não participaram do movimento. Foi uma época de dispersão, de falta de integração entre alunos e docentes. Não tive conhecimento de projetos de pesquisa que envolvessem alunos, a própria iniciação científica era incomum. O ambiente acadêmico era muito sisudo, suas cisões políticas e intelectuais eram notórias. Isso, aos poucos, tem mudado nos dias de hoje. O ambiente está mais integrado, o corpo docente se renova e cria novos laços, reata outros desfeitos por dissensões históricas, e os projetos de pesquisa envolvendo professores e alunos têm-se ampliado muito. Como vê, estamos muito menos dispersos que os antigos alunos das Colméias.

DCS: Mas esse é um prédio inacabado.

LJ: Sim, ele ainda está inacabado. Nossa história é uma história de lutas constantes, e quando eu penso na minha geração eu acredito que houve melhorias substanciais, de convívio, de auto-imagem. Hoje os alunos têm uma outra consciência em relação à sua Faculdade; eles são mais participativos, conhecem melhor seus instrumentos de luta que, na época pós-ditadura, estavam esquecidos. Os alunos de Letras não são mais alienados, e a maior prova disso foi a Greve que fizeram em 2002. Esse movimento gerou melhorias, e agora nós precisamos lutar por mais espaço; o corpo docente cresceu,

ainda não o suficiente, mas cresceu, e agora nós precisamos ampliar e reorganizar a casa.

DCS: Logo que você se formou, já iniciou seu mestrado?

LJ: Sim, eu comecei a fazer pós-graduação meio acidentalmente. Recebi um convite para continuar na área de Literatura Portuguesa, mas ainda nem tinha projeto de pesquisa. Eu vinha aprofundando meus estudos sobre Fernando Pessoa com o Professor Massaud Moisés quando, de repente, tornei-me sua orientanda.

DCS: Quando você começou a dar aulas na Faculdade?

LF: Faz sete anos. Eu comecei a dar aulas aqui durante o meu doutorado, o que foi uma experiência um pouco traumática, por causa da situação em que a Área de Literatura Portuguesa se encontrava, com pouquíssimos professores e muitos alunos. Pouco depois assumi a coordenação dessa Área, num momento agudo dessa crise.

DCS: Como você vê a Faculdade hoje?

LJ: Acho que a Faculdade é um projeto inacabado que avançou nos últimos tempos, depois de um longo período de paralisação. A Faculdade despertou uma consciência do seu próprio poder, e daqui para frente é preciso levar adiante essa reforma. Penso que o nosso maior problema, na atualidade, seja de gestão, de funcionamento dessa estrutura. Os últimos movimentos têm chamado a atenção para os nós da instituição, os problemas operacionais que levam aos choques de horários, à inoperância das listas e às falhas em geral do sistema de informática e demais mecanismos de comunicação interna. Parecem coisas de somenos, mas são questões muito graves e urgentes. Se conseguirmos desatar esses nós, teremos condições de repensar nossa estrutura, no sentido de promover uma integração cada vez maior, pela interdisciplinaridade e parcerias dos projetos.

ENTREVISTA COM LUIZ TATIT

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



O entrevistado é professor do Departamento de Lingüística.

Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que

você me falasse sobre sua formação acadêmica.

Luiz Tatit: Eu fiz duas faculdades aqui na USP: formei-me em Música, pela ECA, e em Lingüística, pela FFLCH. Depois, eu continuei em Letras, onde fiz toda minha carreira: mestrado,

doutorado, livre-docência e titularidade.

DCS: Você começou o curso de Letras em que ano?

LT: Eu comecei o curso na ECA em 1971, e em Letras, dois anos depois. Naquela época a gente podia fazer dois cursos na USP, desde que prestasse mais de um vestibular.

DCS: Você teve aulas nas colmeias. Como era esse ambiente?

LT: Era um ambiente um pouco dispersivo, não havia um prédio central. Nunca houve muita integração entre os alunos, isso porque a gente transitava em classes diferentes. Não havia uma turma que começava o curso e terminava junta. Nesse sentido, Letras sempre foi uma coisa caótica: é difícil você ter uma turma que acompanha sempre as mesmas aulas. Eu conheci pouca gente, mas à medida que o curso foi fechando na Lingüística a gente conseguiu formar uma turma. Mas os primeiros anos do curso foram muito impessoais.

DCS: O curso de Música era o oposto do de Letras.

LT: Sim, lá a turma era pequena, todo mundo se conhecia. O curso de Música nunca foi profissionalizante lá na ECA; é um curso de aperfeiçoamento, de reflexões acadêmicas sobre a questão musical.

DCS: Havia ciclo básico naquele tempo?

LT: Naquela época, você já fazia sua escolha de área no vestibular. Não havia essa história de ranqueamento.

DCS: Muitos que eu entrevistei disseram que aquele espaço das colmeias era anárquico. Você concorda com isso?

LT: Era mesmo, mas isso sempre foi a cara de Letras. Os cursos de Letras sempre foram dispersivos, primeiro por causa do número de alunos, acho que entram mais de 800 alunos por ano, algo completamente impensável no caso de um curso de exatas, por exemplo. Segundo, porque é um currículo que está constantemente sendo feito. É até bom que se faça isso, porque às vezes o currículo não dá conta das necessidades do pessoal de Letras. Nesse sentido, as colmeias não atrapalharam os cursos de Letras.

DCS: Em que ano você terminou a graduação?

LT: Terminei em 1978, daí logo em seguida comecei meu mestrado, e em 1982 defendi minha dissertação. Em 1983, iniciei o doutorado, e defendi a tese em 1986. Em 1994 apresentei minha tese de livre-docência, e em 2002 me tornei professor titular.

DCS: Quando você começou a dar aulas aqui na Faculdade?

LT: Eu já era doutor, e eu só entrei aqui como professor no primeiro ano em que foi aberto concurso para contratação de novos professores na área de Lingüística, em 1987. Até então, desde sua fundação, o DL nunca tinha selecionado professores por concurso.

Até 1987, toda minha carreira dentro da Universidade havia sido feita na área de pesquisa, nunca na área de ensino.

DCS: Nessa época, já existia o Departamento de Lingüística?

LT: Sim. Quando eu fiz mestrado, ele ainda estava junto com Letras Orientais e Teoria Literária no antigo Departamento de Lingüística e Línguas Orientais, mas no meu doutorado eles já haviam se separado.

DCS: O que você acha do ciclo básico?

LT: Acho que ele trouxe uma coisa mais justa para Letras, porque ele impede que um aluno entre em um curso pouco concorrido apenas para se aproveitar das coisas que a USP oferece, como a utilização do CEPEUSP, por exemplo, e era isso que acontecia antes da implantação do ciclo básico. Para resolver isso, todo mundo entra no ciclo básico, para só depois escolher sua carreira. Isso foi muito bom nesse sentido, mas foi ruim porque transformou Letras num grande colégio, em que os professores do primeiro ano são obrigados a dar as aulas da mesma maneira. Tudo isso virou aquela coisa de cursinho, em que você é obrigado a seguir um programa pré-definido. O professor não pode se estender muito naquilo que ele sabe porque tem que cumprir o programa. Isso fez com que muitos professores aqui da Faculdade se desinteressassem da graduação e se voltassem mais para a pós-graduação, em que eles podem ministrar o que querem. Por isso eu digo que a pós agora virou a graduação.

Muitos professores, entre os mais experientes, estão fugindo da graduação e se dedicando mais à pesquisa e à pós-graduação.

DCS: O que você acha de Letras hoje?

LT: Letras é uma área complexa da Faculdade. Por um lado, ela tem muitos alunos, mas ao mesmo tempo o curso noturno é uma das poucas opções de curso para as pessoas que trabalham. A parte física do prédio de Letras tem sérios problemas, como carteiras antigas, lousas em que é difícil escrever e pouco espaço para muitos alunos. O investimento é muito pequeno, em parte porque é uma área da Faculdade que quer manter apenas o investimento público.

DCS: Qual sua opinião sobre a Greve dos alunos de 2002?

LT: A Greve de 2002 foi extremamente justa porque, de fato, havia uma real necessidade de contratação de professores para dar aulas. Eu vejo pelo Departamento de Lingüística:

não tínhamos professores, então cancelávamos disciplinas do currículo. As optativas do DL foram todas canceladas por falta de professor. Agora as coisas estão voltando ao normal, e isso foi muito positivo. Até hoje acho que ainda estão realizando os concursos dos claros obtidos naquela greve.

ENTREVISTA COM WILLI BOLLE

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



O entrevistado é professor de Literatura Alemã do DLM.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professor gostaria que você me falasse sobre sua formação acadêmica.

Willi Bolle: Minha cidade de origem é Berlim, antiga e atual capital da Alemanha. Lá cursei a escola primária e no secundário estudei no Colégio Francês. Nessa época, eu vivia Berlim Ocidental, no setor francês, e acho que estudar nesse colégio foi muito importante para minha formação porque tinha contato com duas culturas, a alemã e a francesa.

DCS: Como foi viver na Berlim do pós-guerra?

WB: Eram ruínas por toda parte. O apartamento dos meus pais foi destruído num dos bombardeios e assim vivi até os 17 anos numa casa provisória. Mas o bairro era muito interessante. Era perto do Castelo da Família Humboldt, onde haviam vivido os irmãos Humboldt, um deles, Alexander, o grande viajante, e outro, Wilhelm, o fundador da Universidade que leva até hoje o seu nome. Como a Universidade Humboldt ficou no setor soviético da cidade, eu me matriculei na Universidade Livre de Berlim, na parte ocidental, em 1963, com 19 anos. Nesse bairro, além do Castelo, havia um campo de aviação, onde foram testados os primeiros foguetes na Alemanha. Uma imagem desse período que ficou marcada na minha mente foi uma vez em que eu e minha mãe fomos comprar comida na Alexanderplatz: havia legumes congelados vindos da União Soviética, uma forma deles fazerem propaganda de seu regime. Nessa época, Berlim Ocidental sofria o bloqueio dos soviéticos, e os Estados Unidos criaram então uma ponte aérea entre a Alemanha Ocidental e Berlim Ocidental, para abastecer a cidade. Isso causou um forte sentimento anti-comunista nos berlinenses.

DCS: Você entrou na Universidade em 1963?

WB: Sim, matriculei-me inicialmente no curso de ciências eco-

nômicas; mas paralelamente estava estudando filosofia. No 2º semestre daquele ano, mudei para o curso de meteorologia, e depois fui para o curso de física, onde percebi que minha formação em matemática era insuficiente. Eu lia muitos romances, e no verão de 1964 mudei para os cursos de Letras Neolatinas e História.

Ainda em 1964, comecei a estudar português como autodidata e no ano seguinte frequentei o curso de verão na Universidade de Lisboa. Em 1966, o professor Antonio Soares Amora da USP, que estava em Berlim como visitante, deu um curso sobre “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa. Recordo-me até hoje do fascínio que exercia sobre mim a primeira página. Conversei com o professor Amora, dizendo que gostaria de estudar esse livro, e ele me convidou para vir ao Brasil fazer minhas pesquisas na USP. Embarquei em agosto do mesmo ano, numa viagem de navio de 21 dias.

Chegando ao Rio, liguei para o professor Amora, que me deu a sugestão de ir até o Itamaraty e visitar o Guimarães Rosa. Fui até o palácio, me identifiquei, e conversei com ele. Ele começou a me perguntar — “Onde está a camisa?” —, referindo-se a uma camisa minha em que estava estampada a capa do Grande Sertão. Em seguida, conversamos sobre a obra dele.

DCS: Você ficou muito tempo no Rio?

WB: Um dia apenas. No dia seguinte, vim para Santos, onde o professor Amora me esperava com sua esposa. Lembro até hoje o que ele me disse, assim que entramos em São Paulo: “Esta é uma cidade surrealista!” Na minha primeira noite aqui, fui andando pela Rua Augusta em direção ao centro. Comprei três exemplares do Grande Sertão. Um para ler, e os outros dois, para forrar com as folhas as paredes do meu quarto. Assim, eu podia por assim dizer viver dentro do livro e senti-lo mais intensamente.

No meu primeiro ano aqui não fiz nenhum curso, apenas trabalhei no Instituto de Estudos Portugueses. Nessa época tive contato com o pessoal do TUCA, que montava Morte e

Vida Severina, do João Cabral de Melo Neto. Nesse mesmo ano, em dezembro, viajei pelo Rio São Francisco, para viver o universo da obra do Guimarães Rosa. Queria ir também a Monte Santo, onde o Glauber Rocha filmou Deus e Diabo na Terra do Sol, mas isso acabou acontecendo só em 1996.

Em julho de 1967, decidi viajar para conhecer o Rio Amazonas, pela rodovia Belém-Brasília, e lá conheci um dos grandes críticos literários do país, Benedito Nunes. Fui de carona, num avião da Força Aérea Brasileira, a FAB, até uma aldeia de índios na fronteira com as Guianas, na Serra de Tucumaque; no caminho de volta, em Óbidos, onde o Amazonas corre com maior intensidade, eu perdi o avião.

DCS: E o que você fez daí?

WB: Primeiro fui conhecer Manaus. Lá fui ao Palácio do Governo e pedi para conversar com o Governador do Estado. Naquela época essas coisas eram mais fáceis. Eu expliquei minha condição de estudante e a necessidade de retomar as aulas na USP, e ele me disse que ia dar um jeito para eu voltar para São Paulo; no final deu tudo certo, em outro avião da FAB.

De volta para a Faculdade, o professor Amora me aconselhou a terminar o curso, e então eu fiz todas as matérias que eu precisava em um ano e seis meses, estudando de manhã e de noite ao mesmo tempo. Me formei em 1968, mesmo ano em que me casei com Adélia Bezerra de Meneses, que me iniciou à música brasileira; ela me levou inclusive ao Festival de Música Popular e assistimos juntos à conturbada estréia de “Alegria, alegria”, de Caetano Veloso. A Adélia dava aulas no Colégio de Aplicação da USP, e já naquela época era uma professora brilhante.

DCS: O senhor acompanhou os acontecimentos de 68 na Maria Antonia?

WB: Por ser estrangeiro, não fazia parte de nenhum grupo político aqui no país. O que me chamou a atenção nesse período foi a vivacidade da cultura brasileira, especialmente no teatro.

DCS: Você teve contato com o pessoal do Oficina?

WB: Sim, eu vi a encenação que eles fizeram de “O rei da vela”, do Oswald de Andrade.

DCS: Seu doutorado foi feito aqui na Faculdade de Filosofia?

WB: Não, fiz meu doutorado na Alemanha, para onde voltei depois de ter me formado como bacharel e licenciado na USP. A tese tinha como tema “A evolução da técnica narrativa nos contos de Guimarães Rosa”; ela foi publicada no Brasil, em 1973, pela Perspectiva, com o título **Fórmula e fábula**.

Voltei para o Brasil depois de defender minha tese, e comecei a lecionar, a partir de março de 1972, no programa de Pós-graduação em Teoria Literária da PUC, com Leyla Perrone-Moisés, Haroldo de Campos, Décio Pignatari e Lucrécia d’Aléssio Ferrara, nossa coordenadora. Permaneci lá por 6 anos, e depois vim para a USP, assim como os outros professores: Leyla e eu viemos para o Departamento de Letras Modernas; Décio e Lucrécia para a FAU. Haroldo só não veio dar aulas porque ele já tinha um cargo na Consultoria Jurídica da Reitoria. Meu ingresso como professor na FFLCH se deu em abril de 1977, e por um ano dei aulas aqui e na PUC; a partir do 2º semestre de 1978 passei a dar aulas apenas na USP.

DCS: Mas você veio para a área de alemão, e não para a de teoria literária.

WB: Sim, e isso foi importante para mim, porque fez com que eu pudesse ficar sempre em contato com a minha cultura de origem, a cultura alemã.

DCS: Na tese de doutorado do José Miguel Wisnik, ele cita a “Universidade utópica”, e escreve que você fez parte dela. O que foi isso?

WB: Nós éramos um grupo de professores que, juntamente com um grupo de alunos, queríamos romper com a acomodação na rotina acadêmica. Esse movimento, iniciado em julho de 1979, no âmbito da primeira grande greve dos professores da USP, me fez perceber a necessidade de uma reflexão sobre a função do professor na sociedade e até de uma formação paralela. Num primeiro momento, elaborei com dois alunos meus, Erlon Paschoal e Flávio Quintiliano, o livro “O Preceptor ou Vantagens da educação particular”, que é uma tradução da comédia de Jakob Lenz, com estudos críticos e materiais para uma montagem; foi publicado em 1983 pela Paz e Terra.

Num segundo momento, no mesmo ano de 1983, resolvi prestar as provas para entrar na Escola de Arte Dramáticas, a EAD. Sou da mesma turma da Marisa Orth, e essa experiência foi fascinante, porque foi uma intensa aprendizagem em grupo, com pessoas que realmente gostam de teatro. No 1º ano éramos 13 mulheres e sete homens. No começo do 2º ano, éramos 13 e pouco depois, apenas 7, quando encenamos a nossa primeira peça a ser apresentada em público: o Fausto, I e II, de Goethe, onde eu era Fausto e a Marisa era Mefistófeles. A crítica falou muito mal do nosso espetáculo, mas para nós essa montagem foi um aprendizado muito especial: na formação, errar pode ser mais importante do que acertar, porque ao corrigir o erro você cresce.

No 3º ano, éramos apenas quatro, dois homens e duas mulheres. Montamos então a peça “Doze atos de Nelson

Rodrigues”, estreada em dezembro de 1985, mostrando o relacionamento entre homens e mulheres na Grande Cidade. Nesse período, eu era aluno da EAD e dava aulas na FFLCH e no Departamento de Artes Cênicas da ECA. Também defendi minha tese de livre-docência durante meu período como aluno da EAD. Essa tese, sobre Walter Benjamin e a cultura da República de Weimar, se transformou depois no livro **Fisionomia da metrópole moderna**. Através da análise dos textos de Benjamin sobre as cidades – Berlim, Paris, Moscou, Nápoles –, de aspectos como a memória e a escrita da cidade, e de figuras como o flâneur, procuro entender o espaço urbano em que vivemos. Essa continua sendo para mim uma importante linha de pesquisa. Daqui a poucos dias participei em Berlim de um simpósio internacional sobre “Literatura e topografia”, com a comunicação “Metrópole e megacidade: Sobre a organização do saber nas ‘Passagens’ de Walter Benjamin”.

DCS: Você traz um pouco do teatro para suas aulas, não é?

WB: Sim, eu tento trazer um pouco do teatro para a sala de aula. Quando me formei na EAD, minha idéia era constituir uma companhia itinerante de teatro, em que nós iríamos apresentar nossas peças pelo Brasil e pela América Latina aden-

tro. Consegui, no ano passado, montar um grupo de alunos muito interessados em teatro, para desenvolvermos uma leitura dramática de um episódio de “Grande Sertão: Veredas” – que já foi apresentada no sertão (em Morro da Garça), em Belo Horizonte, São Paulo e Belém. Isso tem sido uma experiência muito instigante.

DCS: Você lançou um livro semana retrasada, *grandesertao.br*

WB: Isso. Trata-se de um ensaio que considera “Grande Sertão: Veredas” como o romance de formação do Brasil. Procuro mostrar como a narrativa rosiana desconstrói e constrói a história do país, em diálogo com os principais ensaios de interpretação da cultura brasileira: desde o livro matricial de Euclides da Cunha até os estudos fundamentais de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Antonio Candido e outros. O fato de ter finalmente escrito e publicado esse livro me deixa contente, porque foi por causa de “Grande Sertão: Veredas” que vim para o Brasil, há mais de 30 anos. Em primeiro plano e acima de tudo o meu livro trata da formação do Brasil, mas entre as linhas, muito discretamente, está também a minha própria formação, que se deu em grande parte graças ao romance de mestre João Guimarães Rosa.

ENTREVISTA COM INÁ CAMARGO COSTA

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



A entrevistada é professora aposentada do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professora, eu gostaria que você me falasse um pouco sobre sua formação acadêmica.

Iná Camargo Costa: Eu entrei no curso de Filosofia em 1975, mas já era formada em Letras e já trabalhava. Em 1980 comecei a pós-graduação em Filosofia e – bons tempos aqueles em que o Mestrado podia ser feito em 8 anos! – gastei todos os 8 anos no Mestrado, que terminei em 1988. Nesse mesmo ano comecei o Doutorado, que terminei em 1993. Em 1989, passei a dar aulas no curso de Letras, na área de Teoria Literária e Literatura Comparada.

Quando comecei a estudar Filosofia, o plano não era fazer o curso inteiro, mas apenas algumas disciplinas que me pareciam complementares ao curso de Letras, feito em escola privada em Botucatu. Era uma escola típica: os professores não

tinham compromisso com a pesquisa e os alunos tinham que se virar como pudessem.

Como eu já conhecia a obra do Antonio Candido e era professora de Língua Portuguesa, o interesse em Filosofia tinha duas direções: de um lado, queria conhecer mais a fundo o campo de onde vinham o pensamento e o trabalho do Mestre e, de outro, queria estudar Lógica para entender melhor os fenômenos da língua que eu ensinava. Por causa desses interesses muito claros, o curso foi inteiramente produtivo. Não fiz nenhuma disciplina que não desse continuidade à minha formação em Letras.

DCS: Qual a sua impressão da FFLCH quando veio para cá?

ICC: Foram dois tipos de impressão, e vou começar pela pior, com as instalações. Em 1975 o curso funcionava nos barracos. Não sei se você sabe, eu mesma vim a saber recentemente, que aquele espaço tinha sido rejeitado pela Veterinária,

por ser inadequado para os animais. Veja só! Não servia para os animais da Veterinária, mas serviu para abrigar cursos da FFLCH! Isso diz muito do que a USP pensava sobre a FFLCH. A impressão, portanto, não poderia ser pior, porque os barracos realmente eram o fim do mundo. No verão, não se conseguia ficar dentro das salas de aula; se chovesse, não se conseguia ouvir o colega ao lado; e no inverno fazia um frio insuportável. Um verdadeiro “paraíso” para os “animais” da Filosofia.

Quanto às impressões humanas, pelo menos duas vão ficar em minha memória para sempre. Primeiro, o convívio com os colegas, especialmente os engajados no Movimento Estudantil, todos alunos brilhantes, com notável poder de análise da situação do país. Já em 1975 aderi ao pessoal do Centro Acadêmico, o CAF, que era da Liberdade e Luta. A segunda foram os meus professores. Não há comparação possível entre o nível da totalidade dos professores que tive na Filosofia e a maioria dos professores que tive em Letras.

DCS: Você teve aulas com o Oswaldo Porchat?

ICC: Não, ele não estava por lá, não sei por que razão, mas na época dos barracos tive aulas com o Franklin Leopoldo e Silva, Franklin de Matos, Otília Arantes, Maria Lúcia Cacciola, Leon Kossovitch, entre outros. Depois de muita luta, fomos transferidos para o que passamos a chamar de “caixotes”, o atual prédio de Filosofia e Ciências Sociais. Para nós foi uma espécie de promoção, pois saímos de uma “favela tipo Z” para uma “favela tipo L”, mais ou menos. Nos caixotes, completei a graduação, onde segui cursos de professores como o Paulo Arantes e Gérard Lebrun, entre outros. Mas não tive aulas com professoras como a Olgária ou a Scarlett, porque elas estavam na França. O que me interessava mais era Estética e História da Filosofia. As disciplinas de Lógica e Teoria do Conhecimento fiz com o Chiappin, um grande professor.

DCS: Em que área você defendeu o Mestrado?

ICC: Mestrado e Doutorado na área de Estética, com a orientação da Otília. Em 1977, ela organizou um grupo de pesquisas com seus orientandos e através de um deles, o Franklin de Matos, me convidou para participar. Sem nenhum tipo de bolsa. Foram anos muito animados de pesquisa e, quando terminei a Graduação, comecei o Mestrado com a Otília.

DCS: Você teve aulas com o Antonio Candido?

ICC: Infelizmente não, porque nesse período ele estava trabalhando no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Mas foi quando o conheci pessoalmente e de um modo muito peculiar: a mulher dele, Gilda de Mello e Souza, dona Gilda, como a chamamos, escreveu um texto para a revista (*Arte em*

revista) que o grupo de pesquisa da Otília publicava. Eu fui à casa dela para buscar esse texto e quem me recebeu foi o Antonio Candido. A curiosidade é que lá estava em visita o professor Edgard Carone, meu amigo e pai do André de Barros Carone, professor de Educação Física na escola onde eu trabalhava. Resumindo: o que era para ser uma passagem de “office-boy” acabou se transformando numa adorável visita a Antonio Candido e dona Gilda. Nem sei quanto tempo fiquei por lá, conversando com os três.

DCS: Você presenciou a criação do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada?

ICC: Sim, sou testemunha ocular da criação do Departamento, mas não passo de um peão nessa história. Quem pode contar o que interessa são professores como a Lígia Chiappini, o Davi Arrigucci Jr. e o João Alexandre Barbosa. Eles participaram do processo desde o início, quando constituíam, junto com outros como a Walnice, o João Lafetá e a Teresa Vara, a área de Teoria Literária do antigo Departamento de Línguas Orientais. A luta vinha de longe e, do que me contaram, o capítulo que antecedeu a minha chegada foi o da transformação de Introdução aos Estudos Literários em disciplina obrigatória para todos os alunos de Letras. O passo seguinte foi o da contratação de professores em número suficiente para criar um novo departamento. No início de 1989, sete professores fomos contratados para a área. Informados de que o objetivo destas contratações era também criar o departamento, nenhum de nós se opôs à proposta. Afinal, nós estávamos ali para viabilizar o projeto. Desde o início, como Área e depois como Departamento, nós funcionamos em regime de plenárias. Eu sempre fui favorável a este sistema em que todos participam das decisões.

DCS: Até funcionários e alunos?

ICC: Sim, mas a participação dos alunos é mais difícil porque nosso Departamento não possui alunos próprios, como o de Letras Modernas, por exemplo. Mas nada impede que um aluno matriculado em IEL, Teoria Literária ou Literatura Comparada participe das reuniões e decisões; o problema é que os próprios alunos são, digamos assim, menos envolvidos com a idéia. Nos anos em que trabalhei aqui, acho que vi alunos de graduação em uma ou duas reuniões, no máximo. Acho isso uma pena, porque a participação dos alunos em reuniões cria um senso de realidade melhor, eles começam a entender melhor o lugar onde estão, com quem estão lidando.

DCS: Qual a sua impressão da Faculdade quando se aposentou?

ICC: É contraditória e vou me limitar às Letras. Algumas coisas

foram conquistadas. A criação do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada é uma conquista real para os estudos e a pesquisa neste campo. Outra é o prédio de Letras, embora ele ainda não esteja completo. A Faculdade de Filosofia foi transferida para o campus há 36 anos e o prédio de Letras ainda não está completo! Outra conquista é a ampliação do número de vagas em mais de cinco vezes. Esta é uma conquista que precisa ser acompanhada de outras, como a ampliação correspondente do quadro de professores, pois hoje temos turmas com 100, 150 alunos, um absurdo do ponto de vista didático. Este é um dos problemas muito graves. Se o processo de ampliação de vagas não tivesse correspondido estritamente ao critério capitalista da otimização da exploração do espaço e da mão de obra de professores e funcionários, não teríamos os problemas que temos. A responsabilidade é da alta administração da Universidade.

DCS: Sobre as eleições dentro da Faculdade, o que você acha do sistema em vigor?

ICC: Eu simplesmente não acredito nele. No último processo, em que o Sedi foi eleito diretor, tivemos na Congregação um claro embate. De um lado, a defesa da eleição direta, na qual eu acredito e, de outro, a eleição pelo estatuto através do Colégio Eleitoral, no qual não acredito. Pelo que observei, o Sedi se elegeria também se a eleição fosse direta, mas a eleição pelo Colégio por assim dizer enfraquece o eleito. Um diretor escolhido diretamente, além de expressar a vontade da maioria, tem o apoio militante dos que votaram nele, e isto é diferente do apoio que recebe de seus eleitores no Colégio. Numa unidade como a FFLCH, se a Direção não contar com o apoio militante de todos os envolvidos, ela se enrosca letalmente nas entranhas da burocracia. O Diretor tem a autonomia própria do cargo, mas certas coisas não acontecem simplesmente porque os envolvidos nas diversas

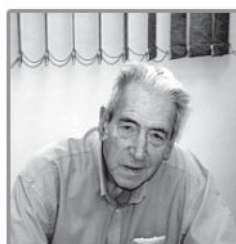
instâncias não estão comprometidas com a sua realização. Eu costumava dizer para o Francis, quando ele era Diretor, que o critério democrático é bom em tudo na vida, até porque ele facilita as coisas. Até quando a injustiça é inevitável, democraticamente você consegue reduzir seus efeitos. É mais fácil ser democrata do que ditatorial ou golpista. Administrar o autoritarismo é muito cansativo e desgastante, enquanto na democracia você apresenta as suas cartas e espera o resultado. Até perder é mais fácil, se for democraticamente. Esta é uma convicção que eu sempre tive e por isso acredito que, se o Sedi tivesse sido eleito democraticamente, teria mais tranquilidade para fazer muitas coisas do seu programa. Ele tem mostrado que prefere os métodos democráticos, realizando as Plenárias e tudo o mais. O Francis também se pautou bastante por métodos democráticos. Mas até agora todos os nossos diretores têm, e acho que todos sabem disso, essa espécie de ilegitimidade que decorre do Regimento da USP. O maior problema do Colégio Eleitoral é que seus membros que têm mais peso, os professores titulares, são os menos envolvidos com os problemas reais da Instituição.

Na situação atual, acho que o mais consequente seria realizar a eleição direta para valer e depois exigir que o Colégio Eleitoral homologasse o resultado. Em certo sentido, isso aconteceu na última eleição, porque o Sedi venceu na consulta e o Leonel, num gesto admirável, retirou a sua candidatura no Colégio para assim evitar que este o elegeisse contra a vontade expressa na consulta. Mas, e se fosse outro candidato que não o Leonel, o que aconteceria? Já houve ocasião, e não faz muito tempo, em que a consulta indicou um nome, o Colégio elegeu um segundo e o Reitor nomeou um terceiro. Esta é uma situação horrível, permitida pelo Regimento que pode ser tudo, menos democrático. Para ser mudada, o Regimento precisa ser mudado e a instância para isso é o Conselho Universitário, sobre o qual prefiro não dizer nada.

ESPAÇO MEMÓRIA

ENTREVISTA COM AZIZ AB'SABER

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



O entrevistado é professor aposentado do Departamento de Geografia. Recebeu o título de Emérito em 2000.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professor, gos-

taria que o senhor me falasse sobre sua formação acadêmica.

Aziz Ab'Saber: Em primeiro lugar, eu queria dizer que fico muito constrangido com homenagens.

O período de minha entrada na Universidade foi marcado por

uma imensurável pobreza em que eu e minha família vivíamos. A Universidade, no entanto, era um ambiente em que não havia discriminação em relação à pobreza. Hoje, o governo, que não conhece bem as universidades e sua realidade social, faz uma propaganda afirmando que as universidades públicas são freqüentadas apenas por pessoas de classes mais privilegiadas. Mas a Universidade ainda tem suas portas abertas para os pobres que têm inteligência e competência, e nós sentimos aqui dentro do *campus* a garra dos estudantes mais pobres em querer estudar e aprender. Isso é particularmente observado entre os alunos das ciências humanas.

Eu posso dizer que fui um pesquisador, que fui professor em diversos lugares, desde o ensino secundário até o ensino superior fora da USP, e trabalhei desesperadamente para a sobrevivência da minha família nos primeiros anos do meu curso. Na minha trajetória, foram importantes as excursões de campo, que acabaram por me dar mais força e orientação para a Geografia do que para a História. Naquele tempo era possível cursar História e Geografia, mas eu acabei me decidindo pela Geografia. Tive a felicidade de poder apreciar os dotes de grandes mestres, como os professores Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo, Plínio Ayrosa e Emílio Willems.

Nas aulas de Geologia Histórica do professor Kenneth Kaster, eu dei um “arranque” muito importante na pesquisa de Geociências. Eu tive a felicidade de ser reparado por alguns alunos do curso, que eu ajudava com a matéria. Um grande amigo meu, que faleceu há alguns anos, Miguel Costa Junior, comentou um dia com o professor Kaster se ele já havia reparado num rapaz alto e magro chamado Aziz, e ele respondeu que já tinha reparado sim, e pediu para o Miguel me convidar para ir até a sala dele. Eu era muito tímido, e fiquei extremamente constrangido quando fiquei sabendo que o Kaster queria falar comigo.

Um dia, no entanto, nós nos encontramos numa escada do prédio da Alameda Gleite, e aí não teve jeito, eu tive que ir ao seu gabinete. No meio do caminho, ele parou e me perguntou se eu era vaidoso. Eu respondi que não, até porque pobre não pode ter esse luxo de ser vaidoso. Ele então perguntou se eu não me importaria de aceitar um cargo bem simples apenas para entrar na Universidade, para mais tarde construir minha carreira aqui dentro. Eu aceitei o convite, e fiquei 3 meses no referido cargo, o qual já divulguei em outras oportunidades. Nesse tempo, eu fiquei trabalhando na biblioteca do Departamento de Geologia e Paleontologia, tentando reunir os livros que estavam dispersos pelas diferentes salas da instituição.

DCS: O senhor pensou em abandonar a Universidade em alguma ocasião?

AAS: Sim, em algumas ocasiões eu pensei em abandonar a Universidade, mas houve uma ocasião que eu nunca vou perdoar: o professor Carter quis fazer uma excursão até Itatiaia,

e eu fui com ele para lá. Alguém muito maldoso foi falar com o Diretor da Faculdade (Astrogildo Rodrigues de Mello), disse que eu tinha ido para o Rio de Janeiro, e me acusou de ter saído do Estado de São Paulo sem a autorização do Governador. Tal acontecimento redundou em perda salarial de 15 a 20 dias, afetando profundamente o meu pobre orçamento em que eu ajudava minha necessitada família.

DCS: O senhor não participava da vida político-estudantil da Faculdade?

AAS: Minha vida foi um pouco diferente da dos meus colegas mais politizados em relação a esse ponto. Eu sai despolitizado da minha cidade, com 17 anos, e encontrei um Grêmio que naquela época só tinha atividades culturais. Felizmente, eu pude sentir uma efervescência cultural muito grande dentro do Grêmio da Faculdade de Filosofia. Havia o cursinho do Grêmio que trazia professores e alunos muito interessantes para ministrarem as aulas, e eu lembro que vi uma vez o Asis Simão, um dos grandes cientistas sociais que a Faculdade já teve, numa dessas aulas.

Eu queria reafirmar a importância que o professor Pierre Mombeig teve na minha formação. Houve um caso interessante em que eu e um colega entregamos um trabalho para o professor Monbeig, só que eu tinha feito as duas partes, já que meu colega se interessava mais por História. Quando o professor nos devolveu o trabalho, ele deu uma nota maior para a parte que estava com o nome do meu colega do que para a parte que estava com meu nome. Mas, de qualquer maneira, ele reparou na minha pessoa em nível cultural.

Minha formação foi enriquecida graças ao contato que eu tive com professores diferenciados, sobre os quais eu gostaria muito de escrever, mas não tenho nem tempo nem competência para realizar essa tarefa.

DCS: Como o senhor vê a USP hoje?

AAS: A USP que eu conheci nos meus tempos de aluno e nos meus primeiros anos trabalhando na Faculdade era uma universidade muito dispersa no espaço, e com muito pouco contato entre os alunos de diferentes áreas do conhecimento. O único núcleo capaz de promover essa interação era a parte da Faculdade de Filosofia que se encontrava no 3º andar do prédio da Escola Caetano de Campos, na Praça da República. Embora bastante inferior ao que acontecia no famoso e importante Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito.

Naquele tempo, o Grêmio da Faculdade tinha uma vida cultural muito intensa. Todos nós, porém, tínhamos uma posição contrária ao chamado Estado Novo (nunca me esquecerei da frase de Vargas criticando os movimentos de alunos paulistanos os chamando de “legoléis em férias”). Houve um Governador de São Paulo (Fernando Costa), que não gostava muito da jovem

Faculdade de Filosofia e que preferia Escolas de Agricultura, já que ele era agrônomo. Certa vez, ele foi até o prédio da Caetano de Campos para palestra e disse, com o auditório cheio de alunos e professores, que tinha dúvidas se era necessário existir uma Faculdade de Filosofia quando podia se construir outras Escolas de Agronomia no Estado. Lembro que ele disse que, “se plantarmos eucaliptos hoje, em alguns anos eles estarão centenários (...)”. Foi um deslize muito grande, de uma série de outros deslizes, como o do Fernando Henrique que nos chamou de vagabundos. Eu não sou vagabundo; trabalho até hoje, mesmo aposentando, pago meu motorista, pago minha gasolina para vir até a USP trabalhar no IEA.

O Lula às vezes também diz coisas desse gênero que infelizmente vão ficar na biografia do meu grande amigo.

DCS: O senhor participou da fundação do PT?

AAS: Não, minha relação é direta com o Lula, sem ter entrado no PT por muito tempo. Infelizmente, eu sou obrigado a dizer que sou mais amigo do Lula do que propriamente amigo do partido. Mas torço bastante para o PT dar certo, mas parece que eles não conseguem achar o caminho correto.

Retomando, queria dizer que dessa atuação do Grêmio, de ser contra a ditadura de Getúlio Vargas, surgiu uma evolução da Faculdade de Filosofia no campo da participação cidadã e política. Mas é preciso dizer a verdade: não fomos discriminados pelo Governo Vargas em nenhum momento, mas não ficávamos conformados com os políticos que ele colocava no Governo paulista. Numa ocasião, nós entramos em greve contra aquele governador que eu te disse, uma greve política, e houve um momento em que houve pressão para que a greve acabasse. Nessa ocasião, pela primeira vez na minha vida, eu me levantei e disse que nós precisávamos ter hombridade e devíamos continuar com a greve. Depois que eu falei, nós decidimos continuar com a greve, e no final nós conseguimos coisas muito importantes para a Faculdade. Isso foi em 1944, se eu não me engano.

Havia um sentido cultural na interpretação dos fatos que aconteciam naquele período. A Maria Isaura Pereira de Queiroz, que tinha mais idade e cultura que a gente e por isso mais madura, abria sua casa para nós discutirmos todo tipo de assunto.

Quando o Brasil entrou na guerra, a união dos universitários paulistas foi total. Quando foi declarada a guerra contra o Eixo,

todos nós fomos até a Praça da Sé, e lá estava o Jorge Amado, que disse uma frase muito bonita, que eu jamais esqueci: “Nesta praça de tão grandes memórias libertárias (...)”.

Logo no meu primeiro ano de Faculdade, em função do serviço militar e das condições de pobreza em que nós morávamos, eu fiquei muito adoentado e tive que largar o serviço militar e deixar de assistir às aulas por alguns meses. Eu me tratei e me recuperei, e quando voltei ao Serviço Militar, me deram uma promoção interna graças a alguma coisa que eu havia escrito sobre a Guerra do Paraguai. Eu digo que sou sargento da reserva por acaso.

Quando a guerra foi declarada, eu pedi para ser enviado para a Itália, porque todos meus amigos reservistas de 2ª Categoria estavam indo para lá, mas não fui convocado.

No meu segundo ano de curso, houve um concurso de contos, poesia e ensaios na Faculdade de Direito, e eu me inscrevi com um pequeno trabalho sobre Euclides da Cunha e *Os sertões*, e ele mais tarde foi publicado na revista do Grêmio da Faculdade de Filosofia, que naquela época se chamava **Paralelos**. Foi meu primeiro trabalho publicado, e eu ganhei na parte de ensaios, e a Lygia Fagundes Telles ganhou na parte de contos.

Quando eu fui receber o prêmio, veja você quem estava na mesa: Guilherme de Almeida, o diretor da Faculdade de Direito e mais dois convidados. Assim que eu recebi o envelope com o prêmio, eu estava tão nervoso que deixei ele cair no chão. Foi um vexame.

Tudo isso porque eu passei me permite avaliar a Universidade hoje, e eu posso te dizer que existem algumas separações na USP entre grupos de áreas diferentes e pessoas de classes sociais diferentes. Existe ainda pouco contato entre os diferentes grupos de pesquisa e de ensino; há também excesso de especialização entre os professores, o que eu considero muito ruim para a Universidade e para a sociedade em geral. Daí porque eu advogo sempre a necessidade de uma muito maior interdisciplinaridade. Considero a USP uma instituição universitária *sui generis*. Adoro o *campus* da minha universidade no bairro do Butantã. Reconheço a importância de todas as suas unidades, seus laboratórios e bibliotecas.

Relembro sempre que as diversas gerações de alunos que por ela passaram estão um pouco em todas as profissões e regiões do meu país, e não admito que qualquer governo federal brasileiro discrimine as universidades públicas.

ENTREVISTA COM ALCIDES VILLAÇA

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO, ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH, SOB ORIENTAÇÃO DO PROF. SEDI HIRANO



O entrevistado é professor de Literatura Brasileira do DLCV.

Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que você me falasse sobre sua formação acadêmica.

Alcides Villaça: Minha formação acadêmica começou por um desvio, quando entrei em Direito, lá em Campinas, e de fato eu comecei o curso. Vi que não era do ramo, e daí veio a necessidade de definir o que eu faria. Tinha possibilidades na cabeça: filosofia e letras. Acabei me decidindo por letras, e entrei aqui na USP em 1968, ainda na Maria Antonia. Entrei num ano fatídico, um divisor de águas na história da Faculdade e na história do Brasil. Foi um ano em que se acirrou a violência da ditadura e isso teve um reflexo direto também na reestruturação dos nossos cursos. Um professor de uma matéria sumia no meio do curso, e a gente não sabia o que tinha acontecido.

Como eu vim do interior, com uma perspectiva bastante provinciana, encantado com a cidade grande, fiquei estarelecido com aquela efervescência política do meio universitário. São Paulo, para mim, era uma Meca cultural... Havia muitas facções da esquerda, que além de brigar contra o governo, brigavam entre si. O curso era marcado por um sentido de improvisação, de tentativa de acomodação das coisas.

Havia um peso de violência, de perseguição, de desconfiança no ar. Por mais que a gente tentasse disfarçar através de uma rotina acadêmica, volta e meia aparecia alguém dizendo que a polícia estava chegando, que o CRUSP ia ser invadido, que o aluno fulano de tal era na verdade um informante do DOPS.

Quando vim para cá não estava politicamente preparado para entender tudo aquilo que acontecia. Passei uma boa parte do meu curso um pouco perplexo, tanto em relação ao conjunto desarticulado dos cursos e das disciplinas como em relação à realidade brasileira, que se refletia na vida da Universidade. Eu lembro que quando o CRUSP foi tomado fui lá com o meu fusquinha para ajudar um colega a tirar suas coisas do apartamento, tudo isso sob a pressão dos policiais militares que tinham ocupado os prédios. As pessoas subiam escoltadas, e desciam com malas, trouxas de roupas e tudo o que elas conseguiam carregar, isso lembrava um pouco o regime nazista.

DCS: A desocupação dos guetos.

AV: É. Um clima de grande opressão, que não deixava de evocar cenas de documentários da 2ª Guerra Mundial. Os estudantes moradores perderam aquele espaço, que só foi recuperado anos mais tarde, quando eles retomaram os prédios onde estávamos nós, os professores....

DCS: Os professores ocuparam o CRUSP então.

AV: Sim, foi-nos destinado aquele espaço, que estava vazio, para montar nossas salas de atendimento. O curso de Letras havia sido transferido dos barracões para as Colmeias, nós nos instalamos nos apartamentos do CRUSP, que eram bem espaçosos, muito melhores que as saletas que temos aqui nesse prédio hoje.

DCS: Você entrou em que curso?

AV: Naquele tempo você podia escolher entre os cursos de

Letras Neolatinas, Anglo-Germânicas e Clássicas. Eu escolhi Letras Neolatinas, com licenciatura em Português e Francês.

DCS: Em que ano você se formou?

AV: Eu me formei em 1971, e esse ano foi um ano decisivo para mim. Eu pensava que deixaria a Faculdade nesse ano para continuar fazendo só o que eu gostava muito, que era dar aulas em colégios do Estado, que naquele tempo tinham outra configuração, outra respeitabilidade. No entanto, em 1971 tive aulas com o professor Alfredo Bosi, e a partir daí eu fiquei com muita vontade de ser orientado por ele nos meus estudos. Em 1972 me inscrevi na pós-graduação, e fui aceito como seu orientando. O professor Bosi foi e continua sendo uma referência muito importante para mim.

DCS: Você acompanhou os primeiros cursos do Bosi na área de Literatura Brasileira.

AV: Sim; ele veio da área de Literatura Italiana para Literatura Brasileira em 1970, tinha acabado de publicar a **História Concisa da Literatura Brasileira**.

DCS: Você teve contato com algum aluno que se tornou depois professor da Faculdade de Filosofia?

AV: Colegas meus? Sim, posso citar a professora Neide, de Espanhol, a professora Margarida... A Neide e eu participamos da leitura dramática da peça Huis Clos, do Sartre, ensaiados por uma colega atriz, Therezinha Arco e Flexa. Foi um momento realizador do meu curso. Se não tivesse ido para o magistério, acho que eu teria tentado seguir carreira no teatro...

DCS: O Grêmio da Faculdade tinha um importante papel como centro cultural na Faculdade. Isso se perdeu com a mudança para a cidade universitária?

AV: Olha, desde o ano em que eu entrei o Grêmio tinha seu lado cultural ofuscado pelas agremiações políticas. Naquele momento, apenas um grêmio muito conservador se manteria como um centro cultural num sentido estrito. As posições políticas estavam presentes na vida do Grêmio e dos estudantes, desde as mais moderadas até as mais radicais, como os grupos que partiram para a luta armada.

DCS: Você começou a dar aulas em que ano?

AV: Naquele tempo não havia concurso de ingresso a todo momento, e eu fui convidado a dar aulas em 1973, indicado com outros mais, pelo professor Garbuglio e pelo professor Bosi. Eu peguei esse "cargo" com cara e coragem, porque era um convite para começar em duas semanas um curso semestral sobre o barroco, e eu não tinha elementos, de fato, para preencher um semestre, mas senti que aquela era uma oportunidade que eu não podia desprezar, entrar no magistério superior. Eu tinha já uma experiência de ensino porque dava

aulas no Estado desde 1968, quando entrei na Faculdade. Esse meu primeiro curso foi muito difícil, eu preparava hoje a aula de amanhã, com pouca noção do conjunto.

DCS: Em que ano você defendeu seu doutorado?

AV: O doutorado foi bem depois, em 1984, sobre a poesia de Ferreira Gullar.

DCS: Na tese de doutorado do José Miguel Wisnik ele escreveu uma dedicatória a alguns professores, entre eles você e o Willi Bolle de alemão, e escreveu sobre o “grande circo da Universidade utópica de 1979”. O que foi isso?

AV: Era um clima já de certo desafogo da repressão política, e uma vontade de exercer libertariamente os nossos desejos. A palavra “desejo” estava no centro das coisas. Havia um grupo de alunos nossos muito ativo, que sempre pedia mais coisas aos professores, mais iniciativa, coisas diferentes, extra-curriculares. Eu acho que o momento culminante desse circo utópico foi uma grande roda que a gente fez, cantando e dançando, numa sala de aula. Aí, se chegava alguém para ver o que estava acontecendo, nós convidávamos a pessoa para dançar com a gente. Aquilo virou um momento meio mágico e meio delirante de exercício de liberdade. Já era uma geração de estudantes que tinha idéias vagas sobre os piores momentos da ditadura e que queria se esquecer rapidamente dela. Era o começo do fim do regime.

DCS: Isso não era um movimento que visava a derrubada do governo ou coisa do gênero, como foi em 68.

AV: Tinha um pouco de política se você pensar na “política do corpo”. O José Celso Martinez Corrêa, com toda a sua explosão, era um guru para um grupo de alunos, que queria que o professor deixasse de ser um burocrata e usasse a sua criatividade para propor novas maneiras de ensino e outras coisas. A idéia era ocupar os espaços vazios, inventar coisas, celebrar os momentos de solidariedade e união. Isso não durou

muito porque não tinha nenhuma sustentação maior em nenhum projeto; era uma ebulição, uma efervescência da época.

DCS: Qual a história daquela foto em que estavam todos os professores de literatura brasileira da época?

AV: Aquele concurso, acho que foi em 1977, tinha tantas vagas quanto candidatos, e nós todos fomos aprovados. Houve uma hierarquia de seleção, mas todos fomos aprovados, e depois tivemos apenas que esperar pelo contrato em tempo integral. A foto é uma prova irrefutável de que já fomos quase trinta anos mais jovens.

DCS: Como foi a mudança aqui para esse prédio?

AV: Ela foi boa por alguns motivos. As salas de aula nas colméias ficavam embaixo do CRUSP, e a convivência com os moradores era um pouco complicada. Às vezes você tinha aluno passando entre as salas enrolado em toalha de banho; gatos e cachorros entravam e saíam nas salas. Este nosso prédio está longe de ser o ideal, mas pelo menos nos deu um espaço mais aceitável que aquele das colméias.

DCS: Como foi a retomada do CRUSP pelos estudantes?

AV: Em alguns casos foi pacífica. Os estudantes avisavam com antecedência que iam tomar os apartamentos de volta, divulgavam uma escala, e os professores tinham um tempo para sair. O problema é que não tínhamos para onde ir. Os alunos fizeram questão de criar um espetáculo com a retomada; foi uma coisa festiva para eles.

DCS: Você acompanhou a Greve dos Estudantes em 2002?

AV: Foi, talvez, a greve mais bem sucedida que eu já vi, porque ela conseguiu resolver uma questão prática, que era a falta de professores. Depois da greve nós chegamos a um número razoável de professores, o que nos permitiu dividir os alunos em turmas menores.

DOUTORADOS

Listagem fornecida pelo Serviço de Pós-Graduação

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

CANDIDATO: Samuel Feldberg

PROGRAMA: Ciência Política

TÍTULO: Estados Unidos da América e Israel: uma aliança em questão

ORIENTADOR: Prof. Dr. Oliveiros da Silva Ferreira

BANCA: Professores Jaffa Rifka Beresin (DLO-USP), Leonel Itaussu de Almeida Mello (DCP-USP), Tullo Vigevani e Christian Lohbauer.

DATA/LOCAL: 05.10.2004 às 14h - Salão Nobre, 145

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

CANDIDATO: Paulo Roberto Licht dos Santos

PROGRAMA: Filosofia

TÍTULO: Ensaio sobre o problema antinômico na filosofia kantiana

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Arthur Giannotti

BANCA: Professores Carlos Alberto Ribeiro de Moura (FFLCH-USP), Vinicius Berlendis de Figueiredo (UFPR), Guido Antonio de Almeida (UFRJ) e Ricardo Ribeiro Terra (FFLCH-USP)

DATA/LOCAL: 29.10.2004 às 14h - Sala de Defesas, 116

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CANDIDATA: Vania Regina Boschetti
PROGRAMA: Geografia Humana
TÍTULO: Da cidade e dos lugares de segregação da Cidade: O
PROGRAMA: Social da Mangueira
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Amalia Inês Geraiges de Lemos
BANCA: Professores Maria Lucia de Amorim Soares (UNISO),
Jose Bueno Conti (DG-USP), Paulo Cesar da Silva (UNISO)
e Francisco Capuano Scarlato (DG-USP)
DATA/LOCAL: 27.10.2004 às 14h - Salão Nobre, 145

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CANDIDATO: Auxiliomar Silva Ugarte
PROGRAMA: História Social
TÍTULO: O mundo natural e as sociedades indígenas da Ama-
zônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI - XVII)
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Mary Lucy Murray Del Priore
BANCA: Professores Antonio Porro, Laura de Mello e Souza
(DH-USP), Adone Agnolin (DH-USP) e Fernando Torres
Londono (PUC)
DATA/LOCAL: 20.10.2004 às 14h - Sala de Eventos, 124

CANDIDATA: Maria Isbela Gerth Landell de Moura
PROGRAMA: História Social
TÍTULO: A cruzada ruralista: concepções, práticas e estratégias
educacionais
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Nanci Leonzo
BANCA: Professores Cezar Augusta Carneiro Benevides
(UFMS), Maria Helena Rocha Antuniassi, Maria Amelia
Mascarenhas Dantes (DH-USP) e Jose Cerchi Fusari
(FE:EDM).
DATA/LOCAL: 20.10.2004 às 14h - Salão Nobre, 145

CANDIDATO: Marcos Lobato Martins
PROGRAMA: História Econômica
TÍTULO: Os negócios do diamante e os homens de fortuna na
praça de Diamantina, MG: 1870 - 1930
ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Penalves Rocha
BANCA: Professores Adalton Franciozo Diniz (Cáspere Líbero), João
Antonio de Paula (UFMG), Carlos Eduardo Ferreira de Carva-
lho (PUC) e Flávio Azevedo Marques de Saes (FEA-USP)
DATA/LOCAL: 26.10.2004 às 13h30 - Sala de Reuniões, 141

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

CANDIDATA: Maria Eulália Ramicelli
PROGRAMA: Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês
TÍTULO: Narrativas itinerantes. Aspectos franco-britânicos da
ficção brasileira, em periódicos do século XIX

NOTÍCIAS

As professoras Rosa Ester Rossini, do Departamento de Geografia, Marilena de Souza Chauí, do Departamento de Filosofia, e Ruth C. Leite Cardoso, do de Ciência Política, foram admitidas na Ordem do Mérito Científico, na Classe Comendador, através da decisão do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A honraria é concedida pelas contribuições prestadas à Ciência e Tecnologia.

A CAPES divulgou o resultado da Avaliação 2004 da Pós-Graduação (triênio 2001/2003), realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, em cerimônia realizada no dia 4 de outubro. O resultados estão disponíveis na página da CAPES: www.capes.gov.br

**REITOR DA UNIVERSIDADE DE AMSTERDÃ QUER
COOPERAÇÃO COM A FFLCH QUE NÃO FIQUE SÓ NO PAPEL**
POR RODOLFO VIANNA

Na tarde do dia 14 de outubro, o diretor da FFLCH, prof. Dr. Sedi Hirano, reuniu-se com uma delegação da Universidade de Amsterdã para discutir possibilidades de cooperação acadêmica. A delegação estrangeira era composta pelo reitor da universidade, Dr. S. J. Noorda, pelo professor da Faculdade de Ciências Humanas, Dr. F. van Eemeren, pela diretora para Assuntos Acadêmicos, Dra. A. Groot, e pelo diretor do departamento de Comunicação, professor J. Straatman.

Durante a conversa, o reitor da Universidade de Amsterdã disse que a sua universidade possui grandes semelhanças com a USP, uma vez que ambas são instituições de ensino e pesquisa, assim como a Faculdade de Ciências Humanas da universidade holandesa e a FFLCH. Embora com uma composição um pouco diferenciada (a Faculdade da Universidade de Amsterdã abrange também as áreas de Psicologia, Comunicação e Artes), o reitor Noorda acredita na possibilidade de cooperação, uma vez que existem diversos pontos comuns entre as Faculdades.

Realizado o contato inicial e expostas as intenções de cooperação, o próximo passo será o de analisar áreas de pesquisas semelhantes como também discutir o reconhecimento mútuo de disciplinas e diplomas. "Não queremos um acordo que só fique no papel", informou o reitor Noorda, acreditando na necessidade de pessoas interessadas no intercâmbio para haver uma real cooperação. Para o professor Sedi Hirano, a Faculdade também busca um acordo "não meramente formal, mas que resulte em efetiva troca de professores, pesquisadores e alunos".

Por parte da FFLCH, também estiveram presentes representantes de cada departamento, além da vice-diretora, profa. Sandra Nitrini, do assistente acadêmico, José Clovis de Medeiros Lima, e do assessor para intercâmbios e convênios culturais, Antônio Carlos Eigenherr. Atualmente, existe uma estudante holandesa aqui na FFLCH, vinda da Universidade de Leiden, e um estudante da nossa Faculdade na Holanda, porém, este último, sem possuir um convênio firmado.

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos
BANCA: Professores Antonio Dimas de Moraes (DLCV-USP), Marlyse Meyer (UNICAMP), Nelson Schapochnik (FE:EDM), Luiz Roberto Velloso Cairo (UNESP)

DATA/LOCAL: 25/10/2004 às 14:00:00 Hs. - Salão Nobre, 145

DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA

CANDIDATA: Márcia Antonia Guedes Molina

PROGRAMA: Semiótica e Lingüística Geral

TÍTULO: Um estudo descritivo-analítico da gramática expositiva (curso superior) de Eduardo Carlos Pereira

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Leonor Lopes Fávero

BANCA: Professores Maria Adélia Ferreira Mauro (DLCV-USP), Evanildo Cavalcante Bechara (UERJ), Glaucia Muniz Proença Lara (UFMG) e Antonio Martins de Araujo (UFRJ).

DATA/LOCAL: 25.10.2004 às 09h - Salão Nobre, 145

CANDIDATA: Rosane de Sa Amado

PROGRAMA: Semiótica e Lingüística Geral

TÍTULO: Aspectos Morfofonológicos do Gavião - Pykobjê

ORIENTADOR: Prof. Dr. Waldemar Ferreira Netto

BANCA: Professores Erasmo D'Almeida Magalhães (DL-USP), Ludoviko Carnasciali dos Santos (Univ.Estadual de Londrina), Margarida Maria Taddoni Petter (DL-USP) e Lucy Seki (UNICAMP)

DATA/LOCAL: 26.10.2004 às 09h - Salão Nobre, 145

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CANDIDATA: Rosa Maria Fátima Castro e Oliveira

PROGRAMA: Sociologia

TÍTULO: A irregularidade de uma situação: a política da infância e da adolescência no Brasil

ORIENTADOR: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

BANCA: Professoras Flavia Ines Schilling (FE-USP), Amelia Cohn (FM-USP), Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (DS-USP) e Maria Helena Oliva Augusto (DS-USP).

DATA/LOCAL: 13.10.2004 às 14h - Sala de Defesas, 116

CANDIDATA: Fabiana da Cunha Saddi

PROGRAMA: Sociologia

TÍTULO: Estado, Sociedade e Descentralização da Política Pública de Saúde no México (1982-2000) e no Brasil (1985-1998): construindo um novo domínio público em contextos de dupla transição política

ORIENTADOR: Prof. Dr. Brasílio João Sallum Junior

BANCA: Professores Maria Helena Oliva Augusta (DA-USP), Paulo Eduardo Mangeon Elias (FM-USP), Basília Maria Baptista Aguirre (FEA-USP) e Marta Teresa da Silva Arretche (DCP-USP)

DATA/LOCAL: 20.10.2004 às 09h - Salão Nobre, 145

DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA

CANDIDATA: Maria Thereza Didier de Moraes

PROGRAMA: Teoria Literária e Literatura Comparada

TÍTULO: Miragens peregrinas de Brasil no 'Sertão Encantado' de Ariano Suassuna

Prof. Dr. Stefan Wilhelm Bolle

BANCA: professores Maria Antonieta Martinez Antonacci (PUC), João Adolfo Hansen (DLCV-USP), Flavio Wolf de Aguiar (DLCV-USP) e Jerusa de Carvalho Chnaiderman (ECA-USP).

DATA/LOCAL: 10.2004 às 14h - Salão Nobre, 145

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

CANDIDATO: es Bonetti

PROGRAMA: ueologia

TÍTULO: lise dos grupos coletores-pescadores do Baixo Vale do Ribeira de Iguape através da reconstituição da Paleo-Linha Costeira: uma arqueologia da paisagem litorânea

ORIENTADORA: ^a Dr.^a Maria Cristina Mineiro Scatamacchia

Professores Gilson Rambelli, Maria Isabel D Agostino Fleming, Astolfo Gomes de Mello Araujo e Antonio Carlos Sant Ana Diegues (ESALQ)

DATA/LOCAL: 10.2004 às 14h30 - Sala de Concursos, 122-A

MESTRADOS

Listagem fornecida pelo Serviço de Pós-Graduação

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

CANDIDATO: Mauricio Fiore

PROGRAMA: Antropologia Social

TÍTULO: Controvérsias médicas e a questão do uso de "drogas"

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Paula Montero

BANCA: Professores Edward John E. B. Neves Macrae (UFBA) e Julio Assis Simões (DA-USP)

DATA/LOCAL: 21.10.2004 às 09h - Sala de Defesas, 1160

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

CANDIDATO: Carlos Eduardo Ribeiro

PROGRAMA: Filosofia

TÍTULO: Filosofia do Perigoso Talvez: ensaio sobre o 'Para além de bem e mal' de Nietzsche

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Scarlett Zerbetto Marton

BANCA: Professores Marco Aurelio Werle (DF-USP) e Peter Pal Pelbart (PUC-SP).

DATA/LOCAL: 29.10.2004 às 15h - Sala de Concursos, 122-A

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CANDIDATO: Gustavo Armani

PROGRAMA: Geografia Física

TITULO: Interação entre a atmosfera e a superfície terrestre: variações da temperatura e umidade na bacia B do Núcleo Cunha (IF) - SP

ORIENTADOR: Prof. Dr. Emerson Galvani

BANCA: Professoras Rosely Pacheco Dias Ferreira (DG_USP) e Mirian Ramos Gutjahr (Inst. Geológico /SMA).

DATA/LOCAL: 08.10.2004 às 09h - Sala de Concursos, 122-A

CANDIDATA: Luciana Gonçalves da Silva

PROGRAMA: Geografia Humana

TITULO: Direita... Esquerda... À Direita de... À esquerda de... As habilidades cognitivas de descentração, conservação e reversibilidade do pensamento e sua importância na construção das noções Geocartográficas de Lateralidade e Localização Espacial

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Vanzella Castellar

BANCA: Professoras Maria Elena Ramos Simielli (DG-USP) e Rosa Lavelberg (FE:EDM)

DATA/LOCAL: 25.10.2004 às 14h - Sala de Concursos, 122-A

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

CANDIDATO: Sérgio Duarte Julião da Silva

PROGRAMA: Filologia e Língua Portuguesa

TITULO: Marcadores discursivos no ensino de Português - Língua Estrangeira (PLE) no Brasil

ORIENTADOR: Prof. Dr. Reginaldo Pinto de Carvalho

BANCA: Professores Maria Bernardete Marques Abaurre (UNICAMP) e Maria Lúcia da Cunha Victorio O. Andrade (DLCV-USP)

DATA/LOCAL: 20.10.2004 às 14h - Sala de Defesas, 116

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

CANDIDATA: Angelica Lino dos Santos Moriconi

TITULO: Língua e Literatura Italiana

Nel Paese De 'Macacchi'. Representação do Brasil no final do século XIX

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Olga Alejandra Mordente

BANCA: Professoras Lucia Wataghin (DLM-USP) e Maria Betânia Amoroso (UNICAMP)

DATA/LOCAL: 27.10.2004 às 14h - Sala de Concursos, 122-A

CANDIDATA: Claudia Damião Lopes de Almeida Silveira

PROGRAMA: Filologia e Língua Portuguesa

TITULO: Edição de textos relativos à defesa, segurança e fisca-

lização portuária da Baixada Santista no período final do século XVIII e início do século XIX

ORIENTADOR: Prof. Dr. Heitor Megale

BANCA: Professores Yedda Dias Lima (IEB-USP) e Silvio de Almeida Toledo Neto (DLCV-USP)

DATA/LOCAL: 27.10.2004 às 14h - Sala de Professores, 114

CANDIDATO: Paulo Roberto Theodoro Ferreira

PROGRAMA: Língua e Literatura Italiana

TITULO: As proposições concessivas e os conectores de concessão - análise contrastiva italiano e português

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Olga Alejandra Mordente

BANCA: Professoras Letizia Zini Antunes (UNESP) e Elisa Guimaraes Pinto (DLCV_USP).

DATA/LOCAL: 19.10.2004 às 14h - Sala de Concursos, 122-A

CANDIDATO: Sérgio Bruck de Moraes

PROGRAMA: Língua e Literatura Alemã

TITULO: O olhar distraído para a improvisação: metodologia e poética

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Ruth Cerqueira de Oliveira Rohl

BANCA: Professores João Azenha Junior (DLM-USP) e Vera Lucia Gonçalves Felício (ECA_USP)

DATA/LOCAL: 20.10.2004 às 14h - Sala de Defesas, 116

DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA

CANDIDATO: Assouan Lea Honorine Wadja

PROGRAMA: Semiótica e Lingüística Geral

TITULO: Análise contrastiva dos pronomes de tratamento do português falado em São Paulo e do Baulê falado em Kokumbo (Costa do Marfim)

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Margarida Maria Taddoni Petter

BANCA: Professores Tania Maria Alkmin (UNICAMP) e Neide Therezinha Maia Gonzalez (DLM_USP)

DATA/LOCAL: 22.10.2004 às 14h - Sala de Defesas, 116

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CANDIDATA: Joana da Silva Barros

PROGRAMA: Sociologia

TITULO: Moradores de rua - pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Maria Célia Pinheiro Machado Paoli

BANCA: Professores. Francisco Maria Cavalcante de Oliveira (DS_USP) e Cibele Saliba Rizek (EESC:SAP)

DATA/LOCAL: 25.10.2004 às 15h - Sala de Defesas, 116

CANDIDATO: Leandro Moreira

PROGRAMA: Sociologia

TITULO: O Islã no Brasil: os muçulmanos imigrantes e o islamismo em São Paulo

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jose Reginaldo Prandi
BANCA: Professores Maria Ines Rauter Mancuso (UFSCAR) e Antonio Flavio Pierucci (DS-USP)
DATA/LOCAL: 22.10.2004 às 14h - Sala de Concursos, 122-A
CANDIDATA: Michele Asmar Fanini
PROGRAMA: Sociologia
TÍTULO: As modulações da voz feminina na produção de Clarice Lispector. Uma sociologia de sua escrita
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda
BANCA: Professores Sergio Miceli Pessoa de Barros (DS-USP) e Heloísa André Pontes (UNICAMP).

DATA/LOCAL: 14.10.2004 às 14h30 - Sala de Concursos, 122-A

**DEPARTAMENTO DE TEORIA
LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA**

CANDIDATO: Adriano de Assis Ferreira
PROGRAMA: Teoria Literária e Literatura Comparada
TÍTULO: Teatro Trianon: forças da ordem x forças da desordem
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Iná Camargo Costa
BANCA: Professores Mario Fernando Bolognesi (UNESP) e Ivone Dare Rabello (DTLLC-USP)
DATA/LOCAL: 10.2004 às 14h3 - Sala de Defesas, 116

EVENTOS

II SEMINÁRIO BRASIL-ITÁLIA

Entre os dias 18 a 21 de outubro, realizou-se o II Seminário Brasil/Itália – *Nostalgia e Identidade. Estudos de Literatura e Tradução*, na FFLCH. O seminário foi composto por diversas mesas redondas e conferências que debateram aspectos da cultura italiana e de sua literatura, além do lançamento do livro de poesias *A Chuva nos Ruídos*, da professora Vera Lúcia de Oliveira da Universidade de Lecce, Itália.

Com uma intensa programação, o seminário contou com a

participação de professores e pesquisadores da Faculdade, professores de outras Universidades brasileiras (Unesp, Unicamp, UFES, UFBA, UFPR, UFRJ) e professores da Universidade de Lecce, na Itália.

O II Seminário Brasil/Itália foi organizado pela FFLCH e o pela Facoltà di Lingue e Letterature Straniere dell'Università di Lecce, com o apoio da Edusp e patrocinado pela Fapesp, pela Pró-Reitoria de Graduação da USP e pelo Istituto Italiano di Cultura - San Paolo.

LEI E CCBB PROMOVEM EVENTO INTOLERÂNCIA E SOLIDARIEDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O LEI (Laboratório de Estudos sobre Intolerância) e o Centro Cultural Banco do Brasil promoveram o evento *Intolerância e Solidariedade no Mundo Contemporâneo* entre os dias 23 a 31 de outubro, no Centro Cultural.

O evento buscou ampliar a discussão sobre o tema da intolerância através de exhibições de filmes seguidas por debates, como também pela realização de mesas redondas que trabalharam os eixos: Intolerância e Solidariedade no Mundo Contemporâneo; Literatura e Intolerância;

Tolerância ao Intolerável; Intolerância Política e Intolerância Religiosa. A Conferência de abertura, realizada no dia 26, foi proferida pelo diplomata, cientista político e ensaísta Sérgio Paulo Rouanet.

Participaram também do evento Anita Novinsky, Moacyr Scliar, Rifka Berezin, Affonso Romano de Sant'Anna, Paulo Lins, Alfredo Bosi, Zilda Iokoi, Fernando Pino Solanas, Antônio Andrade, Férrez, Nelson Ascher, Dom Tomás Balduino, José Antonio Escudero, Pilar Rahola entre outros

PRODUÇÃO DOS DOCENTES DA FACULDADE



ABEI JOURNAL - The Brazilian Journal of Irish Studies 5

A ABEI Journal (Revista da Associação Brasileira de Estudos Irlandeses) publica, anualmente e em língua inglesa, artigos nas áreas de ficção, drama e crítica literária, além de contar com uma sessão regular, "The Critic and the Author", que visa a um diálogo entre o crítico e o autor.

R\$ 15,00
ISSN 1518-0581
21 x 28cm



R\$20,00
ISBN 85-7506-061-9
16 x 22 cm 380p.

A PESQUISA LINGÜÍSTICA NO BRASIL (2a. edição) (Setembro 2004)

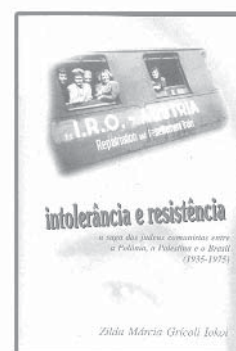
CRISTINA ALTMAN

O livro pretendeu uma análise abrangente da pesquisa lingüística brasileira contemporânea, compreendendo suas relações com as tradições filológica, dialetológica e gramatical; seus processos de institucionalização; suas concepções do objeto material das ciências da linguagem; seu estatuto perante a lingüística européia e norte-americana. Os principais materiais de análise foram os periódicos publicados no período, a literatura sobre este material e entrevistas realizadas com lingüistas brasileiros. O resultado é um mapeamento detalhado da produção lingüística brasileira no período 1968-1998, em que se descrevem seis centros principais de interesse e a estruturação dos seus grupos de especialidade.

INTOLERÂNCIA E RESISTÊNCIA: A SAGA DOS JUDEUS COMUNISTAS ENTRE A POLÔNIA, A PALESTINA E O BRASIL (1930-1975)

Autora: ZILDA MÁRCIA GRÍCOLI IOKOI

Este livro busca desvendar o papel que diplomatas brasileiros tiveram a partir dos anos de 1920 sobre a Questão Judaica, especialmente os debates sobre os emigrantes do Leste Europeu para a América e para o Oriente Médio, como expressões desse contínuo movimento de diáspora. Analisa documentos das embaixadas do Brasil, bem como a documentação policial brasileira do período de 1935 a 1975 e as representações dos judeus e de suas lutas libertárias pelo resgate de sua memória, estabelecidos em depoimentos e na história da Casa do Povo, em São Paulo.



ISBN 85-98292-125
Formato 16x23
Páginas 400
Preço 35,00
Editora Humanitas

REVISTA DE ESTUDOS ÁRABES E DAS CULTURA DO ORIENTE MÉDIO

Organizado por MICHEL SLEIMAN

Escritores dos Artigos

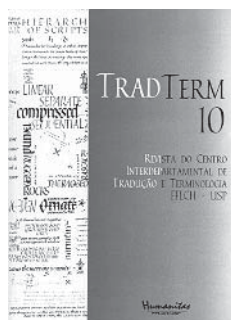
FEDERICO CORRIENTE
SAFA ABOU-CHAULA JUBRAN
ALAN S. KAYE
MAMEDE MUSTAFA JAROUCHE
MIGUEL ATTIE FILHO
ALEKSANDAR JOVANOVIĆ
ANA MARIA ALFONSO-GOLDFARB
JAMIL IBRAHIM ISKANDAR
JOSÉ ARBEX JR.
AKRAM ZAATARI

É uma coletânea de textos do Programa de Pós-graduação em Língua, e Literatura Árabe e Centro de Estudos árabes da USP



Formato: 20X 27
ISSN 1807-0604
Valor R\$30,00

Editora Humanitas



REVISTA TRADTERM

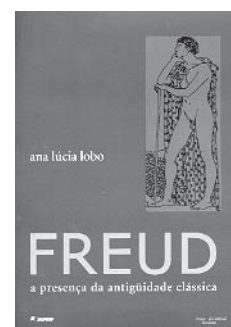
A revista publica anualmente textos e resenhas de cunho teórico, metodológico, técnico e didático, bem como sobre o exercício artesanal e profissional da tradução e da terminologia.

R\$20,00
ISSN 0104-693X
16 x 22 cm

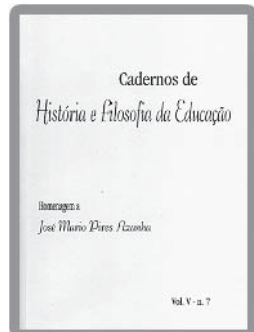
FREUD

A formação escolar clássica de Freud foi uma das grandes fontes de conhecimento que lapidaram o desenvolvimento de suas teorias sobre o psiquismo humano. Ana Lúcia Lobo retrata isto em seu livro *Freud: a presença da Antigüidade Clássica*. A autora analisa o livro *A interpretação dos sonhos*, que trata de “temas obscuros como sonho e inconsciente”; explora o conceito complexo de Édipo, “um dos elementos estruturantes da teoria psicanalítica” e chega a *Totem e Tabu*, considerado por alguns como a “mitologia freudiana”. O livro nos apresenta o universo da formação pessoal de Freud, identificando, através dos dados extraídos de suas biografias, suas cartas, sua obra e seus interesses, como isso influenciou a construção de sua teorias.

ANA LÚCIA LOBO nasceu em São Paulo, em 1963. Psicóloga, com especialização em Teoria e Técnica Psicanalítica pela PUC/SP. É mestre em História Social pelo departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.



SBN 85-98292-11-7
FORMATO 15X21
Páginas 332
R\$30,00
Editora Humanitas



CADERNOS DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Este número é dedicado ao prof. Dr. José Mario Pires Azanha, figura da mais alta distinção acadêmica e pública, a quem a Congregação da Faculdade de Educação outorgou o título de *Professor Emérito*.

A revista reúne, na primeira parte, nove textos por ele escolhidos, dentre os mais significativos de sua produção acadêmica, e, na segunda, alguns trabalhos de professores desta Casa, e a contribuição de doutorando da nossa Pós-Graduação.

Os textos escolhidos pelo próprio prof. Dr. José Mario Pires Azanha são bem ilustrativos de seu grau de compromisso com a escola e a vida públicas e de sua preocupação com os destinos da educação no País.

Temas recorrentes em sua obra podem ser reconhecidos em todos eles.

R\$20,00
ISSN 15174514
PÁGS. 348

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

N. 14 – outubro/2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
AÇÃO – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SDI – SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO – RUA DO LAGO, 717
CIDADE UNIVERSITÁRIA – CEP 05508-900
TELEFAX: 3091-4612 – FONE: 3091-4938

O Comitê Editorial do Informe encontra-se à disposição para o recebimento de material. Artigos devem, preferencialmente, conter 50 linhas de 70 toques e outras matérias (notícias, eventos etc) no máximo 10 linhas. Tel/Fax (0XX11) 3091-4612 e e-mail: informe@usp.br